

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FLORENTINO CAMARGO

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A RE-EXISTÊNCIA CAMPONESA NO
ASSENTAMENTO JOSÉ MARIA: A CONQUISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

CURITIBA

2021

FLORENTINO CAMARGO

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A RE-EXISTÊNCIA CAMPONESA NO
ASSENTAMENTO JOSÉ MARIA: A CONQUISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, no Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra^a. Sônia Fátima Schwendler.

Curitiba
2021

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Camargo, Florentino

A educação do campo e a re-existência camponesa no
assentamento José Maria : a conquista do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense / Florentino
Camargo. – Curitiba, 2021.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientadora: Prof^a Dr^a Sônia Fátima Schwendler

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Educação rural – Santa
Catarina. 3. Assentamento humanos. 4. Camponeses. 5.
Educação e Estado. I. Schwendler, Sônia Fátima. II. Universidade
Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação.
III. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FLORENTINO CAMARGO** intitulada: **A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A RE-EXISTÊNCIA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO JOSÉ MARIA: A CONQUISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**, sob orientação da Profa. Dra. SONIA FÁTIMA SCHWENDLER, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 06 de Dezembro de 2021.

Assinatura Eletrônica
16/12/2021 15:00:10.0
SONIA FÁTIMA SCHWENDLER
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
29/12/2021 12:48:24.0
MARCOS GEHRKE
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

Assinatura Eletrônica
16/12/2021 15:09:45.0
CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
17/12/2021 08:27:17.0
EDILAINE APARECIDA VIEIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Rockefeller nº 57 ? Rebouças - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80230-130 - Tel: (41) 3535-6255 - E-mail: ppge.ufpr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 136369

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 136369

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras do mundo. E
conclamo a UNIR-NOS.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Paraná por ter recebido mais um estudante/pesquisador Sem Terra.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

À Orientadora Professora Dra. Sonia Fátima Schwendler, que me acolheu com entusiasmo e perseverança de que eu acessaria e criaria as condições para permanecer no curso e me fazer pesquisador.

Aos meus interlocutores da pesquisa de campo, que são exemplos de lutadores e de conquistadores de outro mundo que é possível, pois o estão construindo.

À FAMA – Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente de Clevelândia –, que foi a primeira Instituição de Ensino Superior que me acolheu como docente e me inspirou a cursar mestrado e seguir na luta da docência no Ensino Superior.

Ao companheiro Prof. Dr. Airton Carlos Batistela, que muito contribuiu em minha caminhada no mestrado.

À minha família toda, que me cerca de forças e coragem para reexistir na luta. Minha Mãe e meu pai (Santina e João), que são bases desse trabalho; meus irmãos lutadores (Nestor, Solange, Reinaldo, Suzana, Ademir e Silvana), minha eterna gratidão.

À minha companheira guerreira, Andressa Caroline Jahn de Oliveira, mulher vencedora de muitos desafios, neste momento cursando 6º período de Pedagogia no IFPR Campus Palmas. É minha força esta mulher e me inspira. A amo por tudo.

A meus amados filhos, João Gabriel Jahn, Maria Antoniely Gloeden Camargo e Fernanda Yohana Camargo, por quem luto todos os dias na esperança de que eles/elas sejam mais do que eu, ser mais, nas palavras de Paulo Freire. Que sejam ousados nos estudos e não compactuem com o ensino privado, portanto, somente estudem e defendam a escola pública, gratuita e de qualidade para todos e todas.

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a Educação do Campo e a re-existência camponesa. Tem como objetivo examinar em que medida a conquista do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense em área de assentamento da reforma agrária fortalece a Educação do e no Campo e a luta de re-existência camponesa, e compreender os conflitos, as contradições e os limites de seu processo de implementação e funcionamento no Campus de Abelardo Luz, em Santa Catarina. A metodologia da pesquisa caracteriza-se como do tipo qualitativa. Para tanto foram realizados estudos bibliográficos, documentais e de pesquisa de campo, por meio da observação participante, de entrevistas com interlocutores-chave, bem como do uso do caderno de campo. Com os interlocutores da pesquisa (comunidade assentada; gestores, equipe pedagógica, docente e estudantes do IFC de Abelardo Luz) foram realizados diálogos com questões abertas para reflexão e análises do tema e do espaço pesquisado. A pesquisa assume uma posição teórica com base no materialismo histórico-dialético. A partir dos estudos e análises em torno do tema, pode-se inferir que o Instituto Federal, Campus do Assentamento José Maria, no município de Abelardo Luz, se institui no embate da luta de classes, e se afirma como uma conquista da classe trabalhadora, a partir do protagonismo das comunidades indígenas, assentadas e assentados da reforma agrária, pequenos agricultores e agricultoras e comunidade escolar desses assentamentos. Esta conquista contribui não só para o fortalecimento da Educação do Campo neste espaço, mas vai muito além dele. Além disso, fortalece as condições de existência e resistência das comunidades tradicionais e camponesas.

Palavras-chave: luta de classes; Educação do Campo; re-existência camponesa; Instituto Federal; assentamentos.

RESUMO

El presente trabajo trata sobre la Educación Rural y la reexistencia campesina. Tiene como objetivo examinar en qué medida la actuación del Instituto Federal de Ciencia y Tecnología de Santa Catarina en el área de asentamiento de la reforma agraria fortalece la Educación en y en el Campo y la lucha por la revivencia campesina, y comprender los conflictos, contradicciones y límites de su proceso de implementación y operación en el Campus Abelardo Luz, en Santa Catarina. La metodología de la investigación se caracteriza por ser cualitativa. Para ello, se realizaron estudios de investigación bibliográficos, documentales y de campo, a través de la observación participante, entrevistas a interlocutores clave, así como el cuaderno de campo. Con los interlocutores de la investigación (comunidad asentada; directivos, personal pedagógico y docente del IFC de Abelardo Luz; y estudiantes) se sostuvieron diálogos con preguntas abiertas para la reflexión y el análisis del tema y el espacio investigado. La investigación asume una posición teórica basada en el materialismo histórico-dialéctico. De los estudios y análisis en torno al tema, se puede inferir que el Instituto Federal, Campus do Asentamiento José María, en el municipio de Abelardo Luz, se asienta en el choque de la lucha de clases, y se afirma como una conquista del trabajo clase, a partir del protagonismo de las comunidades indígenas, los colonos y colonos de la reforma agraria, los pequeños agricultores y la comunidad escolar de estos asentamientos. Este logro no solo contribuye a fortalecer la Educación Rural en este espacio, sino que va mucho más allá. Además, fortalece las condiciones de existencia y resistencia de las comunidades tradicionales y campesinas.

Palabras clave: lucha de clases; Educación de Campo; re-existência campesina; Instituto Federal; asentamientos.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – despejo das Famílias na Fazenda Corumbatá	28
FIGURA 2 – Preparação para Despejos de Famílias Sem Terra	29
FIGURA 3 – Escola Tenente Abílio Antunes Rodrigues e seus sujeitos. Comunidade Linha Gaúcha, município de Pitanga, PR – 1990	32
FIGURA 4 – Primeira escola no Assentamento Novo Paraíso, após a ocupação da Fazenda Cunha, município de Pitanga, PR	34
FIGURA 5 – Escola Municipal Ernesto Che Guevara, conquista do Assentamento Novo Paraíso, município de Boa Ventura de São Roque, PR	35
FIGURA 6 – Mapa da região oeste de Santa Catarina, ênfase em Abelardo Luz ..	45
FIGURA 7 – Visão aérea da sede do Assentamento José Maria, Abelardo Luz, SC	53
FIGURA 8 – Acampamento dos Sem Terra em Abelardo Luz, SC	62
FIGURA 9 – Acampamento Santa Rosa II, Abelardo Luz, SC	66
FIGURA 10 – Audiência Pública Do IFC Campus Abelardo Luz, no Assentamento José Maria	90
FIGURA 11 – Vista da frente do prédio do IFC Campus Avançado Abelardo Luz, Assentamento José Maria (2016)	92
FIGURA 12 – Audiência Pública No IFC Campus Abelardo Luz, Assentamento José Maria	102
FIGURA 13 – Visita do professor Saviani à sede do IFC Campus Abelardo Luz, Assentamento José Maria	109
FIGURA 14 – Manifestação em defesa do Campus do IFC em Abelardo Luz, SC	131

LISTA DE SIGLAS

- MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- IFC Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A LUTA PELA TERRA E PELA EDUCAÇÃO: O CHÃO DE FALA DO PESQUISADOR	19
3	A LUTA PELA TERRA EM ABELARDO LUZ NO CONTEXTO DE FORÇAS CONTRADITÓRIAS	45
3.1	AS FORÇAS OPOSTAS À REFORMA AGRÁRIA	45
3.2	A LUTA PELA TERRA EM ABELARDO LUZ	51
4	O INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE (IFC) NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	79
4.1	CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS ABELARDO LUZ	79
4.2	A CONQUISTA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE NO ASSENTAMENTO JOSÉ MARIA	82
4.2.1	Primeira Audiência Pública e desdobramentos	86
4.2.2	Segunda Audiência Pública e outras possibilidades	101
4.2.3	Ações pedagógicas de Educação do Campo no IFC Campus Abelardo Luz	102
5	INSTITUTO FEDERAL NO ASSENTAMENTO JOSÉ MARIA: UMA RELAÇÃO DIALÉTICA NA LUTA DE CLASSES – AVANÇOS E LIMITES	113
5.1	A IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO PARA O FORTALECIMENTO DE UMA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO E A RE-EXISTÊNCIA CAMPONESA	113
5.2	O CAMPO DAS DISPUTAS INTERNAS E EXTERNAS E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA PARA A GARANTIA DOS DIREITOS	123
5.3	A DISPUTA PELO PROJETO EDUCATIVO NO/DO CAMPO	142
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS	155

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a Educação do Campo, buscando evidenciar e analisar a conquista do Instituto Federal Catarinense no município de Abelardo Luz em área de assentamentos da reforma agrária, a partir do protagonismo das famílias organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra¹ – MST.

Este estudo traz presente a resistência camponesa, a construção de alternativas contra-hegemônicas frente à negação histórica do direito aos povos do campo à terra e à Educação, como demonstrado ao longo da pesquisa por meio da fala dos interlocutores. A conquista do Instituto Federal no Assentamento José Maria é a síntese do esforço coletivo do Movimento Sem Terra nacional, o qual, em luta por uma Educação do e no Campo, pautou junto ao governo federal a demanda de vinte (20) Campus do Instituto Federal em áreas de assentamento em todo Brasil. Esta articulação nas bases, em Santa Catarina, contou com significativo envolvimento da comunidade assentada nesta região, mas não só. Envolveram-se nesta luta os moradores dos assentamentos e acampamentos, povos indígenas, pequenos agricultores, professores de diversas universidades, bem como agentes políticos.

Parafraseando Caldart (2012), pode-se afirmar que não basta a escola estar no campo. Ela precisa estar vinculada a um projeto de vida deste campo, a partir dos seus protagonistas, camponeses e camponesas, pequenos agricultores, assentados, indígenas, quilombolas, ribeirinhos. Um projeto de agricultura camponesa e dos povos tradicionais, construído por eles e com eles, e que de modo geral, traz uma proposta que é antagônica ao projeto de monocultura do agronegócio.

E a construção do Instituto em território de assentamento rompe com uma condição histórica neste espaço e no entorno. A de que, se os trabalhadores e seus filhos pretendessem estudar para além da educação básica, precisariam migrar para as cidades, algo que dificultava em muito o acesso e a permanência dos estudantes na escola. Dessa forma, escreve-se a história de maneira muito diferente com o

¹ Para Caldart (2001), *sem-terra* com hífen refere-se a todos que não possuem terra, já os *Sem Terra* sem hífen, e com letra maiúscula, refere-se a um grupo específico que não tem terra, mas que se organiza em busca da conquista da mesma. Refere-se a uma identidade coletiva forjada na luta. Caldart (2001) fala desse “novo sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com sua identidade e seu nome próprio: *Sem Terra*. Neste sentido, *Sem Terra* é mais do que *sem-terra*, exatamente porque é mais do que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social” (CALDART, 2001, p. 211).

campus do Instituto Federal perto dos sujeitos do campo e aberto para o público, do campo e da cidade.

A luta por esta Instituição faz parte do movimento da história e esta, como dialética, sempre se move. A busca pela formação em nível técnico e superior sempre esteve na pauta das famílias desta região. Em 2009, conquistaram o Curso Técnico em Agropecuária, com ênfase em Agroecologia, na Escola de Ensino Médio Paulo Freire, concomitante ao ensino médio. Cursos de Especialização em Educação do Campo foram conquistados junto ao campus do Instituto Federal de Concórdia e aconteciam no assentamento.

Abelardo Luz é um município predominantemente agrícola, com grandes extensões de terra em comparação ao espaço urbano. Está geograficamente localizado na região oeste de Santa Catarina, região de fronteira internacional. Também faz fronteira com o estado do Paraná. Possui aproximadamente 18 mil habitantes e mais de 60 anos de emancipação política. Neste município a concentração fundiária é um dado visivelmente relevante. Grandes extensões de terra estão concentradas em mãos de poucos “donos”, com muitas cercas e muitas famílias com pouco ou nenhum acesso à terra como espaço de trabalho. O espaço urbano se configura por várias comunidades com demandas de atendimento de suas necessidades básicas. Portanto, as contradições sociais se evidenciam neste território.

É neste cenário que na década de 1980, especificamente no dia 25 de maio de 1985, centenas de trabalhadores rurais sem-terra ocuparam uma das fazendas localizadas neste município.

Adiante, outras ocupações foram se concretizando. Ocupar a terra é uma das formas de luta das famílias organizadas no MST, é uma forma de pressionar para que se modifique a estrutura agrária brasileira e que se garanta as condições de vida da população que reivindica viver. Dessa forma, é uma ação legítima destes trabalhadores que ao longo da história do país ou perderam suas terras para bancos, por meio de garantia de algum financiamento; para grileiros, que os expulsaram das terras; ou não chegaram a ter acesso como posse, como espaço de moradia e produção da vida. Em Abelardo Luz, são 22 assentamentos, com pouco mais de 1400 famílias assentadas, onde moram aproximadamente cinco mil pessoas. Foram as lutas e conquistas dessas famílias que levaram à constituição dos assentamentos, onde vivem em torno de 1/3 das pessoas do município.

A presente pesquisa perpassa a busca por desvendar questões da realidade, especificamente no Assentamento José Maria, no município de Abelardo Luz, quando se propõe a analisar o processo de constituição do Instituto Federal Catarinense de Ciência e Tecnologia, que é conquista das famílias da região e do estado de Santa Catarina, onde o pesquisador também se torna sujeito da pesquisa, por uma vida ininterrupta ligada às lutas dos trabalhadores sem-terra no campo brasileiro. Parte-se das seguintes questões de pesquisa: de que modo a conquista do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense em área de assentamento da reforma agrária, a partir do protagonismo dos movimentos sociais de campo, contribui para o fortalecimento de uma política de Educação do Campo? Que limites, contradições e conflitos envolvem o processo de implementação e funcionamento do Instituto no Assentamento José Maria, no município de Abelardo Luz?

Todo o texto e suas configurações a partir da realidade pesquisada nos remete a pensar num processo constante de re-existência, como nos esclarece Porto-Gonçalves no Artigo: “De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Mas essa moderno-colonialidade não se inscreveu num espaço vazio de significação, mas sim em territórios (natureza+cultura) onde foram conformados padrões cognitivos próprios (Mignolo, 2004: 215). Por isso, mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 47).

A partir dessa conceituação de Porto-Gonçalves é que se compreende em todo o trabalho esta questão da re-existência camponesa em torno do Instituto Federal no assentamento, mas também de outras conquistas dos trabalhadores.

O objetivo geral do trabalho consiste em examinar em que medida a conquista do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense em área de assentamento da reforma agrária fortalece a Educação do e no Campo e a luta de re-existência camponesa, e compreender os conflitos, as contradições e os limites de seu processo de implementação e funcionamento. A pesquisa busca responder aos seguintes objetivos específicos: a) Compreender as disputas de classe em torno da implementação e funcionamento do Instituto Federal no Assentamento José Maria; b) Examinar por meio da história da luta e conquista dessa Instituição, seu vínculo com o movimento e os princípios da Educação do Campo; c) evidenciar e analisar os

conflitos, as contradições e os limites do processo de implementação e funcionamento de um Instituto de Educação em território de reforma agrária.

A abordagem teórica perpassa pelo materialismo histórico-dialético, de vertente marxista. Para Marx, “como él mismo confiesa, la dialéctica era un método” (SILVA, 2009, p. 182). As categorias do método histórico-dialético compreendem a historicidade, as mediações, as contradições, a relação infra e superestrutura, entre outras. Estas precisam estar ligadas entre si e ao movimento das sociedades para poderem ter significação, isolando-as umas das outras e do movimento da sociedade, fragmentando-as, elas perdem suas capacidades de análises e de sustentação.

Trivínos (1987) diz que:

A pesquisa de caráter histórico-estrutural, dialético, não ficou só na compreensão dos significados que surgiram de determinados pressupostos. Foi além de uma visão relativamente simples, superficial, estética. Buscou as raízes deles, as causas de sua existência, suas relações, num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais. (TRIVINÓS, 1987, p. 130).

O Materialismo histórico dialético é uma vertente de estudos que se origina em Marx e aprofunda-se no decorrer do tempo histórico. É um suporte didático que permite um diálogo teórico de questionamentos a uma realidade posta em permanente movimento, portanto, dialética, conceitualmente. Este método se afirma em analisar algumas categorias, quais sejam: a mercadoria; o trabalho, que ademais é a força produtora da mercadoria e impulsiona a sociedade; a mais-valia; valor de uso e valor de troca; entre outras categorias que são históricas, segundo Marx, porque são criadas no curso das relações sociais. Até aí, compreensível, não fosse o sistema capitalista dar conotações adversas à produção da existência humana e tentar justificar as relações humanas como naturais, assim nos convencendo de que a fome e a miséria, por exemplo, são fenômenos naturais.

Teórico venezuelano, Ludovico Silva (2009, p. 176), nos esclarece que:

Marx lo dijo, una y otra vez: las leyes del capitalismo son leyes históricas, que solo se dan en una época determinada; pero, una vez dadas, funcionan no ya como leyes históricas, sino como leyes naturales, así seguirán funcionando mientras exista el regimen capitalista de producción. (SILVA, 2009, p. 176).

Vê-se que a naturalização dos fenômenos é uma condição importante para os capitalistas se sobreporem constantemente sobre os subalternizados que meramente ficam com a função da produção material da sociedade.

É pensando nesta força de naturalização dos fenômenos e da vivência social que este trabalho nos remete com mais força para uma abordagem dialética da realidade pesquisada, visto que esta se encontra em permanente processo de construções sociais, de vivências impulsionadas pelas pessoas que ali fazem seu dia a dia, considerando estes sujeitos como seres sociais históricos, portanto, sempre em permanente movimento.

Metodologicamente se assume a pesquisa qualitativa.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2009, p. 79).

Minayo (2007) faz apontamentos teóricos muito esclarecedores sobre a pesquisa qualitativa. Esta, por responder a questões muito particulares, “se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deve ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p. 21).

A realidade da qual trata o referido trabalho, o Instituto Federal em assentamento de reforma agrária, possui uma especificidade que requer um olhar metodológico bem detalhado e rigoroso, como em qualquer estudo científico. É um espaço muito particular, que está ligado à realidade geral, mas que produz uma dinâmica particular. É um espaço com suas lutas e movimentações específicas. Trivínos afirma que:

A pesquisa qualitativa de tipo histórico-estrutural, dialética, parte também da *descrição* que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele procurando *explicar* sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por *intuir* as consequências que terão para a vida humana. (TRIVINÓS, 1987, p. 129).

Ainda buscando apoio em Minayo (2007, p. 63), afirma-se que “a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial”, haja vista que não é possível uma completude no que tange aos objetivos da mesma, sem este contato direto entre os pesquisadores e seus interlocutores de pesquisa e a realidade onde se inserem.

No presente trabalho, os procedimentos de coleta das informações *in loco* se deram por meio de entrevistas semiestruturadas, as quais foram gravadas, com o consentimento dos participantes. Este recurso metodológico possibilita que os interlocutores da pesquisa possam ter flexibilidade para melhor desenvolver seu raciocínio. O pesquisador também terá condições de instigar mais o diálogo com os seus interlocutores, na perspectiva de melhor compreensão da temática discutida. Trivínos (1987, p. 146), ainda esclarecendo sobre este procedimento de pesquisa, salienta que:

Podemos entender por *entrevista semi-estruturada*, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. (TRIVINÓS, 1987, p. 146).

Compreender uma realidade em suas várias dimensões é tarefa complexa, por isso não se realiza com visitas aligeiradas neste campo. Compreender basicamente um espaço onde as relações sociais são dinâmicas requer um longo processo de vivência. Estar, viver, conviver, sentir a realidade, é ponto essencial para decifrar os enigmas das relações produzidas nestes locais. Para além disso, a compreensão requer um processo apurado de pesquisa, por isso, o desenvolvimento de uma postura de indagação e análise é fundamental. Dessa forma, a entrevista revela-se um instrumento que favorece o questionamento dessa realidade para captar suas mais profundas relações, contradições e análises. Minayo (2007) diz que a “Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores [...]. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa [...]” (MINAYO, 2007, p. 64).

Ao tratar desse espaço e para os objetivos do trabalho, a metodologia qualitativa permite a busca e análise desta realidade e a possibilidades de compreensão histórica e social.

A pesquisa de campo realizou-se entre janeiro de 2020 e julho de 2021. Além da entrevista, utilizamos outros instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. A observação participante das relações que se estabelecem nesta Instituição foi de suma importância e se deu por meio da participação em palestras, seminários e encontros formativos. O caderno de campo também se constituiu em uma ferramenta importante nesta pesquisa. A pesquisa também envolve a análise documental, por meio do estudo do Projeto Político Pedagógico do Instituto (2019). Foram utilizados os diversos recursos na perspectiva de captar as situações que pudessem trazer elementos para responder aos objetivos deste trabalho.

Para a realização das entrevistas, a escolha dos sujeitos foi feita a partir de três grupos de referência: (1) a identificação ou mapeamento de pessoas que fizeram e são parte da comunidade assentada, no intuito de compreender a história dos assentamentos, suas lutas, contradições e as principais conquistas obtidas; (2) professores e gestores da Instituição, que já passaram pela mesma ou continuam no período da pesquisa; (3) outro grupo de interlocutores deste trabalho são os sujeitos egressos ou que ainda estudam na Instituição.

Os critérios para definição da amostra foram definidos pelo pesquisador, em conjunto com moradores dos assentamentos, os quais ajudaram a pensar os grupos que poderiam contribuir para a pesquisa. Desses diálogos assumiu-se que os integrantes da pesquisa seriam: sujeitos que têm e/ou tiveram relação com assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e com o Instituto Federal; maiores de 18 anos ou que tenham autorização dos responsáveis para participar; sujeitos que tenham participado da luta pela terra junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas décadas de 1980 e/ou seguintes; egressos ou estudantes do Instituto Federal Catarinense, Campus Abelardo Luz; professores atuantes ou egressos do IFC Campus Abelardo Luz; gestores atuantes ou egresso dessa função no IFC Campus Abelardo Luz. Além disso, por considerar as lições da luta pela terra, onde homens e mulheres participam, o princípio da igualdade de gênero está nos critérios para a escolha dos entrevistados. Nesta amostra, dos participantes da comunidade que acamparam no princípio dos acampamentos de Abelardo Luz, três (3) pessoas foram entrevistadas. Dos estudantes que estudam na atualidade, ou egressos, dois (2) foram entrevistados. Dos professores e gestores, três (3) foram entrevistados, um gestor que contribuiu no processo de implementação,

um gestor e uma professora que atualmente desempenham suas funções na Instituição.

O período de pandemia do Covid-19 dificultou em muito a vida de cada pessoa no mundo, mas, de forma específica também dificultou em muito a vida dos pesquisadores que optam pela pesquisa qualitativa e de campo. Desde o contato inicial com os interlocutores até as entrevistas, tudo precisou ser readaptado. Parte do trabalho foi feito por meio do telefone, utilizando-se de redes sociais como a plataforma meet, whatsapp, gravações dos áudios em aparelhos celulares, e-mails. Uma das questões fundamentais da pesquisa de campo com os interlocutores é a aproximação com a realidade e com as pessoas com quem se dialoga. Isso foi muito dificultado. De um universo de nove (9) pessoas buscadas para falar, sete (7) conseguiram ser entrevistadas. Importante salientar que duas pessoas que participaram do processo de ocupação das terras desde o início puderam falar, pois são estudantes do campus do IFC.

As análises das entrevistas se deram pela relação com os objetivos do trabalho, observando o que cada entrevistado falava em relação aos diversos campos do diálogo e sintetizando para dar conta das demandas objetivadas neste trabalho.

Além da Introdução, o trabalho está disposto em mais quatro capítulos: o segundo registra a luta pela terra e pela Educação a partir da trajetória de vida política, social e acadêmica do pesquisador. O terceiro é a reconstrução histórica do espaço e do território ao qual se vincula este tema de pesquisa, a luta pela terra em Abelardo Luz, no diálogo com os referenciais teóricos e os sujeitos entrevistados, protagonistas da luta nos assentamentos. O quarto capítulo versa sobre a história do Instituto Federal em área de assentamento da reforma agrária e seu vínculo com a Educação do Campo. O capítulo traz os dados empíricos que dialogam com referenciais que possibilitam a compreensão do problema da pesquisa. Traz também de forma central os documentos e as falas dos sujeitos históricos dessa realidade, que constroem as relações e as condições de conquista do Instituto. O quinto e último capítulo aborda a importância do IFC no contexto da luta de re-existência camponesa como ferramenta de Educação do Campo e as principais disputas e contradições que têm ocorrido no município, na região e no país em torno da construção deste espaço de educação formal.

2 A LUTA PELA TERRA E PELA EDUCAÇÃO: O CHÃO DE FALA DO PESQUISADOR

Com a consciência de um pesquisador iniciante e militante de movimento social do campo, afirmo que pesquisar é um ato de ousadia e rebeldia, ponderando minha história de vida. A pesquisa não se inicia com o ingresso na academia, na pós-graduação, mas é um processo de longa caminhada que se direciona para este momento de sistematização de uma vida de luta, teimosia e resistência, isto tudo, pela vontade de viver dignamente e pela necessidade de marcar o Chão de Fala do pesquisador, que precisava ser ocupado, no sentido mais fiel da palavra. Ocupa-se um lugar que estava ocioso.

Atualmente moro no Assentamento Novo Horizonte, no município de Abelardo Luz, Santa Catarina, onde sou servidor público (professor de séries iniciais) no referido município. Resido desde o ano de 2010 nesta localidade. Porém, minha vida de luta pela terra e pela Educação ocorreram inicialmente no Paraná, como evidencio na escrita do texto, e no atual estado que resido.

Minha trajetória de vida é marcada por ocupações de espaços em tempos que o pensamento hegemônico da sociedade se esforçava (e continua se esforçando) para impedir que esses espaços fossem habitados por milhares de famílias, organizadas numa coletividade de seres que, até então, praticamente vagavam².

Quando menciono a trajetória do pesquisador com o tema da pesquisa, me valho da história para que se perceba essa relação intrínseca.

Nasci na década de 1980, no sudoeste do Paraná, município interiorano chamado Chopinzinho. Um território (naquela época) marcadamente de agricultores familiares, arrendatários e boias-frias.

Minha família, uma formação de fins da década de 1970, se compôs de cinco (5) pessoas, sendo três (3) filhos e meus pais. O Pai e a mãe herdaram de suas famílias a capacidade de trabalhar, não sabiam Eles³, nem eu naquela época, mas eram explorados pelos patrões e de diversas formas continuam sendo. Integravam o grupo de boias-frias. Atualmente são assentados da reforma agrária.

² A palavra “Vagavam”, no texto, tem sentido de não ter pra onde ir concretamente, então, perambulavam, cheios de incertezas.

³ Em vários momentos no texto me refiro a Eles, Elas, Ele, Ela. Faço isso quando me refiro diretamente aos sujeitos que participaram da luta pela terra, a exemplo de meus pais e dos interlocutores entrevistados.

A condição de vulnerabilidade dos trabalhadores, daquela e da atual conjuntura do país, revela o descaso de uma sociedade/Estado que não proporciona segurança aos seus cidadãos. Isto revela a precarização do trabalho e do trabalhador, típico do pensamento neoliberal, culminando na exploração avassaladora da mão de obra dos trabalhadores e trabalhadoras. Marx já descrevia este movimento da sociedade como sempre foi: “A história sempre se desenvolveu no quadro de um antagonismo: homens livres e escravos, na Antiguidade; senhores e servos, na Idade Média; burguesia e proletariado, nos tempos modernos” (MATOS, 1993, p. 14).

Para corroborar com o que acima cito e analiso, busco de forma mais específica situar a região sudoeste do Paraná, com estudos feitos por Gomes (1987), quando ela crava em suas análises que:

Penso que, em momento algum, em toda a história da luta pela terra no sudoeste do Paraná, o Estado, através de seus representantes, tenha assumido a defesa do capital, representado aqui pelas companhias imobiliárias, de forma tão explícita e veemente. (GOMES, 1987, p. 74).

Na obra “1957 A revolta dos Posseiros”, Gomes analisa uma conjuntura que antecede os fatos vivenciados por minha família, mas que afetou profundamente o jeito de viver de meus pais e sua geração nesta região. Esta revolta dos colonos foi muito marcante no sudoeste do Paraná para a conquista dos direitos dos trabalhadores à terra e à vida. Uma luta, inclusive, sangrenta contra a elite poderosa da região.

Meu pai, João Camargo, não foi à escola, não teve acesso, mas continuou a luta dos posseiros de 1957, por conhecimento da luta e por necessidade na vida. Portanto, não conheceu o sistema escolar, por conta mesmo da negação desse direito aos trabalhadores/as, aquilo que Bourdieu (2014), crítico do sistema escolar, classifica como sendo “um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais [...]”. (BOURDIEU, 2014, p. 44). Faz necessário registrar que Bourdieu refere-se ao sistema francês de Educação e, no Brasil, as semelhanças não são mero acaso, pois fazem parte de um plano global de negação da Educação para os povos. Mesmo comungando com a citação acima, mas vivenciando uma realidade social oposta, insisto na necessidade de ocupar a escola para que esta assuma um compromisso social que desmonte o pensamento social hegemônico.

Essa conformação do sistema de ensino a que trata Bourdieu, meu pai não passou por ela. É de se supor que esta razão lhe tenha suscitado a necessidade de lutar por questões que perpassaram a sua vida no movimento social. Pode-se supor também que se Ele tivesse frequentado o sistema de ensino, as suas lutas pudessem ter mais clareza de análise sobre a realidade, isso a depender da posição pedagógica da escola em relação à abordagem dos conteúdos. Em todo caso, considero a ausência na escola como a negação do direito à Educação para a classe trabalhadora socialmente desfavorecida, porque a exclusão educacional dessa população foi uma ação planejada.

Essa situação de negação requer a busca do direito, caso que reflete a conquista do Instituto Federal no Assentamento José Maria. Da mesma forma, o seu processo pedagógico pode ser pensado pelos sujeitos que desses espaços fazem parte, usufruem, assim, buscando pensar um processo crítico da realidade, não de conformação e de aparência de legitimidade às desigualdades sociais.

Ainda enfatizando essa premissa da negação dos direitos, inclusive à Educação, cria-se uma narrativa por parte dos opressores, de que os oprimidos precisam atender as suas necessidades muito básicas, assim, milhões de trabalhadores/as vivem sob a égide de que suas necessidades são trabalhar para sobreviver. Este camponês que aqui retrato aroou a terra desde criança. Os equipamentos de trabalho e os animais não eram seus. Eles tinham um dono. Meu pai era o operador das técnicas para tal atividade. Aprendeu cedo. Não soube escrever nem mesmo as palavras “boi” e “arado”, cito estas, por serem as ferramentas de trabalho que muito conviveu consigo. Aprendeu trabalhar. Seu nome, só sabe desenhar as letras. Não sabe o nome de cada uma. Decorou com o passar dos tempos, assim, assina documentos. Nas palavras dele, senso comum, nos vários diálogos que tivemos, e de diversas pessoas daquelas épocas, lhes diziam que “para trabalhar na roça não precisava de estudos”. Ainda seguindo este diálogo com meu pai e também com minha mãe, com o passar dos anos, vieram a compreender que também para trabalhar e morar na roça necessita-se estudar e muito.

Quando minha família pensava que para viver na roça não precisava estudar, isso é uma ideia que faz parte de um discurso que se reproduz historicamente na sociedade e que chega às pessoas para fazer com que estas não busquem esse direito. Para compreender melhor como acontece esse processo de negação que passa a vigorar para muitos como natural, Leite (1999) esclarece:

A educação rural no Brasil, por motivo sócio-cultural, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão ‘Gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade’. (LEITE, 1999, p. 14).

Minha mãe, Santina Alves Camargo, descendente de negros escravizados, forte e destemida para qualquer atividade do campo, também foi privada do acesso à Educação escolar depois de pouco mais de um ano frequentando, então, pouco consegue escrever, naquilo que consegue, apresenta várias dificuldades. Com quase setenta anos, ainda cultivava uma variedade de alimentos sem o uso de venenos para seu sustento, na terra conquistada na luta coletiva do MST. Essa privação do direito ao estudo era algo que acontecia desde os pais, que precisavam da mão de obra dos filhos, até às escassas políticas públicas. Outro fator estava relacionado às questões de gênero, porque as mulheres tiveram seus caminhos mais dificultados em relação à escola. Uma concepção machista de sociedade impediu mais as mulheres a terem acesso à Educação escolar.

É também pensando nessa relação de gênero/direito que na organização das famílias camponesas se pensa no acesso e permanência das mesmas ao sistema de Educação e que seja condizente com sua realidade. E sendo, a escola vai inclusive abordar na sua ação pedagógica, entre outras, as questões de gênero, emancipando ou reproduzindo visões e linguagens patriarcais que reduzem a mulher, como ser humano, ao conceito de homem. Visão esta presente na abordagem de autores clássicos e contemporâneos, como é o caso de Leite (1999) que enfatiza que “historicamente, a educação em si sempre foi negada ao povo brasileiro e, especificamente, ao homem do campo” (LEITE, 1999, p. 53).

Retomando a história da educação vivida por meus familiares, busco também em Paro (2014) para refletir – porque estes sujeitos camponeses dos idos de 1950/1960, como meu pai e minha mãe, pensavam assim. Paro (2014, p. 23), afirma que “De uma forma ou de outra, o mais dramático para o desenvolvimento da educação é que, de modo geral, é esta concepção tradicional que orienta a prática escolar no Brasil”. Tendo como referência autores como Paro, Leite e Ribeiro, e para além destes, penso que este tipo de pensamento de Educação e de escola não atendia as necessidades dos trabalhadores do campo, aliás, nesse período histórico

sobre o qual abordo neste momento, pouco se pensava na Educação no espaço rural e o que existia não atendia as especificidades dos povos camponeses.

Ribeiro (2013) ao se referir à escola rural, a vê como sendo “etnocêntrica, porque direcionada à cultura européia; sociocêntrica, porque comprometida com os interesses das elites; urbanocêntrica, porque seus conteúdos estão associados à industrialização e à urbanização” (RIBEIRO, 2013, p. 671).

É de se observar que em jargões como o “para trabalhar na roça não precisa estudar” evidencia-se uma armadilha poderosa para justificar a negação da Educação e da escola para os povos do meio rural, inclusive na atualidade. Ribeiro (2001) contribui para que entendamos o sistema educacional brasileiro e seus momentos históricos quando diz que “Em todas as épocas, a educação tem estado diretamente articulada às formas de organização das atividades de sustentação da estrutura social, sejam elas produtivas, comerciais, políticas, culturais ou religiosas” (RIBEIRO, 2013, p. 20).

Ribeiro (2013) e Bourdieu (2014) convergem quando dizem que a escola e o sistema de ensino são eficazes mecanismos de conservação social, fornecendo uma aparência de legitimidade às desigualdades sociais, assim como de sustentação da estrutura social de uma determinada época. Penso que os dois autores citados, Ribeiro (2013) e Bourdieu (2014), viveram e produziram seus pensamentos em tempos históricos diferentes. Bourdieu tece a crítica, mas sem proposição de mudança para um sistema que pudesse atender as necessidades da classe trabalhadora. Já Ribeiro, no seu tempo, para além da crítica, propõe possibilidades de caminhos na Educação, necessários enquanto classe trabalhadora, isso, por viver em um período de lutas e uma compreensão maior da Educação e da Escola pelas pessoas que sempre tiveram este direito negado. A própria autora se constitui, ao participar muito mais dos processos de lutas.

Essa introdução contextualiza historicamente a vida do pesquisador-militante e dá a dimensão na formação político-social e educacional, tanto na escola formal, quanto nos espaços de educação popular e, após reflexões do processo, continuo na busca de evidenciar (não sem outras reflexões) ao leitor o meu campo de vivência na luta de classes e a vinculação desta história com o tema estudado.

A região sudoeste do Paraná era um espaço geográfico, na década de 1980, em que ainda existiam e resistiam muitas famílias de pequenos agricultores que tinham seu pedaço de chão para dali conseguir o sustento das mesmas. Contrastante

a essa realidade, havia os que não tinham seu espaço de produção e migravam em busca de trabalho. Caso da minha família.

Ouso registrar passagem específica da minha mãe, quando já tinha os três filhos daquela época, o mais novo, ainda bebê de colo, sacolas com roupas, com a marmita para o almoço e outros pertences nos braços, não conseguia realizar um movimento de agachar para pegar a enxada, ocasião em que estava indo trabalhar como boia-fria⁴. Então, Ela pisava no “ôio”⁵ da enxada, fazendo a mesma subir seu cabo, e saíamos todos a longas distâncias. Posso afirmar com veemência que estas passagens são crueldades provocadas pelo sistema capitalista, sistema que parece algo muito abstrato, mas que suas ações são expressas na vida diária dos trabalhadores.

Elucido o caso que viveu uma trabalhadora, mas diariamente são milhões e milhões que sofrem com as decisões dos poderosos que dirigem o sistema e o mantêm desigual. Muitos explorados não enxergam o produtor das maldades sofridas pelos que produzem as mercadorias. Penso que a Escola, tanto negada aos trabalhadores/as, se pensada por estes, como é o Movimento da Educação do Campo, poderia discutir e problematizar a realidade, decifrando o funcionamento da sociedade, claro, isso vai no contrassenso do que é hegemônico. Quando busco neste trabalho evidenciar a conquista do Instituto Federal no Assentamento José Maria e suas contribuições para a classe trabalhadora, penso buscar compreender se na sua essência está a elucidação das relações de poder em torno da Educação, já que esta conquista parte dos trabalhadores que conquistaram sua dignidade por meio da luta pela terra, por trabalho e pela construção de uma sociedade diferente da que se expressa nas relações capitalistas, onde a exploração do ser humano pelo ser humano é o fator fundante.

Bem, seguindo na análise e tecendo o fio da história, era o ano de 1985/1986, e naquela região começaram boatos de que quem não tinha terra, era para começar a se organizar que estava sendo projetado um jeito de as pessoas adquirirem um

⁴ O próprio termo já é autoexplicativo, mas reforço, esclarecendo que se refere ao trabalhador se alimentar da refeição fria na roça. Saindo de madrugada de casa, leva a panela com os alimentos preparados, para no horário do meio dia consumir na roça mesmo, sem poder voltar para casa para realizar seu momento de descanso e de almoço. As longas distâncias impediam, vez que ou iam a pé, ou de caminhão que passava para buscar os trabalhadores.

⁵ No campo a linguagem acompanha as exigências formais da língua, mas há também uma recriação da linguagem pelos sujeitos que neste espaço vivem. Entendem-se, comunicam-se, produzem. “Ôio” da enxada é especificamente um lugar da ferramenta em que a pessoa pisa de leve e o cabo da enxada sobe, não necessitando o agachamento para erguê-la.

pedaço de chão para viver. A previsão da conquista era de 60 dias. Nesse tempo as pessoas já estariam com seus espaços de produção organizados.

Em pesquisa, encontrei o fundamento dessa ideia, ela é originária de uma promessa do governo do Rio Grande do Sul, que num impasse naquele estado prometeu em 60 dias resolver uma situação específica, como registrado em matéria do Jornal Sem Terra daquela época. Essa promessa gaúcha se espalhou dando forma de encorajamento aos trabalhadores e atingiu o Paraná.

Gherke (2010) nos ajuda a compreender este momento inicial das lutas dos trabalhadores:

Sendo a questão agrária - a organização da posse da terra, seu uso e a produção dos bens agrícolas para atender as necessidades da sociedade brasileira - percebe-se, ao longo de história do Brasil que ela sempre esteve a serviço de uma minoria burguesa nacional e internacional. A questão agrária, no Brasil, nunca esteve voltada ao povo brasileiro, fato que, articulado a outros, produz o MST. (GHERKE, 2010, p. 21).

Eram tempos de dificuldades, o campo, de modo geral, sofria um novo rearranjo na sua estrutura por conta de crise. O cenário socioeconômico não visualizava possibilidades de os camponeses se efetivarem neste espaço com dignidade. Por outro lado, os centros urbanos também estavam se reorganizando. A sociedade em geral estava abalada por um período de mais de 20 anos por estarem à mercê de uma ditadura militar. Em uma análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MOVIMENTO, 2001), no período de 1979-1984 havia:

Início da crise do modelo de industrialização e da modernização da agricultura. Os trabalhadores não conseguiam mais emprego na cidade. Início das lutas pela democratização e contra a ditadura. Início da crise dos preços dos produtos agrícolas, especialmente de exportação. (MOVIMENTO, 2001, p. 55).

Este era sinteticamente o cenário social no qual o Brasil se encontrava. Dessa maneira, novas possibilidades, novos caminhos eram necessários ser construídos. Nessa reconstrução da vida social, nos despertou o que chamo de o advento da reforma agrária, mas na certa não sabíamos do que se tratava para além de ter a terra. Mal sabíamos nós que esta temática já estava ultrapassada nos projetos de quem detinha o pensamento hegemônico. Segundo Stédile (2013), na década de 1970 e 1980 essa discussão de reforma agrária já havia deixado de ser pauta por

conta de que a “modernização tecnológica garantiu o aumento da produção sem alterar a distribuição da propriedade da terra” (STÉDILE, 2013, p. 13).

Esse período foi o que se chamou da modernização, mas que conservava as estruturas fundiárias. É o período que ficou conhecido como da revolução verde, com a entrada dos maquinários agrícolas e herbicidas no campo. Jamais minha família tinha esse conhecimento. Pensavam mesmo que ter seu pedaço de chão para plantar e colher acontecesse quase que naturalmente.

Fomos levados para o acampamento dos Sem Terra em uma carroça de tração animal, meio de transporte da época, e eram poucos os que tinham. O primeiro local onde nos agrupamos com centenas de famílias foi no município de Saudades do Iguaçu, em beira de asfalto. Armamos os barracos, ainda sem muito saber lidar com esta arte. Cada artista inventava a sua obra. Esses espaços passaram a ser conhecidos como as cidades de lona preta.

O MST surgiu com uma concepção de que a luta pela reforma agrária somente poderia avançar se: a) Os Trabalhadores se organizassem na forma de movimento social, amplo, desburocratizado, que conseguissem ampliar ao máximo o seu número de participantes e assim aumentar sua força. b) Houvesse lutas de massa. [...]. (MOVIMENTO, 2001. p. 54).

Todo o processo organizativo das famílias como a minha foram acontecendo conforme estas concepções acima apontadas, entre outras concepções deste movimento de pessoas que se organizaram no intuito de mover a estrutura fundiária do país, pós Ditadura Militar. Havia uma abertura que na teoria, abriam margens para tais lutas.

Depois de acampar pela primeira vez (1986) na beira do asfalto no município de Saudades do Iguaçu, um tempo depois, saímos e o destino foi a ocupação da Fazenda Curumbatá, no município de Chopinzinho. Para melhor compreender aquele evento, busquei falar com pessoas que participaram daquele processo e em diálogo com Cardoso pude melhor reviver aquele período. Cardoso esteve acampado naquela época e diferente da condição deste pesquisador, já era adulto, por isso, viveu e lembra-se do período. Cardoso também iniciou nas lutas da década de 1980 e permaneceu sempre de acampamento em acampamento, sem nunca desistir. Foi assentado na década de 1990, no Assentamento Novo Paraíso, no distrito de Boa Ventura de São Roque que focava no município de Pitanga, distrito esse que posteriormente se emancipou, se fazendo município de Boa Ventura de São Roque.

Foi vereador pelo Partido dos Trabalhadores e Secretário de Agricultura neste município. Também histórico dirigente do MST na região Centro Oeste do Paraná e foi da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga, também na década de 1990. Este dirigente continua na luta dos trabalhadores. Cardoso (2019) diz: “Ocupamos a Curumbatá no dia dois de novembro de 1986 e o despejo foi por volta de meados de janeiro⁶ de 1987” (Informação verbal)⁷.

Não tenho muitas lembranças de quantas famílias estavam nesta ocupação, mas Cardoso afirma que “naquela época estavam em torno de 700 famílias acampadas”. Ali passamos esse período de nossas vidas em situações extremamente precárias. Falta de alimentos, escassez de roupas, calçados, remédios para tratar as enfermidades. Não existia um mísero colchão para repouso. O ato de dormir se dava em cima de pedaços de pano, de capins cortados no mato, amontoados em um espaço do barraco. Expectativa de vida? Qual?

Para ir encurtando o registro desse período, uma decisão judicial cumprida pelos governantes da época mandou a polícia realizar o despejo⁸ das famílias que estavam ali acampadas. Isso aconteceu de forma brutal. Muitas imagens ainda permanecem deste momento difícil. Três dias a polícia ficou nos retirando dali. Três dias de chuvas sem tréguas. Os policiais jogavam nossos poucos objetos em cima das caçambas, provavelmente das prefeituras da região. Durante o processo de retirada das famílias, estas também eram colocadas nas caçambas e largadas em diversos pontos da região para que ficassem dispersas e não pudessem voltar a se reunir.

Feres (1990), a sua maneira, fala dessas questões que abordo:

Em fins de dezembro, um pelotão de choque da polícia estadual, armado de metralhadoras e gás lacrimogêneo, executa o despejo. A tropa policial foi apoiada pelas prefeituras de Chopinzinho, Coronel Vivida, São João, São Jorge e Verê. Alguns agricultores foram presos e mulheres e crianças foram feridas. Os ocupantes foram jogados à beira da estrada, sem as barracas (destruídas pela polícia) e sem alimentos (as reservas foram ou apreendidas ou destruídas). (FERES, 1990, p. 620).

⁶ Esta informação eu não tinha com propriedade, imaginava que havíamos ficado neste espaço por três (3) ou seis (6) meses, aí a citação acima corrobora com uma das lembranças que ainda permanecem por mais de três décadas

⁷ CARDOSO. **Depoimento**. Abelardo Luz, 2019. Informação verbal – Entrevista.

⁸ A palavra aqui tem sentido duro mesmo, de jogar fora, de arrancar, de livrar-se dessas pessoas que ali ousaram armar suas moradias.

Esse cenário que descrevo de conhecimento de vivência é retratado na matéria abaixo, do Jornal Sem Terra, na edição de número 59, ano 1987, p. 09. Fiz questão de fazer um recorte do referido jornal e trazer para este texto aquilo que o mesmo expressa no seu original.

FIGURA 1 – Despejo das Famílias na Fazenda Corumbatã

No Paraná, dose dupla. Em Chopinzinho, cerca de 750 famílias foram violentamente despejadas da Fazenda Corumbatã (grilada), por soldados da Brigada Militar, que utilizaram metralhadoras e gás lacrimogêneo no despejo. Em Matelândia, uma ação inteligente dos lavradores - mudando de uma área para a outra - evitou um despejo decretado por ação judicial.

Operação de guerra contra 750 famílias

Paraná

Um destacamento militar de mais de 1.000 soldados fortemente armados, com metralhadoras e gás lacrimogênio, atacando de surpresa 750 famílias sem terra, sem negociação nem aviso - essa é a política agrária do governo do PMDB no Paraná.

Trata-se da Fazenda Corumbatã, no município de Chopinzinho, que grilou uma área de 756 hectares de terras devolutas. O "dono" é Celso Hilgert, feito presidente do Instituto de Previdência do Estado pelo então governador José Richa.

Para cúmulo da violência, no dia 12 de dezembro, em Brasília, o ministro da Reforma Agrária fez um acordo com o bispo de Nova Iguaçu, D. Olívio Fazza, presente o governador do Estado, comprometendo-se a acelerar o processo de regularização da área para assentamento definitivo dos agri-



Da beira da estrada para a Fazenda Corumbatã. E agora o despejo.

cultores. O caso parecia encerrar-se.

O cinismo sem limites forma o seguinte quadro no jogo de irresponsabilidades: o comandante da Polícia Militar diz que está cum-

prindo ordens; o juiz de Chopinzinho, Devonzir Grassi, decretou o despejo de terras griladas e ainda por cima totalmente improdutivas, fugindo em seguida sob o pretexto de férias; o governador, testemu-

Fonte: Operação (1987).

Battisti (2006), em artigo publicado na revista de geografia agrária, faz referência a este acontecimento, assim pontuando:

O despejo legal dos ocupantes é, em geral, a primeira medida tomada pelo proprietário que, apelando para a autoridade do Estado, põe em movimento sua máquina repressiva. Todos os despejos foram realizados com extrema violência policial: destruição de barracas, quebra dos móveis e objetos pertencentes aos ocupantes, coação física dos resistentes. Um caso notório da violência policial, na região, foi o despejo do acampamento da Fazenda Corimbatã. (BATTISTI, 2006, p. 79).

Galeano (1999) ironiza, tudo isso acontecendo “[...] enquanto o tempo, de boca fechada, continua sua caminhada ao longo da eternidade e do mistério” (GALEANO, 1999, p. 341). É uma metáfora poética do Galeano para um tempo ainda mais adiante do que a década de 1980, mas os ecos dos gritos dos trabalhadores já se ouviam em muitos cantos do país naquele período. Assim seguíamos, de acampamento em acampamento, refazendo as esperanças, perdidas quase todos os dias e reconstruídas constantemente. Sempre de beira de estrada em beira de estrada aos acampamentos em fazendas, a vida continuou.

Já no ano de 1989, no mês de agosto, madrugada do dia 19, chegamos em mais uma ocupação, continuando a peregrinação. Município de Pitanga, região centro do Paraná. Eram dois caminhões, cheios de gente, crianças, jovens, mulheres e homens de todas as idades. Chegamos a uma terra que era e continua sendo de propriedade do estado. Este território por muitos anos estava sendo explorado por uma família de fazendeiros políticos que ainda mora na cidade de Ponta Grossa. Estes exploraram todas as riquezas, da Araucária ao que se podia fazer de produção agrícola. Em 49 famílias ocupamos. Fomos assentados e até hoje as famílias resistem e produzem neste assentamento, Novo Paraíso.

Ilustro este acontecimento na história da luta pela terra com o registro do Jornal Sem Terra sobre a chegada dos Sem Terra. Importante dar ênfase ao contra-ataque das oligarquias em conchavo com o aparato estatal, este mesmo Estado que deveria prover o bem-estar das pessoas, principalmente àquelas em situação de vulnerabilidade social. Esta edição é de número 87, de setembro de 1989.

FIGURA 2 – Preparação para Despejos de Famílias Sem Terra

Curitiba (ST) — Mais de 2 mil policiais de prontidão se preparam para despejar seis acampamentos de sem terra no estado. Fazendeiros da UDR declaram aos jornais locais que agirão com seus pistoleiros contra os trabalhadores.
Em 27 de agosto, 1.500 famílias de lavradores ocuparam seis latifúndios improdutivos: Guanabara, em Telêmaco Borba; Rincão do Bicho, em Cantagalo; Caldatto, em Catanduvas; Lagoa, em Mangueirinha; Geosul, em Castro; Boaventura, em Pitanga. Em total, 24 mil hectares.

Fonte: Mais (1989).

Quando desta última ocupação, eu já tinha quase 9 anos, idade com a qual, em 1990, eu conheci a escola. Um pouco diferente da atual legislação, pois a LDB 9394/96 ainda não existia, talvez diferentes também eram a estrutura física e logística das escolas. Naquela época, com muito menos abertura por conta das políticas públicas nessa área ainda serem tímidas, visto que resquícios da Ditadura Militar ainda assombravam e a Constituição Federal de 1988 ainda estava recém tomando corpo na prática.

Assim, eu e meus dois irmãos do tempo da infância e de toda a vida, conhecemos a escola, o mais velho com 11 anos, eu com 9 e o mais novo com 7 anos. O último estava na idade certa para a legislação da época, eu e o mais velho sem conhecer uma única letra do alfabeto já poderíamos requerer a progressão para as séries seguintes por idade. Ironias à parte, busco isso para, em tom sarcástico, enfatizar o quanto o ser humano muitas vezes é desumano com seu semelhante. Se alguns tinham direito, por que nós filhos de pessoas pobres e despejadas da sociedade não tínhamos direito a conhecer as letras na idade que a legislação da época estabelecia? Esforçando-me para compreender estas questões, recorro novamente a Bourdieu (2014) que enfatiza:

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário o suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. (BOURDIEU, 2014, p. 59).

É nesse período que se inicia uma luta pela escola e pela Educação nesse grupo de acampados. Tratando dessa concretude de luta pela Educação nesse espaço de acampamento, enfatizo uma relação com o tema a que se busca entender neste trabalho, que diz respeito à conquista do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense, Campus de Abelardo Luz. Esta relação é possível porque nos dois espaços, em tempos diferentes, se desencadeia uma busca por acesso à escola e à Educação em espaços de luta pela reforma agrária. A escola das primeiras séries em 1989 e o Instituto Federal Catarinense após 2010.

Faz necessário aqui refletir sobre a conquista das Escolas Itinerantes, modalidade educacional implantada mais tarde nos acampamentos como uma forma de suprir as demandas por escolas dos filhos dos acampados. Nessa época citada,

esta especificidade ainda não era uma realidade nos acampamentos. O que mais tarde se concretizou e buscou suprir demandas históricas na luta pela terra.

A Escola Itinerante é conquista dos trabalhadores Sem Terra, consiste em atender as demandas diretas por Educação às crianças que estão nos acampamentos e não têm, de outra forma, acesso à escola. Assim, as famílias constroem a escola nestes espaços e organizam o necessário para seu funcionamento. Esta escola é itinerante justamente porque os acampamentos nem sempre são permanentes, uma vez que a luta é contra uma estrutura social que com seus agentes de repressão modificam as relações quando bem lhes for conveniente, retirando inclusive os acampados dos seus espaços por meio dos despejos, se utilizando da força policial. É quando a escola vai junto para onde as famílias são jogadas, levantando-se novamente a escola, por isso itinerante. A escola, em estrutura física e pedagógica, está junto das famílias em luta permanente. Dessa maneira, assim como em todas as demandas sociais, são colocadas em pauta imediata a escola e todo o processo pedagógico também. Assim, as crianças passam a ocupar o espaço de socialização do conhecimento historicamente produzido, a escola passa a estar onde as pessoas estão nos acampamentos.

A este respeito, Bahniuk e Camini (2012), em verbete na Obra Dicionário da Educação do Campo, afirmam:

A Escola Itinerante é denominação dada às escolas localizadas em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento social que parte da reivindicação pelo acesso à terra, articulando-a ao projeto de transformação social. Denominam-se Itinerante porque acompanham a luta pela reforma agrária, assegurando a escolarização dos trabalhadores do campo. Desta forma, a escola itinerante, em seus objetivos gerais, não se diferencia das demais escolas do MST; o que se altera são as circunstâncias em que ela está inserida: em um acampamento, que, em geral, tende a ser um espaço no qual a luta de classes é mais evidente. (BAHNIUK; CAMINI, 2012, p. 331).

Na luta constante por Escola Itinerante, as famílias já furaram as bolhas do Estado, para que o mesmo reconheça a legitimidade desta construção histórica na Educação. Em muitos momentos e em diferentes estados os trabalhadores obtiveram êxito, não sem imposições das instituições legais que dificultaram o processo, como exemplo, tempo limitado para funcionamento, conforme mostra Sapelli (2015, p. 133):

[...] em 2003, o Conselho Estadual de Educação (CEE) aprovou o funcionamento das escolas itinerantes no Paraná, por meio do Parecer 1.012,

de 8 de dezembro, e da Resolução 614, de 17 de fevereiro de 2004, da Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR), como 'experiência pedagógica', por dois anos e, em 2005, sob o Parecer 735/05, renovada por mais 3 anos. (SAPELLI, 2015, p. 133).

Esta experiência de itinerância da Escola e da Educação não fez parte da minha vida escolar, não nos era do conhecimento essa alternativa educacional nos espaços onde itineramos nos acampamentos, por isso eu e meu irmão entramos na primeira série do ensino fundamental anos atrasados, na escola da comunidade vizinha ao acampamento que nos recebeu para compartilhar o que nela se socializava e produzia, já no município de Pitanga, na região centro-oeste do Paraná. Minha certeza que carrego há anos é que a professora nos recebeu como se recebe um familiar que estava distante e que veio para ficar. A Professora bem jovem, mas muito responsável, estudiosa e acolhedora.

A imagem⁹ a seguir mostra a escola onde iniciamos os estudos, um grupo de crianças ainda em 1989, quando ocupamos a terra. Era mês de setembro, mas os pais queriam os filhos estudando, a professora aceitou. Na imagem, educandos e educadora; mais à direita aparece uma parte da escola, onde era sala de aula, cozinha da escola e lugar de moradia da educadora (FIGURA 3).

FIGURA 3 – Escola Tenente Abílio Antunes Rodrigues e seus sujeitos. Comunidade Linha Gaúcha, município de Pitanga, PR – 1990



Fonte: Arquivos da professora Elisabethe (1990).

⁹ Esta imagem cedida pela Professora Elisabethe mostra com perfeição os estudantes do acampamento Cunha em 1990. Todos postados no pátio da Escola Tenente Abílio Antunes Rodrigues, na Comunidade de Linha Gaúcha. À direita a imagem mostra um recorte da escola, onde a professora tinha um pequeno espaço para morar, era também o mesmo espaço para ser feita a merenda.

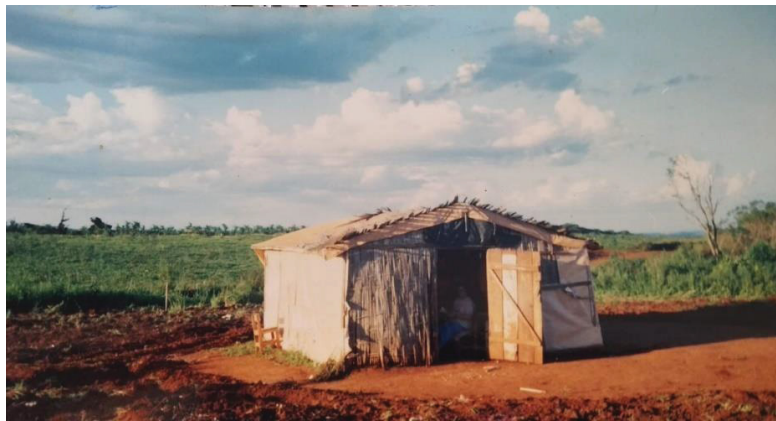
Eu aprendi nessa escola multisseriada a ler. Conheci as letras, formei palavras, formei frases e aqui estou me valendo dessas que naquele tempo comecei a aprender para registrar a história nesta dissertação, que discute a luta e conquista do Instituto Federal no Assentamento José Maria em Abelardo Luz, Santa Catarina, para os trabalhadores que ali construíram suas vidas na luta pela terra organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para além, é preciso compreender como se expressa na realidade da região as disputas em torno dessa Instituição de Ensino, uma vez que a Educação, em todos seus níveis, sempre foi um espaço para pessoas com privilégios econômicos, políticos e sociais.

Alguns anos depois, sempre em luta, conquistamos a escola no/do assentamento, que após quase 30 anos dessa conquista, ainda permanece uma pendência em relação ao nome da mesma. A comunidade ocupante escolheu o nome “Escola Rural Municipal Ernesto Che Guevara”, por se identificarem com princípios de lutas semelhantes. Por outro lado, a administração municipal não convergiu com esse pensamento da comunidade e desrespeitou-a, registrando a escola com um nome que não aquele escolhido pela comunidade. A professora foi intimada judicialmente por isso. A Comunidade respondeu organizada. Neste período que iniciou a caminhada da escola no acampamento, sua estrutura era de lona e de chão batido, como mostra a imagem a seguir, como também nos conceituam os autores abaixo citados:

Com a intencionalidade de construir uma educação que atendesse aos reais interesses daqueles que lutam e sacodem a estrutura social vigente, a escola para as crianças iniciou sua caminhada com a luta do acampamento. Uma armação de madeira, coberta com lona preta tornou-se a escola do povo, sinal de resistência ao perverso modelo vigente que não permitia aos trabalhadores acesso à educação e à Escola. (CAMARGO; FABRIS; VEIGA, 2019, p. 153).

Na FIGURA 4 está a escola que construímos inicialmente, como descrevem os autores.

FIGURA 4 – Primeira escola no Assentamento Novo Paraíso, após a ocupação da Fazenda Cunha, município de Pitanga, PR



Fonte: Arquivos da professora Elisabeth (1992).

Nessa realidade foi que continuei minha formação escolar. Para Ribeiro (2017), “Pode ser função de uma escola questionar as relações estabelecidas em suas proximidades e até para além dessas, mas, nenhuma escola tem força suficiente para uma transformação radical da realidade”. (RIBEIRO, 2017. p. 852).

Esta escola foi de uma força que sempre será referência na vida da comunidade e de quem passou por um processo de formação por intermédio dela. Esta, caminhando com a comunidade, foi transformando as relações e acrescentando conhecimentos.

É compreensível, numa análise no campo da luta de classes, quando uma instituição do Estado não aceita as ideias das comunidades. Essa relação é contrária aos princípios de uma sociedade democrática, ou pelo menos de um conceito de democracia participativa. O que se tem, de forma mínima, pós Ditadura Militar no Brasil, é uma democracia representativa. Os políticos e as instituições do Estado primam por este tipo de democracia; os políticos se empoderam e fazem aquilo que está sob seus interesses, não mais aos interesses do povo, e consolidam discursos vazios no que se refere a representar as demandas da sociedade. Tanto não representam as necessidades da sociedade que uma prova disso está no nome da escola do assentamento barrada por interesses ideológicos convergentes com os princípios do capital.

Nessa arena de luta social (que custou um processo judicial contra a professora, movido pelo prefeito municipal da época) o que é importante considerar é que a comunidade respeita o nome que escolheram, mesmo não sendo o oficial, o

legal. Também os diversos questionamentos feitos a partir da escola foram significativos na construção do assentamento e de suas lutas. A comunidade reconhece, sente pertença ao nome da escola que escolheram coletivamente, por meio de estudos e reflexões, análises teóricas, isso que marca na comunidade quando o tema é a Escola e a Educação que se quer (FIGURA 5).

FIGURA 5 – Escola Municipal Ernesto Che Guevara, conquista do Assentamento Novo Paraíso, município de Boa Ventura de São Roque, PR



Fonte: Arquivos da professora Elisabeth (1998).

A trajetória é longa. Por vários anos fui do assentamento para a sede do distrito de Boa Ventura de São Roque, mais tarde município, para concluir a antiga oitava série. Depois veio um processo de formação ligada às trajetórias de lutas. Fui estudar no Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis, que também é o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) no estado do Rio Grande do Sul, onde em 2002 me formei no curso experimental de formação de professores, o Magistério.

Foi também neste período que novamente fui acampar, dando continuidade ao que aprendi com minha família, ocupar para desconcentrar e democratizar a terra, ter um pedaço de chão para plantar e mostrar que é dessa maneira que os sujeitos vão modificando a estrutura fundiária, política, social, econômica e geográfica de uma região.

É também modificando as estruturas que as pessoas vão se emancipando e modificando as relações. Mudar radicalmente é muito mais que reformar. As reformas

feitas pelo Estado, na sua maioria, são em detrimento dos direitos dos trabalhadores, conquistados a duras lutas. Por outro lado, quando os trabalhadores organizadamente planejam e realizam a mudança estrutural, é a partir de uma concepção outra de sociedade e de organização da vida. Essa organização dos trabalhadores com suas ações desestabilizam a estrutura estatal capitalista, o que demonstra a classe trabalhadora estar num caminho promissor para livrar-se da exploração imposta pelos senhores do capital e endossada pela instituição, o Estado.

Nessa análise, é possível constatar que o Estado, enquanto instituição, não cumpre com sua obrigação, que é a de proteger os cidadãos que se encontram em situações de vulnerabilidade; entretanto, o Estado protege aqueles que mais têm, que mais exploram. Um exemplo dessa ambiguidade é o tratamento dado ao político que explorava a área pública de mais de 800 hectares e o caso hoje do Assentamento Novo Paraíso, onde os órgãos do Estado nada fizeram por aquelas famílias, a começar pela regularização do assentamento, que até a atualidade continua a mesma.

Na sequência, passei um período de mais de dois anos na sala de aula, como professor, que desde o início desse acampamento já conquistaram a escola. Nesse caso específico, na fazenda conhecida pelos acampados como Sete Mil. Posteriormente fui educador no Assentamento Oito de Abril, onde já havia uma escola quando ainda era fazenda. Foi esta escola que foi ampliada em estrutura e em número de estudantes. As estruturas da fazenda como uma grande borracharia e casas da sede foram organizadas e passaram a ser usadas como salas de aula.

Minha experiência em sala de aula neste acampamento foi um tempo de práxis, onde fui percebendo que muito ainda eu teria que buscar aprender. Ali, a sala de aula era tempo rico de aprendizados, tanto dos estudantes quanto meu, que passava da condição de estudante primário da década de 1990 a educador nos anos 2000. Percebi que deveria dar continuidade aos estudos, agora na Universidade. Um vestibular no ano de 2004 na Universidade Estadual do Centro Oeste, UNICENTRO, me possibilitou entrar no curso de pedagogia.

Formei-me em 2008 e voltei para o agora Assentamento Oito de Abril. No ano de 2009 trabalhei na coordenação da Alfabetização de Jovens e Adultos no Programa Paraná Alfabetizado/Brasil Alfabetizado. No início do ano de 2010 fui convidado para contribuir nas escolas dos assentamentos de Abelardo Luz, em Santa Catarina. Outro desafio.

Em 2011, foi um ano de lutas intensas no âmbito local, impulsionadas pela troca de governo no estado. O projeto acirrou para além do que já eram as disputas em diversas frentes. Na Educação então foi uma avalanche de pretensões que não respeitavam as demandas dos assentamentos. Com essa conjuntura posta desde o ano anterior com a mudança no campo político do estado, as famílias assentadas já estavam esperando retaliações nas conquistas obtidas há anos. Enfim, alguns momentos de enfrentamentos, que ligam com o que é o foco de estudo nesse trabalho.

Discorro sobre esses acontecimentos para ser possível perceber que as conquistas dos trabalhadores em luta, caso da terra, são elementos que estão em disputa em todos os momentos da história. As escolas, a produção de alimentos, as ideias. Basta que o povo organizado se mova e se faça protagonista do seu caminhar, para que sofram reveses de diversos oponentes.

Isso remete a pensar sobre o que Marx e Engels (1998) tratam na obra O Manifesto Comunista que, “A história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 09). Se a história de todas as sociedades foi essa luta dos contrários, isso me coloca a pensar em meus pais que na década de 1980 viviam essas contradições, mas não as conseguiam decifrar. Penso que se tivessem tido as condições de acesso e permanência em um processo de formação escolar comprometido com a problematização da realidade, poderiam enxergar na essência as relações de exploração do ser humano pelo ser humano, talvez nunca percebido na realidade de grande parte das pessoas, sem mergulhar na ilusão de que o sistema educacional seja o promissor de criticidade. Mészáros (2008) faz a seguinte problematização.

Será que a aprendizagem conduz à autorrealização dos indivíduos como ‘indivíduos socialmente ricos’ humanamente (nas palavras de Marx) ou ela está a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital? (MÉSZÁROS, 2008, p. 47).

Dada esta condição de dualidade da escola e do sistema de Educação, na luta das famílias pela terra e pela própria sobrevivência, foi nos círculos de debates, nas reuniões, nas assembleias, nos momentos formativos coletivos que as famílias envolvidas foram percebendo esta relação de classe e de opressão.

Aquelas famílias que tiveram seu direito à Educação escolar negada outrora, na luta diária pela terra, buscam um processo de formação coletiva e planejada e

passam a compreender sua condição de subalternidade a que sempre foram expostos. Esses momentos de formação, junto com a luta prática, lhes ajudaram a compreender a luta justa que estão realizando.

A compreensão dos meus pais e de muitos outros trabalhadores sobre essas e diversas outras questões se deram no campo prático, vivendo o processo. Se falarmos sobre a fome, temos propriedade para tal, porque não conhecemos esse conceito somente a partir de bibliografias, mas porque a vivenciamos. Ela esteve conosco por muito tempo, mais parecia uma rotina que não se poderia mudar. Se tratarmos da precariedade da moradia, pois temos Chão de Fala¹⁰, moramos em barracos que dificilmente hoje se vive no campo. Se falarmos da falta de segurança, estivemos diante de capangas¹¹ armados a mando de fazendeiros, quando não tínhamos nada nas mãos além da esperança de um pedaço de chão para produzir alimentos.

Quando remeto para o texto, Chão de Fala, que seguramente posso afirmar se tratar de um conceito cunhado a partir desta pesquisa, discorro sobre o mesmo para esclarecer tal questão. Ao me reportar a isto, quero enfatizar que temos Chão de Fala quando nos fazemos os sujeitos que realizamos a luta pela terra e continuamos fazendo uma trajetória que é ímpar na luta pela dignidade. Ouso dizer que estão nesta caminhada para reconstruir sua dignidade de vida, retirada intencionalmente pelos pensadores da sociedade atual.

Busco referência também em Borba (2013) na discussão de lugar de fala quando busca trazer para o cenário de estudos e lutas, as conquistas e possibilidades dos movimentos negros, com seu lugar de fala, também evidenciando estes territórios como de resistência. Da mesma posição de Djamila Ribeiro (2017), que nos leva a pensar e analisar sobre os processos construtivos dos subalternizados e/ou minorias que precisam tomar posições, se colocar como sujeitos, como já está acontecendo, mesmo com a força opressora dos poderosos que insistem em menosprezar o outro, neste caso, a classe trabalhadora.

¹⁰ Espaço de luta concreta, lugar de disputas no campo prático e teórico, espaço de onde se projeta um novo jeito de pensar e viver, renasce as esperanças de vida com base em conceitos contra-hegemônicos de vida, com base em valores humanos.

¹¹ Capanga, nome historicamente dado às pessoas que trabalham em fazendas, principalmente com a função de segurança da propriedade privada do fazendeiro. Minha concepção é a de que é um trabalhador rural, que sem saber conscientemente o que está fazendo e sem saber que pode romper com esta estrutura social e agrária, se sujeita a fazer o que faz. Esta função embrutece o ser humano, encaminhando-o mais para um pensamento primitivo do que outra possibilidade de pensar a vida.

Esses construtores deste espaço que enfatizo como Chão de Fala são pessoas, não anônimas. Ao contrário, percebendo sua condição de miserabilidade e buscando cada vez mais compreender esta realidade, se levantam daquela condição a que foi imposta planejadamente por homens, diria, de negócios, aqueles que pensam o mercado em primeiro lugar, e se colocam como sujeitos, como gentes que constroem, fazendo a resistência ao que é posto como hegemônico do capitalismo desumano atual.

Falam de um lugar que lhes é próprio, tanto em espaço quanto em vivência, ideias, ações, conhecimentos. São protagonistas. É muito inverso de quem fala do outro, ou sobre o outro, sobre o território do outro. Quem tem Chão de Fala expõe sua voz desse lugar que construiu com anos de luta por uma vida diferente daquela que lhe foi condicionada outrora.

Quando menciono o conceito/categoria território neste trabalho, é em Bernardo Mançano Fernandes (2005, p. 27) que busco esclarecimentos, quando este diz que:

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. (FERNANDES, 2005, p. 27).

É com base na citação acima que conceituo Chão de Fala como sendo um espaço de realização de lutas, ou seja, um território que tem uma ocupação de pessoas e deste se projetam. Não significa dizer que não ultrapassam fronteiras, sim, ultrapassam, se alastram por outros territórios para se fortalecerem, como sujeitos de ideias e ações produzidas nessa relação social de luta pela terra. Este é o chão de onde falam, o território que ocupam, mas que não se limitam a um cercamento por divisas. Tanto não se limitam nessas linhas que nos assentamentos e acampamentos respeitam-se em seus espaços de ocupação como uma coletividade que busca algo muito maior do que construir linhas divisórias.

Dessa forma, ter Chão de Fala também nos remete a pensar que esta categoria científica diz respeito a um projeto de sociedade que se constrói com os sujeitos sociais em luta. Protagonistas, aqueles que fazem, pensam, refazem e, assim, dialeticamente vão construindo.

De forma mais esclarecedora, digo que ter Chão de Fala é ter propriedade para falar de algo, não só com leituras, mas desta com a prática vivenciada. Falar do barraco e da vivência em um acampamento sem ter vivido nele, é muito diferente de quem viveu, morou, lutou nestes territórios. Diria ainda que falar do outro, talvez pareça fácil, pareça. Falar de si no conjunto das lutas sociais, vivenciando-as, é muito diferente. Fala-se com propriedade do assunto, com autoridade de conhecimento. Isto é ter Chão de Fala.

Esta categoria de análise quer se sedimentar no esclarecimento de que ter Chão de Fala não se resume ao participar de um espaço geográfico somente como um território limitado, mas extrapola divisas, ações pontuais. Portanto, é a vivência que se constrói na luta de classes, a qual enfatizo aqui, a luta dos camponeses pela terra, por reforma agrária e por uma sociedade diferente desta.

Ter Chão de Fala é também ter clareza no campo teórico, é saber analisar a sociedade, ou as sociedades com base nas lutas que o sujeito realiza. É ter conhecimento sobre o que se fala. Isto implica também na vivência daquilo que se fala.

Os sujeitos que participam neste trabalho como interlocutores, assentados e assentadas, tem Chão de Fala; falam de um espaço que construíram coletivamente, das mais corriqueiras ações às mais complexas. Dialogar com estas pessoas é seguramente diferente de conversar com quem não conhece qualquer que seja o assunto em pauta.

Chão de Fala expressa uma condição social da qual o sujeito se lança para buscar concretizar a esperança de viver dignamente. Para melhor explicitar o que solidifico como Chão de Fala busquei construir um cenário inserindo sujeitos que até antes de marchar para uma busca incessante de uma vida melhor, na luta pela terra, eram alienados da realidade que até então viviam, desconheciam a mesma para poder analisá-la com discernimento. Meus interlocutores de pesquisa são exemplos desse processo, uma vez que foram se descobrindo na vivência da luta pela terra e construindo seu Chão de Fala.

Ainda, buscando deixar o mais claro possível, o pesquisador que escreve este trabalho, analisando sua trajetória, construiu seu Chão de Fala, como se percebe neste primeiro capítulo, mas que está expresso em cada parágrafo desta Dissertação. O pesquisador busca também disputar o campo teórico, no espaço por excelência

onde o conhecimento tem sido sistematizado. O Chão de Fala também permite ocupar a academia e disputar conceitos, teorias.

Diante dessas construções, na luta pela terra, muitos caminhos são edificados pela coletividade. Nesta perspectiva de se constituir como sujeitos que constroem seu Chão de Fala, a Educação do Campo é um caminho, o do estudo, de aliar a prática com a teoria, de dialeticamente pensar a realidade. Esta experiência de Educação germinada nos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Sem Terra se territorializa como Educação do Campo, que “nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (CALDART, 2012, p. 257).

Esses conhecimentos de vivência, de realidade, vão construindo os sujeitos, enquanto estes vão se construindo, ou seja, é uma construção desde a base da luta dos trabalhadores na busca pela terra com o MST, se expande e aglutina outros movimentos camponeses e universidades. Passam a coletivizar as suas experiências e a se somar num grande movimento de luta e defesa da Educação e da Escola. A Educação do Campo busca compreender a realidade que está sendo vivenciada, problematizá-la, projetá-la. Para tanto, percebe-se neste movimento, um novo jeito de pensar a realidade. A isto vai sendo compreendido como Educação do Campo.

Objetivos e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e o embate (de classe) entre projeto de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de políticas públicas, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012, p. 257).

É uma construção de relação dialética, compreendida também com Paro (2014), quando menciona que “Ao transformar a natureza pelo trabalho, o homem transforma-se a si mesmo, ou melhor, cria-se a si mesmo pelo trabalho, ao criar suas próprias condições de existência histórica (PARO, 2014, p. 25). É um processo dialético, ao passo que os trabalhadores acampados e assentados vão construindo sua vida diária, construindo conhecimentos, se educando pela prática e pela teoria. Isso passa a ser pensado, questionado, debatido e sistematizado.

Esta trajetória de militante-professor-pesquisador não se confunde, ao contrário, fornece subsídios para análise da diversidade de ideias que se entrelaçam. Ainda, mais adiante, a conquista de outros espaços de formação, como na

Universidade Federal de Santa Catarina, no Curso de Especialização em Educação do Campo, em um tempo muito produtivo de estudos, onde mais uma vez a busca por autores que contribuem para o entendimento das questões que nos cercam foi de fundamental relevância.

Todas essas conquistas, no campo da Educação, da terra e da vida são resultados de uma luta coletiva dos camponeses para ter acesso e permanência, para valer os direitos básicos dessa população, o que sem luta e organização não seria possível. Também, o que explico nesta elaboração não é caso isolado, mas representa um conjunto nas conquistas da classe trabalhadora, dos camponeses e camponesas que ousaram não esperar que algo acontecesse, mas que foram rompendo as barreiras impostas e vencendo os obstáculos.

Então o Mestrado, que é mais uma etapa desse processo contínuo que nós professores, militantes, pesquisadores fazemos. Aparentemente, difícil imaginar que um sujeito que nasceu nas condições do início da década de 80, nos resquícios da Ditadura Militar, com cacos de maldade ainda pairando no ar, ajudasse a construir a história. Depois de toda essa trajetória que está registrada em poucas páginas, poderia parecer um tanto impossível a conquista da pós-graduação. Porém, não soa impossível para quem luta coletivamente por seus direitos, para quem tem Chão de Fala, para quem constrói uma identidade coletiva. Reconheço que não é fácil percorrer um caminho assim, mas sei perfeitamente que é com luta, com ênfase na coletividade Sem Terra, que propicia esta possibilidade de superação.

Para além de uma trajetória, está se concretizando o ser pesquisador. Esse é um desafio de enorme grandeza que vai se superando ao desenvolver a tarefa. A trajetória, desde sempre no MST, possibilitou-me um conjunto de experiências, que se tornaram marcas profundamente formativas, tanto no processo de educação escolar, quanto no processo de educação popular, como já descrevi até o momento. Além de ser educador na Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente – FAMA –, de Clevelândia (2018); educador no Instituto Federal do Paraná (2019/2020); fiz o Mestrado, onde aprendi a arte da resistência também no campo teórico e o significado da pesquisa que eleva a voz de quem resiste na luta de classes.

Tudo isso liga uma trajetória de luta e de busca para entender o movimento da sociedade e seus diversos momentos conjunturais. O que ligou também com a possibilidade de pesquisa em relação ao Instituto Federal no Assentamento José Maria. Diante dessa sistematização, a qual estão expressos conceitos como luta,

organização, resistência, conquistas, coletividade, é imprescindível analisar mais uma conquista obtida nos assentamentos, caso de Abelardo Luz.

Assim, entender essa conquista e questionar de que forma esta Instituição contribui com as comunidades dessa região e em que medida a mesma suscita possíveis divergências criadas na região, uma vez que é um fato histórico ter a presença de uma Instituição de Ensino Médio Técnico e Superior em área de reforma agrária.

É preciso buscar entender cientificamente essa conquista, porque não é algo comum nos tempos recentes da história brasileira. Frigotto (2009) já retratava que:

O tempo histórico contemporâneo, como o descreve uma vasta literatura crítica, caracteriza-se pela regressão social, indeterminação da política e pela hegemonia de concepções neoconservadoras e mercantis na sociedade e nos processos educativos. (FRIGOTTO, 2009, p. 65).

Todos esses fatores salientados pelo autor desta pesquisa estão fervilhantes na correlação de forças sociais na atualidade. Em acordo que vivemos um tempo histórico de regressão do pensamento, de perda da identidade como sujeitos de um fazer, de um pensar. Há um elevado descaso no campo da política e um grande avanço nos ideais do conservadorismo mercantil. Há uma grande descrença sendo espalhada no imaginário social, e por outro lado a posição sempre enfática de que alguém, um ser muito competente será/trará a solução para todos os problemas. Nesse campo de pensamento o individualismo se acirra, dividindo as possibilidades de ações coletivas.

Durante toda a trajetória de vida do pesquisador, a situação para a classe trabalhadora foi sempre de dureza. Nesse período histórico recente, as dificuldades impostas por esse pensamento social mercantil¹² estão sendo muito desafiadoras. Assim, torna-se intrigante¹³ que um assentamento possa ter em seu território, lá no campo, um Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

¹² Esse pensamento mercantil não é algo recente na história da nossa sociedade, portanto, aqui não confundir, pensando que seja algo recente, só está cada vez mais acirrado.

¹³ Esta ideia de ser intrigante é justamente porque historicamente a escola, de forma geral, sempre foi dificultada para as populações camponesas. De forma específica uma unidade/Campus do Instituto Federal Catarinense estar em uma área de assentamento da reforma agrária, torna-se algo muito relevante, já que estes trabalhadores normalmente são pouco assistidos pelas políticas públicas, haja visto que para conseguir seu espaço de moradia e produção da vida, foi necessário desobedecer as leis que pregavam harmonia social, para provocar uma mudança na estrutura fundiária.

Neste primeiro capítulo, busquei evidenciar a trajetória de luta do pesquisador como um processo permanente de formação política e acadêmica, fazendo uma relação intrínseca da vivência de lutas gerais, com a luta pela Educação e pela garantia do direito à escola e ao conhecimento que por meio dela nos é de direito. Também explicito uma categoria de análise que perpassa todo o trabalho, e para além dele, que é o Chão de Fala, de onde os protagonistas da luta camponesa se projetam para uma realização possível de sociedade justa.

3 A LUTA PELA TERRA EM ABELARDO LUZ NO CONTEXTO DE FORÇAS CONTRADITÓRIAS

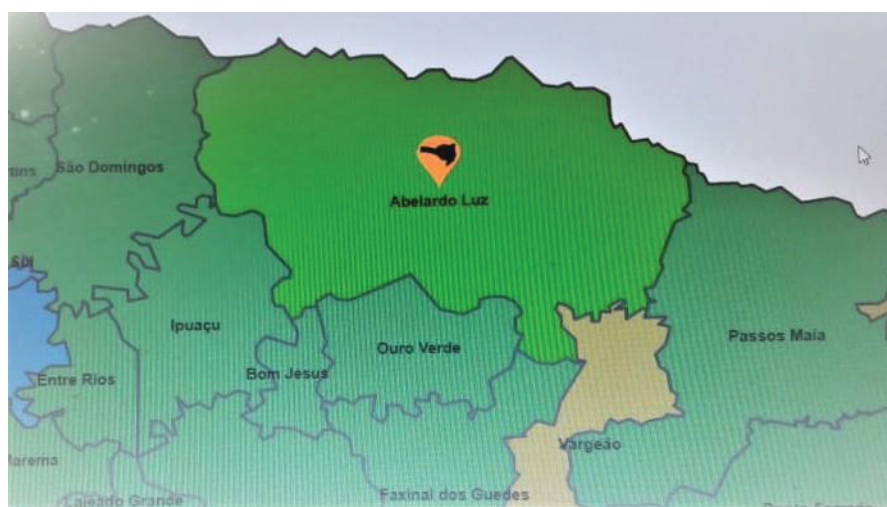
Neste capítulo abordaremos de forma sintética a luta pela terra no município de Abelardo Luz e suas conquistas, com um recorte temporal a partir da década de 1980, com a chegada dos Sem Terra organizados no MST. Buscamos construir esta sistematização por meio de diálogo com os protagonistas desse acontecimento, que são famílias que impulsionaram este novo cenário no município. Este reconstituir a história da luta pela terra em Abelardo Luz faz-se necessário para fazer relações com a conquista do Instituto Federal neste espaço de luta pela reforma agrária.

3.1 AS FORÇAS OPOSTAS À REFORMA AGRÁRIA

Este trabalho se projeta de um espaço que tem na geografia do Brasil, o município de Abelardo Luz. Este se localiza na região Oeste do estado de Santa Catarina, há mais de 500 quilômetros de capital do estado, Florianópolis.

Na imagem abaixo é possível localizar Abelardo Luz na região, ter uma dimensão da sua grandeza em espaço territorial e os municípios que divisam consigo. Na parte mais clara de sua divisa, avizinha-se com o estado do Paraná, tendo dois municípios do referido estado como limites, Clevelândia e Palmas (FIGURA 6).

FIGURA 6 – Mapa da região oeste de Santa Catarina, ênfase em Abelardo Luz



Fonte: Abelardo Luz (2021).

Para compreender o Instituto Federal no contexto da luta pela Educação do Campo é preciso situar e problematizar o território do qual faz parte e, portanto, discorrer sobre a luta pela reforma agrária em Abelardo Luz. Analisam-se neste capítulo as ocupações, as conquistas obtidas, o que dizem os sujeitos dessa história, tendo como recorte temporal, o início da década de 1980 até a atualidade.

Para isso faz-se necessário compreender, sinteticamente, sobre a reforma agrária e os antagonismos em torno do tema, alavancados por um pensamento do movimento social, o MST, e pelos organismos internacionais, especificamente o Banco Mundial, com o pensamento de reforma agrária de mercado atrelada aos governos locais de diversos países do mundo, com especificidade ao Brasil, além de em consonância com o pensamento da oligarquia rural.

No Brasil esta oligarquia, contrapondo as lutas populares pela terra, criou a UDR (União Democrática Ruralista) na década de 1980, tendo como seu maior expoente um velho político chamado Ronaldo Caiado, tão comentado nos espaços de luta pela terra desde aquela época. Ainda na atualidade é uma figura com muita influência política no país, ocupando o cargo de governador do estado de Goiás.

Este período pós Ditadura Militar no Brasil possibilitou que as pessoas sentissem a conjuntura mais favorável em protagonizar sua história no campo brasileiro com a demanda da reforma agrária. Esta demanda, ainda a contragosto do Estado, foi abrindo cercas com as ocupações de terras. Estas iniciativas foram sendo seguidas por milhares de famílias, colocando em xeque o pensamento burguês de concentração de riquezas, caso da terra, e sendo contraditadas por esta burguesia com apoio do Estado e de seus formuladores de políticas conservadoras. É neste momento da história recente que o Banco Mundial¹⁴ passa a pensar políticas de proteção desse recurso natural, como mais uma mercadoria valiosa. Como verdade,

¹⁴ O Banco Mundial é um órgão criado em 1945, assim como o FMI (Fundo Monetário Internacional) para, no pós-guerra, repensar as políticas econômicas e sociais capitalistas, com mote de contribuir no desenvolvimento dos países arrasados pela guerra e demais, considerados países de terceiro mundo, ou em desenvolvimento, mas nas palavras diretas, nos países em que a pobreza é acentuada por conta das desigualdades criadas por este modelo de sociedade. Então, o Banco Mundial, como outros aqui já citados, são financiadores que emprestam dinheiro, exploram as populações pobres que trabalham para pagar os empréstimos tomados por governos locais a juros que a população, em geral, não fica sabendo, porém, sabendo ou não, trabalham para pagar. O Banco Mundial empresta dinheiro para os países que têm carta de crédito junto a si, para diversas áreas, assim, o credor formula as condições de empréstimo e como as ações devem acontecer nos respectivos países. Os vários pequenos, médios e grandes bancos existentes nos países são ramificações dos grandes dragões financeiros como o Banco Mundial.

este recurso natural como mercadoria é um velho artifício dos que concentram as riquezas, desde sempre na história do Brasil. Para Pereira (2009),

Ao longo da sua história, o Banco sempre explorou a sinergia entre dinheiro, prescrições políticas e conhecimento econômico para ampliar sua influência e institucionalizar sua pauta de políticas em âmbito nacional, tanto por meio da coerção (influência e constrangimento junto a outros financiadores e bloqueio de empréstimos) como da persuasão (diálogo com governos e assistência técnica). (PEREIRA, 2009, p. 01).

De todo modo, nessas décadas a que se concentra a análise deste trabalho, o Banco Mundial passa a formular propostas para a mercantilização moderna da terra. Segundo Pereira (2009), este passo foi o modelo de reforma agrária de mercado (MRAM), que foi:

Adotado como orientação pelo Banco Mundial desde os anos 80, ganhou contornos melhor definidos após o fim da Guerra Fria, transformando-se num conjunto de diretrizes e princípios norteadores das propostas do Banco na área do desenvolvimento rural e do alívio da pobreza. (PEREIRA, 2009, p. 27).

Nota-se como propósito do Banco Mundial o alívio da pobreza. Para um olhar sem criticidade sobre esta e outras narrativas “aparentemente bem intencionadas” desses organismos, isso soaria como uma grande possibilidade de sanar, ainda que minimamente, as desigualdades sociais. Por outro lado, para um leitor crítico, isso soa como meras “boas intenções”, que passam e desaparecem, mesmo estando sempre escrito, porque no campo da ação não se efetivam. É um discurso de classe, de convencimento dos que esperam por esta iniciativa de alívio da sua dor causada pela pobreza. Pobreza que é planejada para que exista e se perpetue para a formação de reserva de mão de obra barata, pensada inclusive pelo Banco Mundial, que é também órgão de sustentação da realidade como tal.

Pereira e Fajardo (2015) ressaltam que a reforma agrária assistida pelo mercado, na sigla RAAM, foi “Impulsionada pelo Banco Mundial (BM) em diversos países a partir de 1994, a RAAM foi um dos componentes centrais da agenda de neoliberalização das políticas agrárias e das relações sociais no campo, promovida pela instituição”. (PEREIRA; FAJARDO, 2015, p. 157).

Observa-se que o Banco Mundial retoma o seu pensamento de colocar a reforma agrária conduzida capengamente pelo Estado como política pública, inviável

segundo o seu conceito. Esta constatação corrobora com o que Pereira e Fajardo (2015) constata nos seus estudos.

Não por acaso, o pressuposto da RAAM era o da falência histórica do que os próprios economistas do BM denominaram de 'reforma agrária conduzida pelo Estado' (state-led land reform). Considerado um modelo discricionário, confiscatório, conflitivo e inviável politicamente em regimes democráticos – por se basear no instrumento da desapropriação e na indenização (quando existente) aos proprietários de terra por meio de títulos da dívida agrária –, tal modelo seria também centralizador, burocratizado, paternalista, ineficiente economicamente e ineficaz na redução da pobreza rural. (PEREIRA; FAJARDO, 2015, p. 157).

O Banco Mundial considera o modelo de reforma agrária promovido pelo Estado, mesmo que a passos lentos, como conflitivo e inviável, além de outros adjetivos; isso denota seus interesses hegemônicos. Porque conflitivo? Porque mesmo sem vontade política dos estados locais, que estão engajados com a burguesia local, é conflitivo que os camponeses queiram romper com a estrutura agrária, é inviável para resguardar os interesses hegemônicos, então, contrapor a um pensamento de reforma agrária que praticamente não sai do papel, é tarefa de organismos como o BM. Eles querem a terra como mercadoria para ser comprada e vendida como qualquer produto no mercado capitalista. O inverso de democratizar o acesso para a produção de alimentos saudáveis e que possa, esses alimentos, serem acessíveis a toda a humanidade.

Parece não ser uma verdade, mas é, que a terra, um bem natural que deveria ser de direito de todos, foi aprisionada por um pensamento minoritário, transformada em mercadoria e exposta na prateleira à venda. Isso se revela bárbaro. Como ousaram? É da terra que se produz alimentos, a base da vida e muitos não podem acessar para produzir a base da sua sobrevivência. É simplesmente desumano.

Não nos surpreende que o Banco Mundial desfira seu julgamento sobre o Estado se (i)responsabilizar pela reforma agrária, sustentando que este processo é, como apontam Pereira e Fajardo (2015, p. 157) “centralizador, burocratizado, paternalista, ineficiente economicamente e ineficaz na redução da pobreza rural”. Com base nas leituras realizadas e na própria vivência de mais de 30 anos no Movimento Sem Terra, percebe-se que o Estado deveria assumir com responsabilidade o papel de quem realmente distribuísse a terra e outras riquezas de forma a contemplar o bem estar de todas/os. Assim como deveria não primar pela burocracia que impede cada vez mais realizações que visam a distribuição igualitária de riquezas, assim como

deveria deixar de ter papel de sistema coronelista que espalha migalhas e recolhe pesadas contribuições desses mesmos aos quais distribuiu as migalhas.

Dessa maneira, sustentado por um pensamento de classe, esta que está sempre pendurada nos cabides do Estado, a reforma agrária de fato não acontece e conseqüentemente não reduz a pobreza no campo brasileiro e nas cidades. Seria cômico se não fosse trágico, a elite por meio de seus vários mecanismos de poderes inviabiliza a reforma agrária de pensamento popular e ainda dita regras de uma reforma agrária segundo sua visão mercadológica.

Outrossim, sem divagar na análise, vinculo esta com o propósito do presente capítulo. A força burguesa, percebendo-se ameaçada por uma iniciativa dos trabalhadores camponeses que já estavam cansados de esperar pelo alívio da pobreza, que ficou sempre nos discursos de senhores poderosos, foram para a ocupação, na perspectiva da desconcentração da terra, ameaçando privilégios para democratizar o acesso a este bem natural. E como para cada ação pode haver uma reação, a força hegemônica do capital moveu-se, entre estas forças está o Banco Mundial e sua proposta de reforma agrária de mercado. No Brasil, essa proposta surgiu com o nome de Banco da Terra, ou seja, quem quisesse terra financiaria e compraria, deixando assim de fazer a ocupação desse espaço de produção da vida, mas comprando conforme os ditames do mercado.

Até aqui, busquei evidenciar que a reforma agrária é um processo de disputa no campo teórico e prático. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra propõe uma forma de partilha da terra, de forma coletiva, pautada na solidariedade, na democratização do acesso e permanência nestes espaços. Órgãos multilaterais ligados com os órgãos estatais e com as oligarquias rurais de cada país, em sua maioria, propõem o inverso da distribuição social deste bem que sustenta a vida no planeta, tornando assim mais um produto do mercado capitalista global.

Buscando melhor situar o tema e aprofundar a análise, Portela e Fernandes (2008) trazem de forma didática a compreensão do que significa a reforma agrária, como uma política pública que surfa por várias gerações no cenário político brasileiro e mundial e na prática não se efetiva de forma exitosa, ao contrário, se arrasta como um enorme fardo de peso imensurável para o Estado, sendo puxada morro acima, assim, dizem os autores:

Fazer a reforma agrária significa realizar o assentamento no campo de pessoas e famílias que querem a terra para trabalhar. É uma política pública de responsabilidade do governo federal, que pode ser executada por meio de um projeto amplo que deve ter como objetivos principais: a *desconcentração fundiária*, para evitar que a terra permaneça nas mãos de poucas pessoas ou empresas, e, *democratização do acesso à terra*, possibilitando que mais pessoas tenham acesso à terra para trabalhar. (PORTELA; FERNANDES, 2008, p. 38).

Existem vários projetos de reforma agrária que perpassam gerações, ou os Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA), o difícil é não estar em nenhum plano de políticos candidatos, porém, difícil mesmo é isto acontecer de forma prática. Estes planos são refúgios para governos escaparem de pressões imediatas dos necessitados de tal demanda, e assim, ludibriam os requerentes e o tempo vai se encarregando de fazer com que muitos trabalhadores desistam de pleitear seus direitos pela terra e reforma agrária. Assim, muitos passam a buscar outras perspectivas para a sobrevivência. Mas há quem não desista e lute.

Nesta linha de raciocínio é possível a compreensão de por que o Estado não se move para a concretização da reforma agrária, pois o mesmo está a serviço de um pensamento hegemônico, o atual capitalismo, que não preza pela desconcentração fundiária e consequentemente pela democratização do acesso à terra. Muito pelo contrário, seu princípio em relação a esta temática é a concentração fundiária e de toda a riqueza produzida pela força de trabalho, e dificultar ao máximo o acesso à terra e aos bens produzidos pela humanidade. Instituições do Estado a serviço da burguesia agrária e industrial atuam ao avesso da sua responsabilidade. Não protege os necessitados, como prevê a constituição cidadã brasileira, como bem trata em seu Art. 5º, inciso XXIV, especificamente sobre a desapropriação de terras.

Diante dessa questão, como podemos perceber a omissão do Estado, este, em consonância com a defesa da estrutura agrária imposta pelo pensamento da concentração, “casualmente consensuada desde a colonização portuguesa no Brasil”, o Estado, na década de 1990, busca com veemência mercantilizar a reforma agrária com a proposta do Banco da Terra, pilar pensado pelo Banco Mundial, tendo no Brasil seu algoz, o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Ainda tomando como base de análise, Pereira (2009) diz que “O enfoque dos mercados de terra ganhou força nos anos 90 e dominou a agenda internacional devido, por um lado, à sua capacidade de vinculação com a ideologia neoliberal e, por outro, à inconsistência das propostas alternativas” (PEREIRA, 2009, p. 27).

O Brasil foi tomado por esta ideia de que quem quisesse terra era só acessar o crédito específico para tal, que o governo teria aberto como possibilidade de acesso dos camponeses à terra. Essa política só foi adotada para, nos propósitos governamentais e de órgãos como o Banco Mundial, entre outros, aniquilar a alternativa da ocupação dos latifúndios improdutivos, que nem sequer cumpriam com a função social da terra.

Por meio desse financiamento, muitas famílias orientadas pelo pensamento de mercado se endividaram para a compra de terras. Outra situação caótica a que foram submetidos estes camponeses foi da compra, por aqueles que conseguiram, de terras nos lugares mais distantes, com relevo muito acidentados, já degradadas, longe de recursos de saúde, educação, transporte, entre outros. Muitos fazendeiros aproveitaram esta possibilidade do mercado para se desfazerem dessas terras em lugares remotos para se localizarem em espaços mais acessíveis. As famílias que financiaram aquele espaço entraram em uma proposta eficaz para o mercado, fazendo girar a roda da economia capitalista. Se depois não pudessem pagar o financiamento, o próprio Estado se encarregaria de acertar as contas com estas famílias; em outras palavras, tomando a terra dos camponeses, mais uma vez.

Diante dessa síntese analítica, em Abelardo Luz, que não fica fora dessa realidade já exposta, busca a via da democratização da terra, assim fazendo a desconcentração da mesma por meio das ocupações.

3.2 A LUTA PELA TERRA EM ABELARDO LUZ

Qualquer referência sobre a luta pela terra, principalmente no Brasil, requer uma memória desde os tempos que este país foi invadido¹⁵ pelos colonizadores portugueses. Não vem ao caso toda a retomada neste trabalho, mas enfatizar que pesquisadores, escritores muito já se dedicaram sobre a temática.

A questão é que com mais de quinhentos anos de história, esta sempre foi a história da luta pelo acesso e divisão da terra para todos, e nisso, muita luta já foi

¹⁵ Aqui o termo usado “invasão” denota mesmo o sentido de invadir um espaço já ocupado por alguém ou por um grupo. Este foi o caso no Brasil, analisando numa perspectiva crítica. Este espaço territorial estava ocupado por povos indígenas. Os portugueses chegaram e ludibriaram aqueles povos e se apossaram de algo que não era seu, por isso a invasão de território, da cultura, das riquezas das terras indígenas.

desencadeada. Bem como artisticamente retrata uma canção feita na luta pela terra protagonizada pelos trabalhadores do MST, a qual registro uma estrofe.

Para dividir a terra
Quanto sangue derramado
Na luta por um pedaço de chão
Quantas mães perdem seus
Filhos sem explicação. (MST, 1999).

É possível discorrer sobre os versos, mas creio que eles falam por si, são versos e palavras que têm conteúdo, são fortes, são fatos, são histórias que têm o olhar e a ação dos trabalhadores que viveram e escreveram sua própria história.

Nesta segunda sessão deste trabalho, buscamos registrar a história dos trabalhadores rurais Sem Terra que a partir da década de 1980 se levantam contra a concentração de terra no país, especificamente trato dos camponeses do Oeste de Santa Catarina, que em Abelardo Luz ocuparam as terras improdutivas e concentradas em poucas mãos. Este registro da história busca nos seus sujeitos e em fontes bibliográficas a base para tal exercício, além da vivência do autor como integrante desse movimento de luta no campo brasileiro.

Nessa reconstrução histórica da chegada e das conquistas dos trabalhadores em Abelardo Luz, buscamos por meio da história oral e nas bibliografias já construídas, elementos para ressignificar e/ou dar continuidade nas escritas desta caminhada com um olhar crítico para compreender os avanços que qualificaram a vida dessas pessoas por meio dessas ações de disputas pelo direito à terra e à vida.

A história da luta pela terra em Abelardo Luz é mais uma das lutas dos trabalhadores Sem Terra que aconteceram em diversas partes do país na década de 1980 e que se expandiram muito mais nos anos seguintes. Sem se aprofundar em um período anterior na história, pode-se citar a Guerra do Contestado (1912-1916) como um momento de luta pela terra no território.

Sintetizo o que é na história a Guerra do Contestado, buscando em Machado (2001) quando ressalta que

[...] os sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discursos como por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo que defendia os interesses dos endinheirados, dos 'Coronéis' e dos estrangeiros. (MACHADO, 2001, p. 5-6).

Os assentamentos oriundos do Movimento Sem Terra são a herança também da luta do Contestado, assim, um Assentamento em Abelardo Luz homenageia o Monge José Maria, que fez parte da luta camponesa da terra contestada, dando a um destes assentamentos o seu nome. A imagem abaixo mostra a sede do Assentamento José Maria (FIGURA 7).

FIGURA 7 – Visão aérea da sede do Assentamento José Maria, Abelardo Luz, SC



Fonte: GUIATEM (2013).

Dona Seni é moradora no Assentamento José Maria, Ela saiu em busca da terra em 1985 nas ocupações realizadas pelo MST. Ainda bem jovem, já mãe de 4 filhos, arrendatária e sem ter frequentado a escola, foi nos acampamentos que se descobriu como detentora de direitos. Conquistou a terra, onde hoje vive lutando diariamente, produzindo alimentos e vida no assentamento, depois de vários anos acampando em diversos municípios da região Oeste de Santa Catarina.

Esta camponesa foi arrendatária, onde tudo o que produzia na lavoura, qualquer cultura alimentícia, tinha que repassar ao dono da terra uma significativa quantidade, restando a si e a sua família, parte do que produzia. Ela se emociona quando se refere a não ter conseguido frequentar a escola, escrever. Diz Seni (2020), “só o nome, mas me orgulha de dizer ter aprendido muito na organização” (Informação verbal)¹⁶ que faz parte com milhares de famílias, que é o Movimento Sem Terra.

Esta trabalhadora, quando foi acampar estava gestante, estava no sétimo mês de gravidez quando ficou 9 dias em Florianópolis, em vigília, acampada em frente ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), para que este órgão os

¹⁶ SENI. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

percebesse e compreendesse a importância da reforma agrária. Foi dessa forma que os acampados conseguiram fazer acontecer as primeiras desapropriações de terra em Abelardo Luz. De acordo com Seni (2020): “a gente fez uma vigília em Florianópolis, lá no INCRA, a gente ficou nove dias lá, eu tava gestante de 7 meses e fizemos para sair as primeiras terras aqui no município de Abelardo Luz. A gente tava acampado em Faxinal dos Guedes” (Informação verbal)¹⁷.

A partir dessas primeiras ações que Dona Seni participa, diz ela que começou a perceber o quão tem direito, mas o que chama a atenção é sua compreensão de que não bastam os direitos dela serem garantidos, mas sim, os direitos de todos.

A busca da concretização dos mesmos incomoda. Os incomodados, aqueles que sempre desprezaram os trabalhadores, suas forças e suas conquistas, estão expressos em órgãos como o já citado anteriormente, Banco Mundial, que para Mendonça (2010), em resenha da Obra “Banco Mundial: Golpe de Estado permanente” de Toussaint (2006), diz que “o que se observa historicamente foi o apoio e o incentivo do banco apenas às iniciativas cujo objetivo final fosse a privatização de serviços públicos ou a regulação, via mercado, de problemas sociais” (MENDONÇA, 2010, p. 224). Isso, só para exemplificar os incomodados com a classe trabalhadora por suas ações contrárias às dos poderosos.

Nesta perspectiva de buscar para si a condição de sujeitos de direitos, nossa interlocutora (SENI, 2020) relata a evolução de sua compreensão em relação ao seu direito à vida.

[...] e daí eu comecei a descobrir os meus direitos, não só os meus direitos, mas o direito da sociedade e tudo, que cada cidadão tem o dever, direito de ter onde morar, de produzir, quem é da agricultura e aquele que é operário também tem o direito de trabalhar, mas tem que ter os seus direitos garantidos. (Informação verbal)¹⁸.

Esta Sem Terra foi privada do direito à escola, as condições impostas determinaram a sua realidade, mas como é possível perceber, é uma senhora de muitos conhecimentos, adquiridos na vida prática, na organização social a que fez e continua fazendo parte. Teimou em se libertar das amarras impostas pelo sistema social hegemônico, onde o cidadão subordinado é o almejado. A trabalhadora libertou-

¹⁷ SENI. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

¹⁸ SENI. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

se do pensamento de subalternidade e com milhares de pessoas se projetou e protagonizou a construção da história.

Nesse caminhar coletivo, Dona Seni (2020) busca um dizer popular que aprendeu, “tem um velho ditado que todo mundo diz: uma andorinha sozinha não faz verão” (Informação verbal)¹⁹, diz isso se referindo à importância de estar organizado com muita gente para objetivos comuns. Nesse diálogo, que são também lições, Dona Seni (2020) fala de como eram as relações estabelecidas nos espaços de acampamento.

[...] e uma coisa muito linda que eu aprendi, que não teve nesse tempo que a gente lutou pela terra, não teve discriminação de cor, de raça, de idade... eu tinha 28 anos quando a gente entrou no acampamento, então a gente nunca ouviu falar a pessoa de discriminação [...] isso é um símbolo muito importante para nós, porque nos dias de vida que a gente vive de hoje, é só discriminação que a gente vê na sociedade. (Informação verbal)²⁰.

O campo de abrangência, de compreensão da realidade que permeia os conhecimentos da realidade dessa lutadora²¹ é muito vasto. Ela ajudou a planejar a educação escolar das crianças nos acampamentos pelos quais passou, foi merendeira e foi pensadora das questões curriculares.

Quando se discute e faz Educação do Campo, sua gênese está presente na pessoa de Dona Seni e seus pares. Pessoas que pouco ou nada frequentaram os bancos escolares, agora, nos acampamentos, planejam e fazem a escola necessária para si e seus filhos. Fazem a proposta pedagógica e delineiam o planejamento de sala de aula em conjunto com os professores. São fortes iniciativas de Educação do Campo que fazem parte do conjunto do que se pensa nessa área. Aí, cabe se perguntar: e como ficam as políticas na Educação pensadas, inclusive pelo Banco mundial?

Embora este organismo internacional também se ocupe com os problemas da Educação, suas propostas e estratégias são antagônicas aos projetos defendidos pelos movimentos sociais. Uma Instituição como o BM, braço forte do capital, necessita contrapor-se aos protagonismos de sujeitos camponeses que pensam por conta própria numa coletividade. Schwendler (2017) aponta que:

¹⁹ SENI. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

²⁰ SENI. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

²¹ Lutadora é um termo utilizado na região para mencionar uma pessoa que incansavelmente luta por direitos e por repensar uma sociedade em que tenha como primazia o ser humano.

A partir dos interesses do capital internacional, o próprio Banco Mundial tem-se mostrado preocupado com os problemas da educação no campo (falta de acesso, reprovação, qualidade), dentro do enfoque do *novo rural*, fundamentado na formação de força-de-trabalho para a empregabilidade e a inserção do campesinato no mercado. (SCHWENDLER, 2017, p. 81).

O pensamento expresso por este organismo criado e chefiado pelos capitalistas não admite que trabalhadores, que outrora estavam sem perspectivas de nada, agora lutem por direitos e planejem uma sociedade diferente daquela que os excluiu. O Banco Mundial quer colocar a humanidade sob a égide dos seus propósitos. Esta é a relação que se desenvolve na luta de classes.

O Banco Mundial busca a submissão dos trabalhadores e de sua Educação à lógica do mercado. É por não conseguir impedir que esses sujeitos que lutam por seus direitos o façam e façam de acordo com a superação de suas demandas, que forças hegemônicas, antagônicas ao jeito de pensar camponês, os atacam das mais diferentes maneiras.

Os poderosos instituídos pela sociedade, como tal, veem seus privilégios e sua “sapiência” sendo questionados e mais do que questionados, sentindo possibilidades reais de mudança, por isso atacam com veemência os trabalhadores no campo político, jurídico, enfim, com seus aparelhos ideológicos de Estado, assim como constatados por Althusser, afinal de contas, os agentes financeiros mundiais usam os estados nacionais, em sua grande maioria, como reféns de interesses econômicos globais.

Seguindo o raciocínio da nossa interlocutora (SENI, 2020), pessoa de estimada sabedoria, diz ela, “eu pra mim hoje, eu tenho um grande estudo. Quando eu tinha dez anos de idade, eu fui três meses na aula...” (Informação verbal)²², dizendo isso, demonstra o quão formativo é estar nas fileiras da luta da classe trabalhadora, pois esta lutadora, mesmo tendo seu direito a frequentar a escola obstruído, teve na organização da luta pela terra a possibilidade de compreender como funciona a sociedade.

Com esta síntese analítica dessa personagem da história dos acampamentos e assentamentos de Abelardo Luz e do Oeste catarinense, é possível ter um olhar histórico de como os sujeitos desta luta viveram os tempos de intensas dificuldades e

²² SENI. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

como foram protagonizando uma história contada em escassas bibliografias, mas que continuam vivas na memória destes trabalhadores.

Os sujeitos descrevem como aconteceram as ações para que a possibilidade da luta pela busca da terra se concretizasse. Com uma realidade de mínima abertura para que as pessoas pudessem se manifestar, sem ter deixado de fazer no período de Ditadura Militar, mas agora, com novos ares que estavam surgindo, no sentido de caminhar para uma reabertura das liberdades, o povo se manifestou pela necessidade urgente da manutenção da vida, que aquela realidade ditatorial de outrora não dava conta dessa demanda. Assim, as pessoas se levantaram para uma compreensão maior dessa realidade, se percebendo como sujeitos que devem protagonizar os passos seguintes, ou estariam condenados a padecer na miséria que crescia.

Um processo de reconhecimento da realidade tem continuidade por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sindicatos de trabalhadores rurais combativos, e outros segmentos da sociedade que se levantam para uma nova realidade.

Desde que os trabalhadores se renovaram na luta por seus direitos, principalmente pela terra no campo brasileiro, a cultura musicada sempre foi uma energia na luta. Uma das canções muito cantada pelas pessoas chama-se Toda Semente. Se bem tenho lembranças, assim dizia a letra “Põe a semente na terra e não será em vão, não te preocupe a colheita, plantas para o irmão”²³. Essas canções diziam aos camponeses sobre suas ações, sobre o seu querer, expressavam um pensamento que tinha conexão com a realidade. A vida das pessoas estava sendo musicada, por isso a música era a realidade e a realidade se fazia música. Vivemos as lutas com muita música produzida naqueles contextos, nos momentos de formação, de lazer, de trabalho, em todos os espaços.

Em entrevista, Landin²⁴ (2020), em busca de suas memórias daquela época, expressa que o processo de formação dos Sem Terra se deu de forma esclarecedora nas comunidades de origem das pessoas.

²³ Não consegui encontrar o autor da mesma, mas é facilmente encontrada no youtube sendo interpretada por diversas pessoas. Fez parte da conjuntura de luta da qual trato neste trabalho. Penso que esta canção tenha sua origem na comunidade religiosa da Igreja Católica, no Grupo da Teologia da Libertação.

²⁴ Landin (nome fictício) é um dos Sem Terra que participaram desde as primeiras ocupações no município de Abelardo Luz. Veio muito jovem para o acampamento. É morador no assentamento que deu origem à primeira ocupação, em 1985. Participa neste trabalho como integrante da comunidade desde os momentos iniciais da ocupação da terra em Abelardo Luz e também participa como estudante egresso do IFC. É um dirigente Sem Terra. No MST teve muitas

[...] o Movimento Sem Terra surge nesse contexto, antes da ocupação, toda preparação, né? Toda essa, esse estudo, essa conscientização, né? Ehhhh, construído pela Igreja Católica, também pela Igreja Luterana nos anos 80, né? As comunidades eclesiais de base, grupos de reflexão, todo esse estudo necessário de entender quem nós somos, o porquê dessas diferenças sociais, o porquê há famílias que nada tinham, até hoje milhões de famílias nada têm. (Informação verbal)²⁵.

Constata-se, com base em leituras e na vivência já expressa, que o povo se move devido a uma necessidade. Caso não a tenha, ou tendo, não a vislumbre, seja uma pessoa ou um grupo de pessoas, não se movem em busca de mudanças. Na mesma linha, com a demanda posta, faz necessário compreendê-la, sem a compreensão do fenômeno, torna-se difícil movimentar-se para solucionar. Essas descobertas da necessidade e de como solucioná-la vão acontecendo na caminhada dos trabalhadores enquanto caminham, enquanto vão fazendo a história. Uns compreendem mais, outros de outro jeito os problemas enfrentados e é este saber, de um e de outro que as pessoas vão construindo seus conhecimentos. Assim foi na luta pelos direitos à terra e à vida, em Abelardo Luz ou em qualquer outro espaço, que as pessoas foram estudando e compreendendo a realidade. Esta compreensão da realidade, das suas necessidades e direitos, os levou a ocupar a terra.

O Jornal Sem Terra, edição de número 40, de novembro de 1984, expressa em curta matéria o que Landin deixa evidente na sua fala, a organização de base para a ocupação da terra. Na referida edição o Jornal diz:

Os lavradores do Oeste catarinense estão se mobilizando para duas grandes concentrações nas próximas semanas. A primeira será no dia 25 de novembro, no encerramento do Ano Jubilar da Diocese de Chapecó, dirigida por Don José Gomes. São esperadas cerca de 25 mil pessoas de todo o Brasil para o encontro denominado 'Fidelidade a Deus e Compromisso com o Povo'. (JORNAL SEM TERRA, 1984b, p. 6).

Esse encontro é parte do resultado da organização dos trabalhadores que com essas iniciativas vão analisando e compreendendo seu lugar no mundo, suas necessidades enquanto sujeitos sociais e suas possibilidades de inferir nesta

oportunidades de conhecer a realidade dos camponeses e dos trabalhadores da cidade quando ficou por vários anos em Florianópolis estudando e trabalhando com famílias das periferias da cidade, onde a busca pelos direitos desses moradores era uma luta constante. Landin formou-se em Direito e também especializou-se em Educação do Campo no IFC Campus Abelardo Luz. Atualmente trabalha de forma coletiva na produção de alimentos no assentamento.

²⁵ LANDIN. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

realidade. Em se tratando de outro momento de reunião e formação política desses trabalhadores do oeste catarinense, o mesmo Jornal diz que:

A segunda manifestação será no dia dois de dezembro no município de Concórdia. Neste ato político, promovido por sindicatos de trabalhadores rurais da região, serão discutidos temas como Reforma Agrária, mudanças na política agrícola e a luta contra as construções de barragens. (JORNAL SEM TERRA, 1984b, p. 6).

Os registros escritos e falados dos sujeitos sociais envolvidos nestas lutas pintam o cenário inicial no palco das lutas em Abelardo Luz. Tudo é uma construção histórica, desde a conscientização das pessoas lá nas suas diversas comunidades onde viviam explorados pelos patrões, até a tomada de consciência e decisão de luta por mudanças estruturais.

Ainda na busca de retratar esta realidade pré-acampamentos na região Oeste catarinense, ainda se valendo dos registros históricos do Jornal Sem Terra, em sua edição anterior àquela já mencionada acima, fica evidente a dura realidade vivida pelos agricultores:

É gravíssima a situação dos Sem Terra que vivem nos 10 municípios do Oeste catarinense. Em dois encontros realizados durante o mês de maio em Maravilha e Chapecó, foi discutida a triste realidade desses trabalhadores. Se querem continuar na roça, são obrigados a pagar 30, 40 e até 50% da renda para os fazendeiros. O que sobra para o agregado é fome e miséria. Na verdade são escravos. Não podem ficar muito tempo na mesma área por causa das leis trabalhistas que ajudam somente os proprietários. (JORNAL SEM TERRA, 1984a).

Por aí é possível perceber a situação vivida pelas camponesas e camponeses nessa região na referida época. Mas esta realidade não era restrita a este espaço geográfico, ela se estendia por todo o país, é um retrato nacional. Dada esta condição, ou os trabalhadores se organizariam de forma diferente, coletiva, ou a miséria tomaria conta de suas vidas, mais do que já se acumulara. A tomada de decisão é algo expresso, como exemplo, no resgate da história feito por Dona Seni em páginas anteriores.

Não cabe aqui discutir o que levou esses trabalhadores a condição tão miserável, a realidade é planejada para ser assim, mesmo na escola primária e nos seus níveis adiante já discutiram e discutem, a depender dos professores, do compromisso pedagógico com a criticidade da história do Brasil. Ademais, que essa história de exclusão e expulsão dos mais pobres se inicia com a invasão do Brasil por

Portugal, como já mencionado nesta seção, com isso veio a má distribuição das terras, como exemplo as sesmarias e capitanias hereditárias. Mas segue-se uma avalanche de ações de privação do acesso à terra aos camponeses e camponesas.

No período em que se registra a abolição da escravidão no Brasil, mais uma vez a elite prepara o golpe e se consolida como aquela que planeja e condiciona a realidade, privando os trabalhadores do acesso à terra como meio de sobrevivência. Sampaio Junior (2013) diz que

A solução para o problema da escravidão foi feita dos brancos para os brancos, de maneira lenta, segura e gradual. A oligarquia resolveu todos os problemas dos fazendeiros[...] o negro ficou livre do amo, mas a terra permaneceu como privilégio dos homens ricos. A Lei de Terras condicionou o acesso à terra apenas àqueles que tinham recurso para comprá-la. E assim o latifúndio permaneceu como base da estrutura agrária. (SAMPAIO JUNIOR, 2013, p. 31).

Para a burguesia a terra é uma mercadoria, evidenciada de forma mais acentuada com a criação da Lei de Terras. Escravizaram a terra, a colocaram a seus interesses, depois encenaram a libertação dos escravos, proibindo-os de terem acesso à terra, condicionando à compra. O sem-terra foi uma criação planejada da burguesia. Minha mãe e as interlocutoras/es deste trabalho são a essência daquele sem-terra criado pelas ações burguesas de privação do acesso à terra.

Essa realidade que o Jornal Sem Terra descreve corrobora com que Sampaio Junior também constata e é consequência de mais de quinhentos anos de perpetuação de um pensamento retrógrado, celetista e excludente da elite nacional e internacional. Frente a isso, a organização de classe é uma saída necessária para reaver seus direitos.

A assentada Rosa²⁶, que desde a década de 1980 também entrou para a luta pela terra, descreve exatamente isso que o Jornal Sem Terra registrou naquela década sobre a situação dos camponeses arrendatários, caso dela e de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, também relata como foi que as famílias foram compreendendo pedagogicamente as relações contraditórias em relação ao acesso à terra. Diz Rosa (2020):

²⁶ Rosa (nome fictício) é uma lutadora que assim como as/os demais foi levada pela condição da opressão burguesa a lutar por melhorias das condições de vida camponesa. Na década de 1980 ingressou nas fileiras da luta pela terra na região oeste, depois de não visualizar outra possibilidade para continuar vivendo na sua comunidade de origem.

Olha, na verdade quem abriu os nossos olhos foi nesse grupo de reflexão da igreja, né? que nas comunidade a gente tinha os grupos de reflexão e aí a gente, até ali a gente não entendia muito por que que a gente não tinha terra e tinha que trabalhar sempre com os outros, né? Tipo a gente plantava, colhia 100 sacas de feijão, você tinha que ficar com 30, 40 bolsa, o resto era pro dono da terra, né? Então a gente não tirava nem o trabalho, mas a gente entendia meio pouco..., porque será que é assim, né? Mas aí nessa organização dos grupos de reflexão e aí vindo para o acampamento, pensa na formação que a gente recebeu e adquiriu, e conseguiu né, criar os filhos tudo num outro jeito de pensar né. (Informação verbal)²⁷.

Guardadas as devidas singularidades em relação ao período escravagista no Brasil, quando, segundo Maestri (2012, p. 240), “[...] os produtores diretos escravizados não estabeleciam vínculos significativos de posse efetiva com a terra trabalhada”, o mesmo em relação à posse se dava com os trabalhadores arrendatários do século XX. Então, a estrutura agrária organizada naquele período para aqueles e aquelas que não tinham seu espaço de produção próprio era assim feito, uma grande parte da sua produção ficava com o dono da terra e aqueles que realmente trabalhavam, ficavam com a menor parte. Na compreensão dessas pessoas, era algo injusto e para mudar esta situação, nos momentos de diálogo uns com os outros, foram percebendo diferentes formas de mudança dessa estrutura dada, chegando à síntese da ocupação da terra.

A professora e pesquisadora da Universidade Federal do Paraná, Carolina dos Anjos de Borba, em sua Tese de doutoramento fez um estudo comparado entre as comunidades negras do Brasil e de Cabo Verde, com recortes espaciais e temporais. Ela constata esta mesma prática de cobrança de porcentagens sobre a produção feita pelos trabalhadores sem a posse da terra. Naquele país, segundo Borba (2013):

Em razão de não possuírem o título de propriedade do território cultivado, dividem a colheita com os donos da terra, comumente chamados de ‘patrões’ ou ‘fazendeiros’. Em proporções variáveis – um sexto (1/6), trinta por cento (30%), chegando à meia (1/2) – pagam o uso da terra onde vivem há gerações com a produção agrícola. (BORBA, 2013, p. 39).

Nota-se uma semelhança no quesito exploração dos camponeses nesses dois espaços tão distantes, mas ao mesmo tempo tão próximo nas práticas exploratórias do ser humano. Faço esta referência para percebermos que a exploração não é algo localizado, mas é universal, é assim que vive-se neste sistema capitalista.

²⁷ ROSA. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

Em outros espaços, na mesma região Oeste catarinense, Dona Seni (2020) também relata sobre esse processo de produção sob a ótica do arrendamento, Ela explica como era a sua relação com o dono da terra onde ela plantava:

[...] aquela produção que a gente produzia era milho, feijão, trigo, né? Aquela vez a gente quase nem conhecia o que que era a semente soja, produto assim de alimentos né, mas nós tinha de dar, nós tinha de dar a terça parte, até do produto assim que nós plantava por exemplo batata doce, mandioca, a gente tinha de dar uma porcentagem para o patrão, porque a gente não tinha terra, né? (Informação verbal)²⁸.

Com vista na superação dessas condições precárias de produção da vida, esses/essas camponesas saíram em busca de modificar as relações humanas e de trabalho. Dessa forma, no enfrentamento direto, atacando a estrutura capitalista (frontalmente a fundiária) de organização da sociedade, Abelardo Luz tem na madrugada de 25 de maio de 1985, o primeiro grande passo, quando mais de duas mil famílias desembarcaram neste município para morar. Assim, pretendiam retomar as terras outrora griladas ou tomadas à força (FIGURA 8).

FIGURA 8 – Acampamento dos Sem Terra em Abelardo Luz, SC



Fonte: Arquivos MST (1985).

Este acampamento na Serra do Papuã foi aonde as famílias chegaram nesta primeira ocupação. Estar neste espaço, como já registrado, deveu-se a um longo processo de organização das famílias nas suas comunidades de origem, viagens em cima de caminhões em tempos de frios intensos, fome, necessidades de toda a ordem,

²⁸ SENI. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

além de ultrapassar a barreira imposta por jagunços que estavam a serviço dos fazendeiros. Primeiro grande enfrentamento na chegada, segundo os relatos dos sujeitos, foi a passagem pela ponte, onde foi montada uma barreira para que os Sem Terra não passassem. Ignorada esta barreira pelos ocupantes, os servos das fazendas atearam fogo na ponte, já que esta era de madeira. As mulheres protagonizaram mais esta ação apagando o fogo, o que proporcionou a passagem de todos e todas para cumprirem o objetivo, a ocupação da terra, mesmo sendo em uma madrugada fria.

Landin (2020) descreve esse dia como uma grande marca:

Em Abelardo Luz então acontece essa ocupação. Juntou famílias de mais de 22 municípios aqui da grande região Oeste, então é um ato, uma ação marcante, porque coloca em xeque duas situações: o excesso de terras nas mãos de poucos, né? a acumulação de bens, acumulação de capital que vem protegida pelo Estado, em contraponto, em contraposição à aglomeração de famílias sem-terra, sem teto, sem carro, sem trabalho, que está desprotegida pelo Estado que têm uma obrigatoriedade, ir em busca dos direitos, então 25 de Maio de 85 tem essa grande marca. (Informação verbal)²⁹.

Mais de trinta anos depois da primeira ocupação em Abelardo Luz, é perceptível a consciência de classe desses sujeitos que foram para a luta pela terra. Esses, a exemplo de Landin, que falam com desenvoltura e com entusiasmo, com alegria daquele momento, percebe-se que estes sujeitos compreendem a realidade estudada na academia, na luta prática, fazendo-a, refletindo sobre, planejando novas ações, estudando também na universidade. Prática, teoria, prática. Este movimento dialético do pensamento aprendido em movimento, em luta, enraíza o conhecimento, por isso qualifica as ações destas pessoas.

Landin é um dos muitos assentados em Abelardo Luz que por meio da conquista da terra conseguiram ter acesso e permanecer no Ensino Superior. É formado em Direito, assim como dezenas de outras pessoas formadas em diversas áreas e moradoras nesses assentamentos, também é Especialista em Educação do Campo estudando no IFC Campus Abelardo Luz.

Então, analisando este movimento prática-teoria-prática, é possível fazer uma ligação com todas as conquistas alcançadas por essas famílias, dentre as conquistas, se relaciona também o Instituto Federal Catarinense nesse território de assentamentos. O IFC vem suprir as demandas de formação técnica de nível médio,

²⁹ LANDIN. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

mas é forte também na formação em nível superior. Isso qualifica as ações de produção de alimentos e produção teórica também, de análise, de possibilidades, de qualificação das ações.

Quando um Sem Terra adquire a compreensão de que o sistema vigente, capitalista, explora a mão de obra do trabalhador, portanto, acumula a riqueza produzida pelo mesmo, é evidente que é possível ser tomada uma nova postura diante da sociedade. E essa tomada de consciência não acontece individualmente, mas coletivamente, nas relações sociais que acontecem nos diversos espaços de lutas. É um processo de formação continuada de leitura da sua própria condição humana. Essa dinâmica é contrassenso, por isso, incomoda a estrutura social vigente e seus pensadores. Isso leva à difamação dos trabalhadores pelos detentores de poder político, econômico e social. Daí se depreende o porquê de os Sem Terra e o seu movimento social serem tão estigmatizados pela mídia e seus algozes.

Quando a abordagem aqui expressa enfatiza a formação de uma coletividade no pensamento e na ação, demonstra um jeito diferente de vida nessa sociedade. O que existe, como princípio dessa sociedade hegemonicamente aceito, é o princípio do individualismo, que é defendido socialmente, e que embarca outro conceito excludente que é o da meritocracia, o qual privilegia a classe abastada, justamente por sua posição social, dado a isso, a subalternidade da classe trabalhadora que ocupa a maioria do seu tempo como produtora e reprodutora desta sociedade, no processo produtivo.

Esta ênfase é para salientar que o jeito de se organizar dessas famílias na luta pela terra deflagra um grande incomodo para a burguesia rural, porque esses trabalhadores se organizam em centenas, em milhares em busca de objetivos comuns, sabedores de que só conseguirão se estiverem organizados em grandes coletivos. Diante de multidões de pessoas não há ideias inconsistentes que os convencerá do contrário da luta pelos direitos, neste caso, primeiro a terra.

Neste olhar para a história destas pessoas, nesta região, Fabris (2017) contribui nesta busca pela história dos acampados.

Abelardo Luz, em Santa Catarina, município também conhecido pela grande concentração de terras, foi o primeiro a realizar uma ocupação após o Movimento Sem Terra estar oficialmente organizado. A igreja, os sindicatos e demais instituições ajudaram na organização das famílias. A história desse município vem com muita luta e dificuldades, nesse processo de ocupação do latifúndio. (FÁBRIS, 2017, p. 36).

A ênfase em relação à grande concentração de terras neste município também é registrada por Dona Seni (2020) em sua fala, que assim se refere ao assunto.

[...] eu não sabia que tinha tanta terra disponível no nosso município de Abelardo Luz, falando assim, e quando eu entrei nessas terras, nessas fazendas e vi o tamanho e a quantidade de terra que tinha na época que era só pra produção de Formiga, né? Porque nem gado, não tinha nada. Eu fiquei imaginando e o susto maior, Florentino, foi quando a gente chegou no acampamento e ver todo aquele povo, famílias numerosas e pobres, aquilo para mim, eu tenho hoje, eu tenho no meu coração assim uma força, uma resistência dentro de mim [...] (Informação verbal)³⁰.

Dona Seni se diz admirada ao ver imensidões de terra neste município sem ocupação, sem produção, enquanto percebe, por meio da luta pela terra, a quantidade de famílias pobres, sem ter onde plantar. Então, quando Ela se refere ao não ter conseguido estudar na escola, mas diz ter um grande conhecimento, este vem desse confronto com a realidade do jeito que ela é, a partir desse contato, a acampada vai percebendo as injustiças sociais e vai coletivamente descobrindo quem são os que proporcionam que a pobreza seja uma condição de vida de milhões de pessoas.

Essa retomada histórica da construção da luta dos Sem Terra expressa primeiramente, como já mencionado, a coletividade. Isso é algo fundante nesta organização e ter isto como aprendizado fortalece o poder de ação destes, uma vez que compreendem que sozinhos não conquistam seus direitos, bem ao contrário do que reza o princípio capitalista do individualismo. Quebra-se aí um paradigma da sociedade hegemônica. Outra questão é o entendimento de que é necessário enfrentar a estrutura social capitalista, pois esperar não é a solução, mas sim, ação, ocupação para a resolução dos problemas, por isso também, a resistência permanente, como enfatiza Dona Seni.

Rosa (2020) faz uma narrativa muito rica quando fala das condições de vida que constroem na luta.

O barraco de lona preta, de esteira feita de taquara, os móveis tudo feito de taquara. Porque a gente não tinha uma tábua... as prateleiras era tudo de Taquara, as tarimbas que era as nossas camas tudo de Taquara, os bancos era de Xaxim. Nossas escolas também no acampamento era tudo de lona preta, o quadro foi conseguido uma lousa pra escrever, pra ensinar as

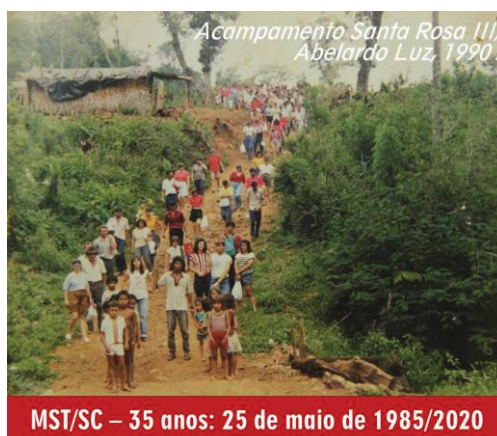
³⁰ SENI. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

criança, prateleira era feito de taquara, as grandes mesas também era tudo de taquara né, de esteira. (Informação verbal)³¹.

Essa fala de Rosa exprime uma realidade que alguns pesquisadores brasileiros não conhecem. Para alguns, esta história dos trabalhadores não tem relevância social e acadêmica. Assim como a elite econômica também dá as costas para esta especificidade. Há que se fazer uma ênfase, sem querer generalizar, muitos pesquisadores não têm essa temática agrária como foco dos seus estudos, por essa razão não escrevem sobre.

Para exemplificar a fala de Rosa, buscamos nas imagens, minimamente, representar a realidade por Ela mencionada. A expressão “minimamente” é porque olhar a imagem não é viver o que as famílias acampadas viveram no dia a dia dos acampamentos por décadas (FIGURA 9).

FIGURA 9 – Acampamento Santa Rosa II, Abelardo Luz, SC



Fonte: Arquivos MST (1990).

Diante de possível negação dos escritos e da realidade, esta luta camponesa expressa a relevância social, política e acadêmica de tomada de posição de pesquisadores vinculados a esta realidade. Pesquisá-la, buscar os sujeitos para mostrar como a história se fez, esta que é a expressão da luta dos contrários, como tratam Marx e Engels no Manifesto Comunista (1998, p. 09).

A expressão dos Sem Terra que foram construindo sua história no Brasil é muito significativa na relação de classe e de repensar uma nova estrutura agrária para o país. É perceptível que estes trabalhadores estão lutando contra uma estrutura que

³¹ ROSA. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

não converge com o pensamento dos trabalhadores. Ainda com base no Manifesto Comunista (1998, p. 12), este sintetiza o papel do Estado nessa sociedade: “O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia”. Por isso a dificuldade de uma reforma agrária no Brasil, quanto mais uma revolução agrária.

Althusser (1992, p. 31) diz que,

O Estado é uma «máquina» de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à «classe» dos proprietários de terras) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista). (ALTHUSSER, 1992, p. 31).

Ainda analisando esta questão do Estado e seu dever, o compromisso com os cidadãos que de sua proteção necessitam, a verdadeira face deste Estado é desvelada, tanto no que Marx e Engels sinalizaram no Manifesto Comunista, assim como Althusser na obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1992), exemplificado em parágrafos anteriores. Tudo isso também é evidenciado por Galeano (1999):

Em fins de 1997, o presidente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, declarou ‘o estado não deve dar ordens aos bancos’. Traduzindo, isto significa: ‘São os bancos que devem dar ordens ao estado’. E no princípio de 1996, o banqueiro alemão Hans Tilmeyer, presidente do Bundesbank, já constataria: ‘os mercados financeiros desempenharão cada vez mais o papel de *gendarmes* (guardas). Os políticos devem compreender que, desde agora, estão sob o controle dos mercados financeiros’. (GALEANO, 1999, p. 157-158).

É com maior ou menor profundidade de compreensão dessa realidade social e do papel que o Estado de fato desempenha, que os trabalhadores Sem Terra vão construindo suas condições de vida, sabendo que o Estado, organizado como tal, não supre as necessidades da população trabalhadora. Este Estado (por meio dos seus agentes) tem o compromisso de ludibriar a classe trabalhadora para que esta não se mova em busca de modificar as relações impostas pelo pensamento hegemônico.

Nesse caminhar, quando se expressam de forma visível as contradições sociais, em lutas concretas, sem que o Estado consiga com sua retórica apaziguar os ânimos ou desânimos de classe em relação à organização social, aí sim o Estado

entra com a força repressiva, também estudada por Althusser³² (1992, p. 31-32) como aparelho ideológico do Estado, a polícia. O Estado, que teria a função de organizar a sociedade de tal modo que cada pessoa pudesse viver com dignidade, atende aqueles que não precisam de atendimento, a elite econômica mundial, que avassala os trabalhadores, precariza as condições de trabalho, escraviza, explora quem produz as riquezas, por meio de um salário miserável com o qual mal é possível a aquisição de alimentos e minimamente a sobrevivência.

São essas condições que perpassam a realidade dos Sem Terra, que com sua prática de produção da vida, que inclui o trabalho concreto e análises no campo teórico, vão se percebendo como sujeitos de direitos e com capacidades de se autodeterminar, de construir suas vidas sem que necessitem serem mandados e tutelados por um Estado que não lhes está a serviço, mas deveria estar, esta é a sua função.

São por essas e outras análises que os Sem Terra não temem enfrentar homens alienados fortemente agressivos, não temem enfrentar a fome, não temem enfrentar as incertezas e vão à luta, porque uma utopia está logo ali. A terra, a produção de alimentos saudáveis, o cuidado com a água, a energia elétrica, a escola para si e para seus filhos, enfim, uma vida possível.

E isso acontece, outra vida possível é realidade, e é este exemplo de muitos que instigam outros a conquistarem seus espaços. Por exemplo, Rosa, que só tinha uma lona para se cobrir, sendo esta sua casa e de sua família, igual a milhares ou milhões que passaram por esta realidade em Abelardo Luz e em todo o País. Atualmente Rosa (2020) descreve sua casa, 20 anos depois de sair do barraco de lona: “hoje a nossa casa que nós moramos, ela mede 11,5 m por 12,5 m né? Hoje a gente tem quatro quartos, sala, cozinha, duas áreas, lavanderia, banheiro, tudo” (Informação verbal)³³. Esta casa é de alvenaria, 143,75 m² construídos com a força desses que se negaram a viver de joelhos diante de uma realidade que lhes negava qualquer acesso a direitos. Conquistaram, não tem nada ganhado, trabalharam, enfrentaram as adversidades da vida impostas de forma planejada pelos banqueiros

³² Para maior compreensão, consultar a Obra: ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1992, 128 p. Nas páginas 31-32, Althusser esclarece sobre o que compõe os aparelhos repressivos.

³³ ROSA. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

e donos do capital, nesta sociedade eminentemente capitalista, excludente, segregacionista e exploradora do ser humano.

Dessa forma a luta pela terra em Abelardo Luz foi sendo construída por milhares de famílias, outrora sem alternativa, que hoje buscam no desmantelamento da estrutura agrária sua fonte de vida, e os resultados estão visíveis.

2.3 As conquistas nos Assentados de Abelardo Luz

São inúmeras as conquistas obtidas pelas famílias que ocuparam a terra em Abelardo Luz e ainda resistem neste espaço. Era no início um pensamento que talvez não desse a proporção de tudo o que almejavam para suas vidas, sabiam que necessitavam de melhores condições, mas saber ao certo até onde isso alcançaria suas vidas, possivelmente não era medido no pensamento.

Quando se trata de mensurar ou diagnosticar essas conquistas, podemos começar por analisar a conquista da terra que é o primeiro grande objetivo dos Sem Terra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra prima pela conquista da terra com um dos seus três grandes objetivos, quais sejam: 1. Terra. 2. Reforma agrária. 3 Luta por uma nova sociedade.

Ao se propor a conquistar a terra, em todo o Brasil as ocupações do latifúndio estavam a fazer cumprir com este grande objetivo. Como já mencionado anteriormente, a questão da terra concentrada é sinônimo de poder, dessa forma, na história do Brasil uma pequena parcela de pessoas, ironia do destino, sempre se deram bem nessa questão. Por outro lado, milhões de pessoas questionam e não aceitam essa realidade em que poucos têm muito e muitos têm pouco para sobreviver. Passam a pressionar como força contrária a este pensamento concentrador. Isso sempre ocorreu no Brasil. A luta de forças contrárias em muitos aspectos da organização da vida em sociedade sempre esteve presente.

Quando menciono que milhões não aceitam a condição de explorados, estou esforçando-me para compreender aquilo que Frigotto (2011) analisa como a percepção da “maioria desvalida” em relação aos descasos provocados pela “minorias prepotentes”. Nesse sentido, o autor vai esboçar em sua análise o erro de conciliar estes dois pontos divergentes de classe, que em meu pensar, não se convergem.

A continuidade da década presente em relação ao passado incide no erro da geração perdida – a opção por *conciliar uma minoria prepotente a uma maioria desvalida* – mediante o combate à desigualdade dentro da ordem de uma sociedade capitalista onde sua classe dominante é das mais violentas e despóticas do mundo. (FRIGOTTO, 2011, p. 239).

Assim podemos mencionar que os povos indígenas se rebelaram contra as forças opressoras, tão logo tiveram seus espaços de vida invadidos. Logo os negros foram trazidos da África como mercadoria comprada lá e vendida aqui. Também nessa relação de compreensão de escravizados, lutaram para construir seus Quilombos, lutaram para manter sua cultura, lutaram pela sua libertação, sabedores de que a “minoría prepotente” não concilia com a “maioría desvalida”.

Não perdemos na análise que a maioria prepotente ainda continua com suas ações que fazem com que os trabalhadores continuem obrigados a se submeter a muitas ordens, inclusive a da exploração pelo trabalho. A burguesia agrária e industrial tem sob seu poder os meios de produção, terra, fábricas, enfim, que obrigam a maioria desvalida a continuar se submetendo aos poderosos.

Essa situação de submissão ainda acontece porque é resultado do pensamento dos poderosos política e economicamente ao longo da história do Brasil e do mundo. Ser e estar nesta condição é resultado de muitos séculos, situação que se acirrou principalmente pós século XVI com o que entrou para a história como Revolução Industrial.

Bem, o que nos interessa neste campo é ressaltar as conquistas dos Sem Terra em Abelardo Luz a partir de década de 1980, quando estes camponeses/as, resultado dessa sociedade excludente que venho mostrando em todo este trabalho, ocupam então as terras na tentativa de desconcentrar e democratizar o acesso e permanência na mesma.

Como já descreveram meus interlocutores de pesquisa, são mais de 1420 famílias assentadas. Landin relembra que essas eram terras contestadas, em referência à Guerra do Contestado que ocorreu no início do século XX.

O pensamento de Landin nos remete a pensar que as terras de Abelardo Luz foram cedidas pelos governantes da época a militares que lutaram contra os camponeses na Guerra do Contestado que, como prêmio, receberam terras neste município. Para Landin (2020):

[...] eram terras contestadas seguramente, porque essas terras todas, hoje praticamente 22, 23 mil hectares desapropriados, é uma luta das famílias sem-terra assentadas, mais de 1.500 famílias, estavam na mão de 7, 8 famílias, intituladas na sua grande maioria maiores, coronéis, então isso faz parte da guerra do Contestado. (Informação verbal)³⁴.

É compreensível que pensem assim os assentados da reforma agrária deste espaço porque eles são conhecedores desta realidade e como pesquisador, me remeto a pensar assim também por toda uma história já conhecida da realidade brasileira. Também vivenciei realidades em que os chamados donos de fazendas eram políticos influentes, quando a terra (a fazenda era pública) era de controle do Estado, portanto, do povo. Outras realidades em que a fazenda era do dono do jornal da região que tinha influência sobre o governo do estado, quando o governo federal havia assinado decreto de desapropriação, o governo do estado e o poder judiciário mandaram a polícia despejar os sem-terra.

Dessa maneira, pensar que as terras ocupadas em Abelardo Luz fazem referência à luta do Contestado e que militares tiveram como prêmio estas terras, não me causa espanto. Pode-se pensar que o que eu escrevo não tenha evidências. Tem sim. Busco na realidade os fatos. Como provar que esses fazendeiros compraram essas terras? De quem? Quando? Quanto pagaram? Onde trabalharam tanto que conseguiram imensas quantidades em dinheiro para comprar fazendas? E falo de trabalho porque como Dona Rosa, Dona Seni, Landin, Mello, Dona Santina e meu pai sempre trabalharam demais, não tinham um dia sequer em que podiam se dar ao luxo de não trabalhar e como não conseguiram comprar fazendas, nem mesmo um hectare de terra, quem e como se explica isso? Por outro lado, militares, coronéis, políticos, entre tantos outros, se fizeram poderosos e cheios de posses? Só mesmo quem não quer ou não consegue problematizar a realidade não vê como ela se apresenta.

Quando eu trabalhava com alunos do ensino médio, nesta realidade das escolas dos assentamentos de Abelardo Luz, com a disciplina de filosofia, aprofundando os estudos sobre as relações sociais, perguntava aos estudantes, como pensavam que alguns senhores tinham muitas posses? A resposta era praticamente unânime: “trabalhando, professor”. Então, eu lhes perguntava, se eles e suas famílias não trabalhavam, porque precisaram ocupar a terra? Por que não compraram? Assim

³⁴ LANDIN. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

íamos refletindo sobre as relações que historicamente se deram e edificaram esta sociedade desigual que temos.

Assim, vamos percebendo que trabalhar, neste tipo de sociedade organizada para uns explorarem os trabalhadores e sua mão de obra, não deixa ninguém melhorar suas condições de vida, porque está planejado para ser assim, milhões trabalham pelo salário mínimo para ter mínimas condições de vida, não para ter boas condições de vida, nem mesmo máxima condição social.

É por este caminho, um dos que justifica a necessidade dos trabalhadores democratizarem o acesso e permanência nos meios de produção que os possibilitam continuar vivendo. Importante dizer que numa posição mais enérgica, não defendemos aqui a manutenção desse modelo de sociedade, porque pensamos que não há sustentabilidade do planeta se todos pensarem em acumular bens e riquezas, pensamos ser necessário repensar o modo de vida e de produção das relações humanas.

Diante disso, os Sem Terra em Abelardo Luz buscam pensar de forma diferente do que está hegemonicamente colocado socialmente. Nesse caminhar, como bem salienta Landin em sua entrevista, em torno de 23 mil hectares de terra foram divididos entre mais de 1400 famílias, quando antes estavam sob tutela de 7 ou 8 famílias. E se formos pensar na quantidade de pessoas que passaram a ter acesso à terra. Podemos fazer uma média de 5 pessoas por família, que não foge a esta realidade, mais de sete mil pessoas passaram a ter onde morar e produzir sua existência, se emancipar política e socialmente, se reconhecer como sujeitos de direitos.

Sem esquecer que na sociedade em que vivemos, mencionar a divisão da terra como aconteceu nesta realidade dos assentamentos não é nada aceitável no sistema social capitalista. Esta sociedade prima pela compra e venda da terra como mercadoria qualquer, prima pelo individualismo, pela competição, e o mais forte sagra-se vencedor. Dessa forma, compartilhar a terra e os meios de produção é uma utopia que é ideal para um lado em confronto no campo das ideias com o outro lado. Marx e Engels já trataram dessa situação em seus escritos.

Na sua entrevista, Mello fala das muitas lutas que desencadearam para obter as conquistas que descrevo. Salienta também que não ganharam nada, ninguém ofereceu ajuda, sempre foram em busca, pressionaram, passaram por dificuldades para conquistar qualquer que fosse o que reivindicavam. E pensar que são cidadãos

e que estão sob a proteção do Estado. Que Estado é esse que foge das suas responsabilidades? De acordo com Mello (2020).

Toda a conquista que tivemos foi através de luta e não é uma simples luta de Você ir lá pra rua e no outro dia já conquistou o que quer, não, foram muitas e muitas vezes de ir fazer marchas, ficar dias e dias na estrada marchando, de fazer mobilizações, de ocupar prédio, como por exemplo ocupar o INCRA, de ficar semanas acampados dentro do INCRA, de ficar acampados na frente de prefeitura, de ficar acampados na Assembleia Legislativa, de fazer várias reuniões com a administração tanto municipal quanto de governo, então foi bem puxado na verdade, então muitos desgates até chegar aonde chegamos, mas a luta dá pra se dizer assim que vale a pena, porque consegue, mas tem que ter a participação dos assentados e isso nós tivemos nos assentamentos. O pessoal tinha uma grande participação. (Informação verbal)³⁵.

Para ir sistematizando as conquistas desses assentamentos, são construtores da distribuição de mais de 20 mil hectares de terra só neste município. Seguramente são mais de 1500 casas construídas nestes espaços, porque muitas famílias têm seus filhos já casados morando no mesmo lote de terra. São casas de alvenaria, algumas em madeira, mas de muito boa qualidade, muito diferente do barraco de lona dos tempos de acampamentos. As mobílias que estão para proporcionar conforto das famílias também são imensuráveis. Aponto isso para enfatizar que quando estavam nos acampamentos não tinham uma cadeira para sentar, uma cama para dormir, nada.

Energia elétrica em todas as casas, conquista significativa, haja vista que no país é possível que milhares de famílias não acessaram este recurso ainda, persistindo a seletividade para acesso aos bens historicamente construídos pela humanidade. Assim como milhões não têm acesso a alimentos, água, vestuários que lhes protejam do frio, casas para lhe confortar, enquanto os especuladores imobiliários vivem em mansões.

A produção de alimentos é um dos pontos fortes dessas famílias. Quando se trata dessa questão, Rosa (2020) faz uma lista daquilo que produzem no seu lote³⁶. Diz ela:

Olha, de tudo que eu te digo, é de tudo mesmo, é batata doce, é a mandioca, é verdura, alface, beterraba, cenoura, brócolis, repolho, na época certa

³⁵ MELLO. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

³⁶ Lote é a denominação dada aos espaços de produção de cada família nos assentamentos. Desde o início da luta este termo foi utilizado pelas famílias e quem convive neste espaço dos assentamentos tem esse nome muito bem compreendido. Lote, espaço de terra pertencente a cada família.

tomate, pimentão, hoje nós temos com 3 estufa já em fase de acabamento, né? Semana que vem a gente já planta moranguinho, 3 estufas com moranguinho, hoje nós temos trinta e poucos cabeça de porco, nós estamos com 14 cabeças de gado, duas vaquinhas de leite que a gente faz o queijo pra família. Galinha para ovos, o pomar tem laranja, bergamota, poucã, tem ideia de implantar um pomar de uva, né? E tem vários tipos de frutas, né? Vários tipos outros de comida, tipo feijão, o milho, hoje a gente também produz o milho Catarina que é um milho para farinha sem agrotóxico também, a gente leva no moinho esse milho pra fazer o fubá. E a gente também distribui nas escolas, né? (Informação verbal)³⁷.

Eu até poderia fazer um esforço de sintetizar o que Rosa traz em sua fala quando se trata da produção, mas não há síntese que dê conta de mostrar a grandeza da felicidade desta camponesa ao falar daquilo que produz. Tanto Ela quanto as centenas de famílias que conquistaram a terra têm no semblante a alegria de passar daquela condição de meeira, de arrendatária, de boia-fria, onde tinham que dar a sua produção ao dono da terra, para agora ser independente, sem necessitar estar condicionada a pagar para produzir. Esta assentada ainda continuou trazendo na sua fala a importância de democratizar os alimentos. Diz Ela que as pessoas que moram na cidade fazem encomendas de produtos por telefone e Rosa e sua família vão para o espaço urbano uma vez por semana para levar as encomendas feitas.

Este contato do produtor direto com o consumidor subverte uma das lógicas do sistema capitalista. Retira o que costumeiramente chama-se de atravessador³⁸, com isso o alimento pode ficar mais barato ao consumidor, além de não perder em qualidade nos momentos de processamento na indústria. Reconhecendo também que alguns alimentos são processados industrialmente para retirar seus derivados.

Uma reflexão que é possível fazer aqui e que é de consciência dos camponeses dos assentamentos é de que se houvessem políticas públicas voltadas aos interesses desses povos, as agroindústrias poderiam ser conquistadas nessas áreas de reforma agrária, onde os próprios camponeses seriam os donos delas, os gerenciadores, os processadores dos alimentos e entregadores diretos aos que necessitam desses alimentos.

Só para exemplificar o que assumo no parágrafo anterior e de forma bem simplificada, porque no caso de pensar uma agroindústria, muito trabalho é

³⁷ ROSA. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

³⁸ O termo atravessador se refere ao que atravessa um caminho que está sendo feito em linha reta, atravessou, cruzou, interferiu no caminho. No comércio da produção o atravessador é aquele que pega (compra) a produção do agricultor e vende para o consumidor. Nesse comprar e vender o atravessador encarece a produção para o consumidor. O atravessador por sua vez fica com uma quantidade de valor da produção por atravessar este caminho entre produtor e consumidor.

necessário, envolvendo trabalho manual, intelectual, que para estes Sem Terra não são coisas diferentes, separadas, mas fazem parte de um conjunto de ações, o que tratam conceitualmente como um movimento dialético, teoria-prática-teoria. Dessa forma, no caso de uma agroindústria de lácteos, produziram o leite, processariam em queijo, bebida láctea (yogurt), doce de leite, nata, creme manteiga, entre outros que poderiam ser comercializados direto para quem consome, sem ter que ter os atravessadores que, por processarem, ficam com grande margem da produção camponesa. Porém, é sabido que os formuladores de políticas públicas ainda não têm inteligência ou interesse suficiente para pensar que os camponeses são capazes e necessitam desses apoios.

Porque será que os grandes industriais são mais contemplados com o processo de industrialização dos produtos camponeses e os que produzem os alimentos têm que ser produtores somente de matéria-prima? Esse pensamento pequeno de mero produtor de matéria-prima é um pensamento nacional frente aos países desenvolvidos. A capacidade intelectual e de prestação de serviços é suficiente no país para sermos processadores de nossas matérias-primas, mas os que dirigem a nação, historicamente conduziram para sermos subalternos, assim como insistem neste pensamento para dentro do país também.

Quando se passa a pensar nas condições de sobrevivência das pessoas, o pensamento vai tomando formas, com isso juntando o quebra-cabeça das relações sociais e é quase possível sair da questão a que se está discorrendo sobre. Mas em relação às conquistas desses assentados em Abelardo Luz, podemos relacionar outras questões a serem discutidas.

Nesse polo de 22 assentamentos há duas grandes sedes com escolas de Educação Infantil ao Ensino Médio e Superior. No Assentamento 25 de Maio, uma das sedes, os Sem Terra conquistaram a Escola Básica Municipal 25 de Maio, uma extensão da APAE de Abelardo Luz. Conquistaram também a Escola de Ensino Médio Semente da Conquista, uma extensão da Cooperoeste, que tem sede em São Miguel do Oeste. No Assentamento 25 de Maio a Cooperativa possui um mercado e gerencia o recolhimento de leite nos assentamentos e municípios vizinhos, que leva para o Posto de Resfriamento de Leite que se localiza no Assentamento José Maria, posteriormente levado para a sede da Cooperativa em São Miguel do Oeste, onde acontece o processamento do leite em seus derivados.

Ainda no Assentamento 25 de Maio tem uma Rádio Comunitária, conquistada pelos assentados há quase trinta anos. Esta Rádio serve à comunidade com as notícias pertinentes a estas comunidades, bem como compromisso com a cultura camponesa na música, na poesia, na prosa e em tudo o que veicula. Muito se buscou legalizar a Rádio Terra Livre, mas os órgãos estatais sempre impediram esse feito. A documentação chegou ao Ministério das Comunicações, mas sem êxito. Há uns dez anos um grupo de empresários montou um projeto e estrutura de rádio nessa modalidade comunitária na cidade e conseguiu aprovação do Ministério das Comunicações. Por que será que na cidade conseguiram e nos assentamentos não? É o resultado da força dos contrários. Forças políticas, forças econômicas, forças empresariais. Mais uma vez os camponeses ficaram para trás como em muitos outros campos são deixados à mercê da própria sorte.

Bem, ainda no Assentamento 25 de Maio conquistaram uma Unidade Básica de Saúde, que atende as famílias de vários assentamentos, além de uma ambulância para o transporte imediato de casos mais sensíveis e urgentes para a cidade. Muitos embates já existiram em torno dessas conquistas, sempre no sentido de forças opostas quererem tirar dos assentados, cito duas para exemplificar. A ambulância já foi palco de vários embates, quando gestores municipais quiseram tirar dos assentados, mandaram o motorista fazer outra linha na cidade. O mesmo aconteceu no Assentamento José Maria. Na 25 de Maio a APAE foi alvo de ataques para fechamento, a comunidade se reuniu com quem a coordenava na cidade, chamou-os para o assentamento e colocaram as ideias em debate, não deixando assim que o fechamento fosse realizado.

Só para enfatizar a questão da APAE, são em torno de trinta pessoas atendidas. Elas são buscadas em vários assentamentos com uma Kombi própria. Algumas pessoas saem dez horas da manhã de suas casas e chegam na APAE perto de uma hora da tarde. Pensemos se essas pessoas tivessem que ir para a cidade na APAE. Do Assentamento 25 de Maio até na sede do município é em torno de 30 km. Qual seria a condição dessas pessoas frequentarem a APAE? Então, o processo de disputa para retirada dos direitos dos trabalhadores se dá em diversos campos, inclusive nos mais sensíveis.

Já no Assentamento José Maria também existem algumas conquistas sedimentadas, como é o caso da Escola Básica Municipal José Maria que oferece da Educação Infantil ao nono ano, a Escola de Ensino Médio Paulo Freire e o Instituto

Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense, o qual é objeto central de estudos e análises desse trabalho. Também há uma Unidade Básica de Saúde, além do Posto de Resfriamento de Leite da Cooperoeste³⁹. Nas escolas, ao todo, são mais de 1200 estudantes, conforme Mello (2020).

No ensino médio hoje nós temos uma quantia em torno de duzentos a duzentos e trinta alunos nos dois ensino médio (Paulo Freire e Semente da Conquista). Aí tem as escolas municipais, Escola 25 de Maio e Escola José Maria que também têm em torno de 700 a 800 alunos nas duas, já tiveram setecentos alunos só em uma [...] então com o Instituto Federal estudando já soma aí praticamente mil e trezentos alunos. (Informação verbal)⁴⁰.

E se não tivessem as famílias lutado por estas conquistas, teriam conseguido tudo isso para sua emancipação humana? Quando?

Como exemplificam os Sem Terra, só se garante a vida com luta, ainda mais esses que estavam sobrevivendo às margens daquilo que era aceito socialmente, estas famílias estavam jogadas, desassistidas das políticas públicas essenciais, como o trabalho. Se organizaram, protagonizaram suas vidas, conquistaram, como diz Mello, com luta.

Das conquistas dos assentados, em síntese, pudemos trazer essas questões. Mas, analisando o que já foi trazido nas linhas anteriores no todo do texto, essas famílias viviam em situações de precariedade de condições. E nesse caminhar que perpassa os objetivos a que elas se propuseram em movimento, que é de lutar pela terra, fizeram e continuam fazendo, de lutar pela reforma agrária. Tudo isso vai ao sentido de lutar por uma nova forma de viver, ou seja, de lutar por uma nova sociedade.

Para atender estes objetivos, sempre fizeram seus estudos coletivos para ir planejando suas ações, estão fazendo o caminho, embora todas as influências externas interfiram em muitas decisões que podem não condizer com aquilo que pensam e planejam, mas são forçados a pensar como lhes impõem, pelos preceitos do capital. Para qualificar suas ações lutaram por escolas e por todas as condições que lhes facilitam viver, como já mencionado, assim, sentindo a necessidade de romper as cercas que isolam o acesso destes camponeses à universidade, ao Ensino Superior, conquistaram o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense e que

³⁹ Mensalmente são recolhidos mais de um milhão de litros de leite dos assentamentos e de pequenos agricultores de municípios vizinhos.

⁴⁰ MELLO. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

este tivesse sede em área de assentamentos, no caso, instalou-se no Assentamento José Maria.

Esta conquista requer minuciosa caminhada teórica e de pesquisa de campo para compreender como esta se desencadeou, vinda daqueles que outrora pagavam arrenda, trabalhavam de boia-fria, diarista, agora têm universidade no seu espaço conquistado. Com esta chamada, no próximo capítulo dedicamos longos processos de estudos e reflexões para compreender como conseguiram este feito que passa a ser histórico na luta pela terra.

4 O INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE (IFC) NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Neste capítulo traremos elementos para contextualizar o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense em área de assentamento, Campus Abelardo Luz, como uma conquista dos Sem Terra e do Movimento da Educação do Campo no município de Abelardo Luz. Enfatizamos a história e posição pedagógica construída e assumida por esta Instituição no assentamento, bem como dificuldades em relação a estar em espaço ímpar na história desta Instituição, onde se evidenciam as contradições de classe.

4.1 CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS ABELARDO LUZ

A conquista do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense faz parte de uma longa história de luta dos trabalhadores que desde a década de 1980 ocuparam este território para suprirem suas necessidades básicas e para além destas, modificaram uma realidade que é imediata, mas também interferiram no jeito de pensar de toda uma sociedade, desde mais próxima, quanto mais distante possível. Ocupar um espaço como fazem as famílias do MST é um fato relevante para mudança de estrutura de um lugar.

Em Santa Catarina, principalmente na região Oeste, a luta dos movimentos sociais do campo (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimentos dos Pequenos Agricultores, Movimento das Mulheres Camponesas, entre outros) iniciou-se nos anos de 1980, com a articulação dos trabalhadores por lutas e pautas específicas. Assim, a luta pela terra inicia-se com as primeiras ocupações de terras em 25 de maio de 1985, justamente no município de Abelardo Luz, que traz na sua história os conflitos pela terra desde a Guerra do Contestado (1912-1916). (INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, 2017, p. 5).

Ao buscar entender a gênese do IFC Campus Abelardo Luz e seus desdobramentos em área de assentamentos, busco o suporte nos interlocutores/sujeitos desta pesquisa, em fontes bibliográficas que abordam estudos sobre os Institutos Federais e mesmo deste campus, bem como fontes bibliográficas que discorrem sobre Educação do Campo. Utilizo também análises de materiais

produzidos no âmbito do Campus do IFC Abelardo Luz, que se encontram em seu acervo de documentos on-line na sua página, a exemplo do PPP da Instituição.

Caldart (2012) faz uma diferenciação entre uma instituição de educação estar no espaço do campo e de ser uma instituição de Educação do Campo, o que conceitualmente ela trata da diferenciação de no/do campo, de tal forma que estar no espaço campo não necessariamente significa que é uma instituição de Educação do Campo. O fato de estar no espaço pode não significar pensar, compreender e trabalhar pedagogicamente numa perspectiva de atendimento dos interesses desse público, pensado por estes sujeitos, com os quais se está inserido.

Neste sentido, para Caldart (2012), a Educação do Campo:

Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não é qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação *do* Campo não é *para* nem apenas *com*, mas sim, *dos* camponeses, expressão legítima de uma pedagogia *do* oprimido. (CALDART, 2012, p. 261).

O presente capítulo perpassa fortemente por esta discussão da Educação do Campo, visto que o Instituto Federal tem uma história ligada aos movimentos sociais, também vai ser possível evidenciar a prática ou não desse pensamento educacional neste espaço.

Na sua compreensão da realidade, Mello (2020) ressalta o município de Abelardo Luz como sendo um espaço de muitas disputas desde sempre no campo das forças antagônicas de pensamento, buscando exemplificar esta disparidade citando de um lado a concentração de terras, o que levaria à pobreza de muitos e que essa separação dos que têm e dos que não têm respinga/atinge também na educação. Veremos nesta análise se isso adentra as portas desta Instituição a qual analisamos.

Abelardo Luz tem uma disputa muito grande desde sempre, que é, tem muita fazenda digamos, tem muito fazendeiro e quando a cidade é rica, também tem uma parte muito pobre, então a disputa acontece, então tava nessa disputa (Instituto Federal), porque a educação no Brasil ela é uma disputa, quem comanda a educação? (Informação verbal)⁴¹.

Evidenciando esta mesma linha de pensamento de Mello, Landin (2020), em outro período, também elenca essas questões de concentração de terras neste

⁴¹ MELLO. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

município como uma intervenção direta na estrutura organizacional deste espaço, deste município.

Abelardo Luz ainda é um município que tem mais de 50% da população no campo, né, o tem por conta dos assentamentos, então isso é bom, é bom e precisamos melhorar, né, porque ainda tem latifúndio de dez mil hectares, é criminoso dez mil hectares regado de soja, ambientalmente não há fonte de água que resista, né, não há diversidade, tem muita terra em Abelardo Luz que fatalmente poderia ser desapropriada. (Informação verbal)⁴².

Buscando nos sujeitos da pesquisa os elementos para descortinar⁴³ a realidade, percebe-se esforço em uma leitura que fazem deste ambiente, abordam temas diversificados e com profundidade de análise, são reflexões que fazem diretamente sobre a possibilidade ou não da continuidade do ser humano, de questões de saúde, de defesa da natureza, do cuidado com a água, enfim, com o habitat.

Por estas falas dos assentados é possível ir construindo hipóteses de como esses pensamentos se expressam para dentro dos diversos espaços conquistados por estes nos assentamentos e nos remete a pensar como essas ideias adentram o espaço do Instituto Federal, haja vista que este está inserido em uma realidade camponesa, de pensamento camponês, donde brota a discussão e a efetivação da Educação do Campo. Por outro lado, este espaço não se fecha para uma realidade mais ampla, esta que abarca um pensamento que a agricultura preza pelo agronegócio, como enfatiza Landin, de fazendas com dez mil hectares de soja regadas a venenos, diz ele, “não há fonte de água que resista”.

Então, esses antagonismos no campo do pensamento e das práticas possivelmente perpassam o Instituto Federal. Penso nessa ambiguidade de possibilidades, porque Mello ressalta um processo antagônico de pensamento e que isso gera disputas, enfatiza ele “[...] quem comanda a educação?”

Mas quando se trata da realidade social deste município, Dona Seni também se diz admirada com tanta terra que havia, na época em que ela foi acampar na década de 1980 e não sabia, diz ela “[...] mas eu não sabia que tinha tanta Terra disponível no nosso município de Abelardo Luz”.

⁴² LANDIN. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

⁴³ Esta expressão tem a finalidade de retoricamente dizer desvendar a realidade, conhecer, ao menos a ponto de ter possibilidades de análises para o referido momento e para o que nos propomos no trabalho.

É nesta realidade mencionada neste e nos capítulos anteriores que está o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense, Campus Abelardo Luz.

4.2 A CONQUISTA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE NO ASSENTAMENTO JOSÉ MARIA

O site do Instituto Federal Catarinense, Campus Abelardo Luz, possibilitou-me uma vasta leitura sobre o referido campus, inclusive pontos marcantes de sua história, de forma mais geral a lei que institui os Institutos Federais, sua especificidade e responsabilidade.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. (HISTÓRICO, 2020).

Pensando nessa responsabilidade de atendimento às crescentes demandas de formação profissional, difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais, o espaço onde se instalou esta instituição é condizente com suas proposições. Mello em sua fala enfatiza que nesses assentamentos são mais de 1200 estudantes se movimentando todos os dias a caminho das escolas, da Educação Infantil ao Ensino Técnico e Superior; em torno de trezentos frequentando o Instituto Federal; sem mencionar os que já se formaram, que são duas turmas de Técnicos em Agropecuária e duas de Especialização em Educação do Campo.

Analisar o Instituto Federal no assentamento pressupõe registrar que, anterior à sua efetivação, ocorre no mesmo assentamento a luta e conquista da Escola de Ensino Médio Paulo Freire (2005)⁴⁴, assim como da conquista do Curso Técnico em Agropecuária com ênfase na Agroecologia, integrado ao Ensino Médio (2009). A luta por este curso está relacionada à busca dos assentados e assentadas por melhorias

⁴⁴ A Escola de Ensino Médio Paulo Freire, do mesmo modo como qualquer outra conquista desses trabalhadores e trabalhadoras, aconteceu por pressão aos órgãos que tinham competência de concretização da mesma no ano de 2005, porém, é vergonhoso saber e por isso é necessário registrar, que quando é algo para ajudar os trabalhadores, nesse caso específico do campo, é somente com pressão, com luta, enchendo ônibus de gente e indo para dentro dessas estruturas onde as chefias estão, para que aí enxerguem o povo e suas necessidades. Triste realidade que se vive desde sempre no Brasil pensado por poucos e para poucos.

nas condições de trabalho no campo e ao aperfeiçoamento de seus conhecimentos técnicos na área da produção.

Foram os assentados que construíram as condições para que o curso acontecesse. Como não era de interesse estatal, a gerência regional de educação comprometeu-se tão somente com a impressão dos Diplomas, não contribuindo nem mesmo com pagamento de professores da área técnica. Apesar da precariedade e da falta de compromisso do poder público, formaram-se muitos jovens nessa área, que prosseguiram seus estudos em Medicina Veterinária, em Agronomia e em diversas áreas no ensino superior. O Curso Técnico funcionou na Escola Paulo Freire até o ano de 2015/2016, quando os estudantes passaram para o IFC, que foi conquistado para suprir esta demanda que já era atendida pela Escola Paulo Freire. Assim, pode-se afirmar que a Escola Paulo Freire foi propulsora da conquista do Instituto Federal no assentamento.

A Escola Paulo Freire representa o sujeito coletivo que fez a conquista do Instituto Federal ser uma realidade. Essa escola foi o grande caminho da concretização do Instituto no Assentamento José Maria. Em 2011, quando o projeto neoliberal se acirra em Santa Catarina com a eleição do Raimundo Colombo para governador, houve a tentativa da tomada do comando da escola e do seu projeto de Educação pelo grupo, dentro do assentamento, com ideias que se afiliavam ao projeto neoliberal. Contudo, este sujeito coletivo da Escola Paulo Freire, que se formou nas lutas desde a década de 1980, se moveu com mais força e segurou suas conquistas. Esta força política foi fundamental para a concretização do Campus do Instituto Federal no contexto local de Aberlado Luz.

O Instituto Federal, por estar nesse campo de reforma agrária, é mais do que simplesmente estar, é uma conquista dos trabalhadores que sempre tiveram seus direitos negados. Dona Seni não conseguiu frequentar a escola, não teve acesso, não lhe foi garantido este direito. Dona Rosa, a mesma situação, milhões de outros brasileiros, a mesma condição. Então, o que se pode constatar é que conquistar um espaço como este, o Instituto, é mais que simplesmente dizer que existe, existe e resiste porque foi uma luta dos que não conseguiram estudar quando crianças e jovens.

Esta conquista também é parte de uma conjuntura nacional de fortalecimento daquilo que Frigotto (2011) expressou em seu texto na “33ª Conferência de Abertura da Reunião anual da ANPEd”, quando se refere ao estudo realizado por Florestan

Fernandes quando trata dos conceitos de minoria prepotente e maioria desvalida. Frigotto tratou desta tentativa de conciliar os interesses desses dois grupos, tentativa também de reparar uma dívida histórica com os desvalidos, que sempre tiveram seus direitos negados, mesmo esses direitos constando em documentos oficiais.

É também neste período que esta “compensação com a maioria desvalida” abre muitas possibilidades, assim, escreve Frigotto (2011):

[...] podemos assinalar a criação de mais 14 novas universidades federais, a abertura de concursos públicos, a ampliação dos recursos de custeio e uma intensa ampliação dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), atualmente transformados em Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFETs). Nesse âmbito, foram criadas 214 novas escolas a eles vinculados e cerca de 500 mil matrículas. (FRIGOTTO, 2011, p. 244).

Estas ações/conquistas podem ser pensadas dentro do que a professora Schwendler (2017) chama de conquistar frações do Estado, “[...] necessidade de disputar frações deste território que se encontra sob a hegemonia da classe burguesa para garantir a reprodução do capital”. A conquista do Instituto Federal no Assentamento José Maria se encaixa nesta condição de disputa de frações daquilo que é direito.

Reverter este caminhar, de ter que sair do Campo para estudar, trazer para o assentamento as possibilidades de estudar e se profissionalizar, reverte o pensamento hegemônico, e com nesse Instituto, os jovens das cidades, de qualquer lugar do Brasil, podem vir para estudar, pois tem alojamentos e outras condições. Isso é o inverso do que a normalidade da sociedade sempre apresentou.

Outra situação que era possível acontecer quando os jovens saíam do campo para estudar na cidade é que muitos não voltavam mais para morar nas suas comunidades de origem. Conheciam a cidade, se ambientavam, um emprego lhes segurava por lá, porque é fato que no campo com toda a negação dos direitos dos trabalhadores, a renda também não é muita, caso em que os jovens podem ser ludibriados com uma renda mensal na cidade, ainda que pouca, mas saberiam eles que todo mês aquele pouco viria, a menos que perdessem o emprego, o que é uma possibilidade.

A disputa de frações do Estado deixa claro que no campo são negadas as condições de lazer, infraestrutura, trabalho, a renda, a educação e a saúde, assim como a própria terra, que também é disputada e essas disputas geram muitos

conflitos, justamente porque a “minoria prepotente” não abre possibilidades de partilha, mesmo que de frações, com a “maioria desvalida”.

Para que estas disputas fracionárias deixem de existir, a burguesia, usando-se da máquina do Estado, busca convencer a juventude camponesa de que na cidade se vive melhor, portanto, o êxodo para estes espaços é caminho que leva muita gente.

Uma das discussões que fazemos nos assentamentos é de que não forçamos os jovens a ficar no campo, mas também não os incentivamos a ir embora para as cidades. O que fazemos é um estudo continuado de desvendar a realidade social, e a escola, por meio dos componentes curriculares, e dar o suporte para que os jovens, emancipados de conhecimentos, possam decidir suas vidas.

Tendo como base o Chão de Fala, vivo esta realidade em coletivo, seja na escola, na reunião da comunidade, nos momentos diversos nos assentamentos. A construção coletiva de ideias é algo fundamental, para tanto, a ênfase no diálogo, momento em que se esclarecem muitas possibilidades, quando se faz a leitura de mundo naquela perspectiva de Paulo Freire é tão importante. Estas leituras nos remetem para conhecer como funciona a sociedade.

Um trabalho comprometido com a ciência da educação nas escolas, esclarecedor, dialógico, crítico, faz com que a juventude agregue bases fundamentais para decidir seus caminhos. É fato que queremos que esta juventude se forme em Medicina, Direito, Enfermagem, Pedagogia, nas mais diversas áreas, mas a pretensão dos mais velhos, da organização social e principalmente de suas famílias, é que esses jovens se formem e voltem para suas comunidades camponesas, justamente para melhorarem essas comunidades.

No campo, como em qualquer outro espaço, precisa-se de médicos, enfermeiros, professores, enfim, de todos os profissionais que possam ter em qualquer outro espaço e o retorno desses jovens qualifica estas comunidades. Estes jovens formados teriam mais condições, mais conhecimentos para cuidar dos seus pares que ali moram. Então, a discussão da Educação do Campo também passa por esta necessidade e pela construção de políticas públicas para se viver com dignidade no campo.

A conquista do Instituto Federal é uma vitória do movimento da Educação do Campo, pois com isso não é preciso que os jovens vão para os grandes centros urbanos para buscar sua formação. Então a pressão de luta para ter em seus espaços instituições de ensino superior é resultado dessa discussão coletiva dos camponeses,

de perceberem suas necessidades, e sabendo que só conquistam com luta, não ficaram ou ficam esperando, saíram em marcha. Novamente buscando referenciar, Caldart (2012) diz que a Educação do Campo

Assume a dimensão de pressão coletiva por políticas públicas mais abrangentes ou mesmo de embate entre diferentes lógicas de formulação e implementação da política educacional brasileira. Faz isso sem deixar de ser luta pelo acesso à educação em cada local ou situação particular dos grupos sociais que a compõem, materialidade que permite a consciência coletiva do direito e a compreensão das razões sociais que a impedem. (CALDART, 2012, p. 261).

É com esta percepção da realidade que os camponeses buscam concretizar o Instituto Federal no Assentamento José Maria, e conseguem, como é fato e perceberemos adiante como este caminhar foi se concretizando ao longo dos anos.

4.2.1 Primeira Audiência Pública e desdobramentos

Abaixo cito trecho da ata da primeira audiência pública realizada no Assentamento José Maria para discutir a necessidade e a disposição da comunidade para tal construção. De acordo com o documento, esta audiência aconteceu no dia 9 de agosto de 2012 e expressa o propósito da mesma, como assim registrado no Diário da Assembleia de Santa Catarina, número 6.466, de 17 de setembro de 2012.

Ata da Audiência Pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para discutir a importância da instalação de um Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Assentamento José Maria, realizada no dia 09 de agosto de 2012, às 14h, no Assentamento José Maria, Município de Abelardo Luz. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, 2012).

Essa audiência pública é uma formalidade por dentro das estruturas do Estado, depois de muita luta feita pelas famílias camponesas.

Em outros momentos já mencionei sobre a responsabilidade que os gestores do Estado têm com seus cidadãos, mas também elenco o descaso do mesmo. Penso que o Estado, nesta organização capitalista, se comporta como uma empresa que tem suas fontes de arrecadação e prima por comportar-se de maneira semelhante a uma empresa lucrativa qualquer. Analisando o que Bobbio (1992) traz sobre o Estado,

segundo uma análise marxiana e engeliana, cito dois elementos fundamentais. O autor assim resume:

1) O Estado como aparelho coercitivo, ou como dissemos 'violência concentrada e organizada da sociedade [...] 2) o Estado como instrumento de dominação de classe, pelo que 'o poder político do Estado moderno não é mais do que um comitê, que administra os negócios comuns de toda a burguesia' [...]. (BOBBIO, 1992, p. 22-23).

É possível que o Estado seja mesmo este empresário aparentemente invisível, ou a serviço do empresariado, assim como salienta Bobbio. Essas possibilidades ficam ainda mais evidentes quando o Estado desmerece as populações camponesas, que em todas as áreas lutam diariamente por conquistar pequenas frações dentro da estrutura estatal.

Vivendo uma realidade em que este Estado ignora a maioria desvalida o caminho aos trabalhadores marginalizados é o da luta mesmo, porque, como competir em pé de igualdade com quem nasce e cresce nas condições da minoria prepotente? Mais ainda se o Estado opta por estar com quem não necessitaria de sua benevolência.

Ainda no campo dos questionamentos da realidade construída socialmente, busco Adorno (1995), teórico crítico da sociedade a partir da Escola de Frankfurt, que na obra Educação e Emancipação, também questiona.

O que dizer, por exemplo, de um mundo em que a fome é avassaladora, quando a partir de um ponto de vista científico-técnico já poderia ter sido eliminada? Ou, o inverso: como pode um mundo tão desenvolvido cientificamente apresentar tanta miséria? (ADORNO, 1995, p. 14).

Esta leitura de mundo é feita por muitas pessoas, e percebe-se que resolver as questões acima elencadas depende de querer, um querer no campo político, das ideias, das tomadas de posições com ações concretas. Neste contexto de disputas se medem as forças dos contrários no campo do pensamento e das realizações desses pensares. No campo da Educação se disputa, desde o espaço físico às questões pedagógicas, que significa disputar como será o pensamento social adiante.

Ao analisar as conquistas em Educação na primeira década do século XXI, Frigotto (2011) salienta as disputas diante da estrutura do Estado nesse campo tão importante. Nesse campo de lutas, de disputar as frações do Estado, conseguiu-se em 2010 que se estabelecesse a Educação do Campo como política pública, por meio

do Decreto Presidencial de número 7.352/2010. Institucionalizou-se, ponto importante, um reconhecimento social, uma conquista da luta dos trabalhadores dos movimentos sociais do campo.

Schwendler (2017) diz que “A entrada da Educação do Campo no espaço na construção das políticas públicas trouxe a disputa por recursos públicos e pela direção do projeto de educação, que se articula a um projeto de campo e de sociedade” (SCHWENDLER, 2017, p. 73). Essa disputa se deu e continua no campo da ampliação das conquistas e no campo pedagógico. São pensamentos antagônicos que se cruzam, discutindo a mesma temática.

Os atores que entram em cena estão nos mesmos campos de outras áreas das políticas públicas, no que podemos dizer que se posicionam naqueles conceitos que Frigotto (2011) mencionou, e nós aqui trazemos para embasar o que sustentamos, quando conceitua sobre a minoria prepotente e a maioria desvalida.

Ainda, Frigotto (2011) nos diz que com o avanço nas conquistas da classe trabalhadora na primeira década do século XXI, as forças opostas se mobilizam e entram com mais força nas ações de disputas no campo educacional, assim, mencionado por Ele.

O movimento dos empresários em torno do Compromisso Todos pela Educação e sua adesão ao PDE contrastada com a história de resistência ativa de seus aparelhos de hegemonia e de seus intelectuais contra as teses da educação pública, gratuita, universal, laica e unitária, revela, a um tempo, o caráter cínico do movimento e a disputa ativa pela hegemonia do pensamento educacional mercantil no seio das escolas públicas. (FRIGOTTO, 2011, p. 245).

Assim se busca evidenciar o campo de disputa quando se trata de Educação no país, mas não só nesta área e sim em toda essa busca por manter a hegemonia de uma classe, que sempre foi hegemônica e continua a querer manter-se no comando. A Educação do Campo está neste terreno de disputas. Enquanto os camponeses e camponesas pensam um processo diferente, pensando a educação a partir de si, os detentores do pensamento hegemônico entram em ação para deturpar aquele pensamento autônomo dos trabalhadores.

A conquista do Instituto Federal no Assentamento José Maria está neste campo de disputa permanente, conforme as pesquisas já realizadas, muito se evidencia este campo de contrariedades, de acirramento das disputas. Essas disputas

vão desde o desconforto com o espaço onde está a Instituição às questões pedagógicas.

No caso do Instituto Federal no assentamento, Mello (2020) ainda enfatiza que foi um longo processo e aponta os sujeitos dessa busca, com ações inclusive muito anteriores à Audiência Pública de agosto de 2012.

O Instituto é um debate bem longo, um debate amplo que não é só especificamente aqui de Abelardo Luz, é um debate a nível nacional, através de uma grande luta do Movimento Sem Terra. Na avaliação do Movimento Sem Terra, Abelardo Luz tinha, além da demanda de alunos, tinha espaço físico também pra se ter o Instituto Federal. (Informação verbal)⁴⁵.

Novamente a ênfase nos sujeitos que buscam a efetivação da Instituição. Quando nos remetemos à Educação do Campo, ela acontece nesse processo de construção das famílias camponesas, seja dos assentamentos, mas também das comunidades indígenas, quilombolas e demais povos organizados a partir dos seus espaços de vida, quando tomam para si a necessidade e responsabilidade de pensar e fazer, de não esperar que aconteça de fora para dentro de suas comunidades, vão construindo suas bases. Até porque na luta pela sobrevivência, aprenderam que se ficarem esperando não conseguirão. Sabem que se esperassem que a reforma agrária acontecesse por obra de um sujeito ou instituição, não estariam os assentados onde estão. Foi preciso a ocupação do latifúndio.

Dessa forma, a expressão da luta contínua é evidente nas falas dos sujeitos dessa e de muitas outras conquistas, como já mencionado no final do segundo capítulo deste trabalho, aliás, o trabalho todo está repleto de conquistas dos sujeitos que nele estão registrados, inclusive do próprio autor.

Mas se tratando especificamente das lutas pela conquista do Instituto Federal, insisto em trazer Mello (2020) novamente, quando este diz que precisaram ir para diversos lugares para buscar apoios e aprenderem com outras pessoas como fazer bem aquilo a que se propuseram.

[...] em Brasília com o MEC, enfim, uma série de reuniões, várias pessoas envolvidas, audiências públicas foram várias, aliás, a primeira audiência foi com a Assembleia Legislativa do Estado, depois teve outra com a Câmara dos Deputados Federais, puxada por Pedro Uczai e assim foram muitas pessoas envolvidas nesse processo. (Informação verbal)⁴⁶.

⁴⁵ MELLO. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

⁴⁶ MELLO. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

Denota-se a importância dessa primeira Audiência Pública para discutir com a comunidade e órgãos instituídos do Estado. Abaixo pode-se ver imagem deste momento na comunidade (FIGURA 10).

FIGURA 10 – Audiência Pública Do IFC Campus Abelardo Luz, no Assentamento José Maria



Fonte: Site IIC – Campus Abelardo Luz (2020).

Conforme consta da ata dessa audiência, vários dos sujeitos que moram nos assentamentos de Abelardo Luz fizeram uso da palavra para reafirmar a necessidade pela qual estavam lutando. Na ocasião, Lavratti, que é morador nos assentamentos desde 1985

[...] cumprimentou a todos e agradeceu a Deputada Luciane por ter proposto a Audiência que é de grande importância para a comunidade sem-terra. Disse que em agosto de 2011 foi encaminhada uma lista de reivindicações para a Presidenta Dilma Rousseff e uma delas era a garantia para o MST Brasil da possibilidade de instalação de vinte Institutos Federais, um por estado, e o assentamento indicado para Santa Catarina foi o Acampamento José Maria, de Abelardo Luz, devido do complexo de educação e de formação já existente, com grande número de crianças e adolescentes. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, 2012).

Acredito ser relevante mencionar a capacidade de mobilização que os Sem Terra têm quando se trata de buscar as condições de melhorias de suas vidas. Presume-se, e Eu com certeza, por ser parte integrante desse Movimento, que a luta tem sentido, faz sentido lutar pela vida, por um espaço para produzir alimentos, educação, saúde, enfim, pela causa social. De todo modo, esta luta pela vida muitas

vezes tem que ser uma teimosia pela vontade de viver e ser mais, mesmo que disputando frações daquilo que já é direito conquistado.

Pessoas como Dona Seni, já citada neste trabalho, também falou na audiência, ela mesma diz que não conseguiu ir para a escola quando criança, portanto, não conseguiu aprender a ler. Fez a defesa do Instituto Federal, “Solicitando a palavra, a senhora Aceni⁴⁷ dos Santos disse que os assentados estão lutando pelo melhor para a juventude, para que os jovens tenham direito e um futuro melhor. As famílias estão com expectativa de implantação de um campus do IF” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, 2012). Seu Amandio também falou:

A seguir, o senhor Amandio Pinto falou que o ensino sempre foi negado para os indígenas e trabalhadores. Fez uma retrospectiva das conquistas dos assentamentos com relação à educação desde 1985 e concluiu dizendo que um IFC agora será importante para os trabalhadores do campo e cidade, além dos indígenas. Os indígenas e os sem-terra foram massacrados e a implantação do IF será uma revigoração. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, 2012).

Percebe-se o quanto são fortes as falas das pessoas que moram nestes assentamentos em defesa da Educação e de todas as suas conquistas. Insisto em argumentar que para um pensamento de sociedade em que a hierarquia e burocratização são normas, esses camponeses estão fora de lugar e são indesejados por muitos burocratas e chefes de Estado, simplesmente porque se colocam como sujeitos de direitos, pensadores, sabedores, estudiosos e propositores de suas próprias vidas, sabedores de que há uma força contrária em luta permanente contra seus pensamentos e ações de defesa da vida.

A fala do assentado Amandio comprova o que elenquei no parágrafo anterior. É fato que o acesso ao ensino sempre foi negado historicamente e continua sendo, se não foi e não continuasse sendo, não precisaria de tanta luta dos trabalhadores para acessar seus direitos e permanecer com eles. Sem Terra, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, mulheres camponesas, entre tantos outros movimentos e comunidades fazem frente à discussão de Educação do Campo justamente por saber da negação que lhes é imposta.

Nessa luta pela manutenção do Instituto Federal no assentamento, muitas barreiras foram derrubadas, trincheiras de ideias foram erguidas e a permanente

⁴⁷ O nome de Dona Seni foi registrado na ATA com diferença na escrita.

vigília para que não se desanimassem diante das dificuldades. Esta audiência pública de 2012 foi um grande marco na continuidade de tudo o que já se havia feito de marchas, ocupações em órgãos públicos, reivindicações diversas.

O Evento se desdobrou em outros encaminhamentos para seguir a luta em prol da conquista que vinha sendo edificada há anos pelos Sem Terra, assim,

Retomando a palavra, a Deputada Luciane enfatizou as propostas de encaminhamentos: 1- criação de uma comissão com representação do movimento social, poder público municipal, estadual, universidade, diocese e Incra, como representante do governo federal; 2- realização de uma primeira audiência com a reitoria do IFC; 3- posteriormente, uma audiência com o Ministério da Educação; 4- envio à comissão de cartas de apoio para complementar o documento de criação do IF. Em seguida, a Deputada propôs mais dois encaminhamentos que seriam: 5- a elaboração de uma Moção de apoio aos educadores e servidores em greve do IFC; 6- solicitar o oferecimento de ensino fundamental e médio para os adultos assentados. Concluindo, a Deputada Luciane Carminatti pôs em votação os encaminhamentos, que foram aprovados pela unanimidade dos presentes à Audiência Pública. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, 2012).

Importante evidenciar este acontecimento porque foi mais um passo de grande significado dado pelos assentados com os parceiros de vários campos de atuação, mostra a força e a necessidade do que se está reivindicando e se afirmar com veemência o espaço onde deve ficar a Instituição, reafirmando a luta por Educação no e do Campo.

Em continuidade à luta, a “PORTARIA Nº 27, DE 21 DE JANEIRO DE 2015, Dispõe sobre a autorização de funcionamento das unidades que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, contemplando Abelardo Luz e a necessidade dos trabalhadores, cria o Campus do Instituto Federal Catarinense de Abelardo Luz.

Em 2016 as estruturas do Instituto Federal, Campus de Abelardo Luz, já estavam assim apresentadas, como demonstra a imagem (FIGURA 11).

FIGURA 11 – Vista da frente do prédio do IFC Campus Avançado Abelardo Luz, Assentamento José Maria (2016)



Fonte: IFC Campus Avançado Abelardo Luz (2020).

Neste mesmo ano, a direção do Campus do IFC Abelardo Luz promoveu uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Abelardo Luz para que a comunidade pudesse estar cada vez mais interagindo com a Instituição e propondo cursos. Esta reunião foi com representantes de entidades organizadas da sociedade. Foi para sistematizar as demandas trazidas pelos representantes das entidades

Também houve por parte de outros representantes a discussão em torno de onde deveria estar a sede da Instituição, não o que ela poderia fazer pela comunidade. Esta discussão não foi no sentido de construir coletivamente aquilo que já vinha sendo construído pelos trabalhadores dos assentamentos, mas de tirar desses a possibilidade de ter para junto de si um espaço conquistado historicamente pelos trabalhadores. Eu estava presente naquela noite de discussão.

Após este período as discussões sobre o Instituto Federal começaram a ficar desconfortáveis porque principalmente representantes do agronegócio e do setor do comércio do espaço urbano começaram a questionar com mais veemência o porquê da Instituição estar em área de reforma agrária. Ou seja, o que estava sendo proposto, nas entrelinhas, era que os assentados não mereciam tê-la. É-me compreensível esse pensamento contrário porque historicamente não foi diferente. Diferente era o que os Sem Terra estavam concretizando, ter em seu espaço de vida o IFC.

Causou espanto para grupos locais que convergem com o pensamento hegemônico da sociedade quando se deram conta de que os Sem Terra tinham requerido para perto de si a conquista, o rompimento de mais um arame da cerca que impedia o acesso ao conhecimento.

Notícia publicada no Site do SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica) em fevereiro de 2017 traz o IFC, Campus Abelardo Luz, com sua afirmação no Assentamento José Maria. Na ocasião, o SINASEF estava embasando uma nota em defesa desse campus, uma vez que o campus vinha sofrendo ataques externos por estar sendo constituído neste espaço.

As instalações atuais estão sediadas numa área de assentamentos da reforma agrária. O prédio existente era um centro de eventos da comunidade e foi cedido pela prefeitura municipal ao IFC. Tal decisão foi construída em conjunto com a comunidade numa audiência pública chamada pela comissão de educação da assembleia legislativa de Santa Catarina, em 2012. Em 2015, foi oficializado o campus avançado, pela portaria nº 17 do Ministério da Educação (MEC). (DIREÇÃO NACIONAL DO SINASEFE, 2019).

O próprio Sindicato dos Servidores Federais traz na sua matéria o teor dos acontecimentos e dos ataques à Instituição, assim elaborado:

A partir de 2016, após uma audiência pública na Câmara Municipal de Abelardo Luz, uma série de denúncias sobre uma suposta 'ingerência' do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começam a ocorrer junto ao Ministério Público Federal (MPF). O conteúdo dessas denúncias anônimas está carregado de mentiras e de preconceitos, afirmando que o campus é direcionado a interesses político-ideológicos, desconsiderando toda a legislação de educação do campo e sobre os direitos dos povos do campo. (DIREÇÃO NACIONAL DO SINASEFE, 2019).

Este momento da história do Instituto Federal é tenso, porque já estava em pleno funcionamento com curso técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, com a Especialização em Educação do Campo e diversos Cursos FIC de curta duração com os assentados, também com o público da cidade na sede do município. Saliento mais uma vez o empoderamento dos camponeses que conquistaram uma pequena parte daquilo que lhes é de direito e já foram perseguidos naquilo que é de seu direito, a Educação.

No ano de 2010, mais uma conquista dos movimentos sociais do campo foi a aprovação da Lei que institucionalizou a Educação do Campo como uma política pública, por meio do Decreto nº 7.352 de 04 de Novembro de 2010, quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava exercendo a presidência da República e Fernando Haddad era o Ministro da educação. O referido Decreto, em seu Art. 2º, trata dos princípios da Educação do Campo e o quinto princípio assim está

elaborado: “controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo” (BRASIL, 2010).

Observa-se que as denúncias, registradas em síntese pelo SINASEF, são contraditórias ao que a legislação aprova neste princípio V do decreto aqui também já citado. O que podemos classificar como uma disputa no campo da luta de classes. Para isso, não se respeita a legislação que ampara os trabalhadores e garante suas conquistas. Nesse terreno da luta de classes quer se aniquilar o contraditório pela força advinda dos poderosos, que sentem seu status-quo ameaçado.

Esse desejo ou ansiedade por negar o IFC no assentamento levou a muitas ações desagradáveis por parte de pessoas que fizeram denúncias anônimas que conseguiram criar um caos momentâneo e tirar a tranquilidade de pessoas que buscavam com a comunidade construir esta Instituição. O Sinasef registrou ainda os desdobramentos dos acontecimentos das ações de quem não queria que os assentados ocupassem esta Instituição.

Em agosto de 2017, os gestores do campus e a reitora, respectivamente, Ricardo Scopel Velho, Maicon Fontanive e Sonia Fernandes, foram vítimas de uma perseguição encampada pela Polícia Federal, tendo seus sigilos telemáticos quebrados e a apreensão de computadores e celulares. (DIREÇÃO NACIONAL DO SINASEFE, 2019).

Althusser já refletia sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Quando este Estado não consegue convencer os cidadãos de que aquilo que estão reivindicando não é possível, então o Estado age com os aparelhos ideológicos repressivos, no caso a polícia. Foi isso que aconteceu nesta ocasião.

Bobbio (1992) também nos ajuda a refletir sobre o Estado como uma instituição de força opressora/repressora e que não é de seu interesse atenuar as situações conflitivas, ao contrário.

No Estado o reino da força não é suprimido, mas antes perpetuado, com a única diferença de que a guerra de todos contra todos foi substituída pela guerra de uma parte contra a outra parte (luta de classes da qual o Estado é a expressão e instrumento). (BOBBIO, 1992, p. 22).

Nesta mesma linha de pensamento, para melhor compreender a que Estado estamos nos referimos, mais uma vez é em Bobbio que nos amparamos; assim nos conceitua: “O Estado enquanto comitê da classe dominante, em vez de ser a expressão de uma exigência universal e racional, é ao mesmo tempo a repetição e o

potenciamento de interesses particulares” (BOBBIO, 1992, p. 22). Esses interesses particulares são os interesses burgueses notoriamente. Um caso que se exemplifica são as ações em torno do Instituto Federal Campus Abelardo Luz, quando a investida anônima é no sentido de desmobilizar e retirar o direito daquele povo de ter uma Instituição de formação no seu espaço/território, o Estado coloca em funcionamento suas instituições, não para apaziguar e resolver, mas para tumultuar, para criar o caos e depois dar o arremate final. Até o momento o arremate final não foi possível. Veremos no curso da história o que será deste campus. Também analisaremos adiante, neste trabalho, possibilidades.

Schwendler também analisa essas categorias de Estado e sociedade civil a partir de Gramsci (1971), Coutinho (2002), quando constata que “Embora o Estado seja concebido como um organismo próprio de um grupo, e que cria as condições para a hegemonia deste grupo, a sociedade civil, que é composta por diversos grupos que disputam o poder, também é parte integrante do Estado” (SCHWENDLER, 2017, p. 73). É neste sentido que as disputas se acirram, quando grupos não atendidos nas políticas públicas criam condições, por meio de lutas, de conquistas de frações daquilo que lhes é de direito por inteiro.

As denúncias de ingerência do MST no Instituto, que são relacionadas ao objeto de estudo deste trabalho, são compreendidas dentro desta análise acima realizada, das disputas dentro deste espaço de luta de classes, dentro das estruturas de um Estado defensor de um grupo em detrimento de outros, daquilo que Gramsci conceitua como sociedade civil.

Não encontro razões para não haver participação das famílias numa instituição pública de ensino. A própria Constituição Federal de 1988 assegura essa obrigatoriedade como dever e direito em seu “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988, p. 136).

A implantação do Instituto Federal no assentamento, como se percebe no estudo, não foi uma iniciativa externa ao território, mas uma luta de dentro para fora, o inverso do que é hegemônico. Resultado das disputas de grupos da sociedade civil. Posteriormente, as famílias que conquistaram são impedidas por um grupo do Estado (justiça) de participar, de incentivar, de colaborar. Como compreender essa situação? Essas ações de proibição estão em consonância com o princípio da negação do direito

adquirido. Tudo isso se compreende nessa relação de disputas na sociedade civil e “O Estado como instrumento de dominação de classe, pelo que, o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê que administra os negócios comuns de toda burguesia [...]” (BOBBIO, 1992, p. 22).

Seguindo esta linha de pensamento, no campo das disputas, de frações do Estado, Schwendler (2017) diz que:

Uma grande conquista que merece ser destacada na perspectiva de disputa de frações deste território, é que a Educação do Campo obteve em 2004, pela primeira vez um espaço institucional no Ministério da Educação, com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e dentro dela, a Coordenação da Educação do Campo. (SCHWENDLER, 2017, p. 75).

E quando tratamos da Educação do Campo, esta que se realiza com a participação da comunidade nos seus diversos espaços que construíram, Munarin (2010) diz que esta concepção de Educação do Campo surgiu a partir da luta pela terra e com esta a luta por políticas públicas, tendo como sujeitos os movimentos e organizações sociais do campo em nosso país, sendo a origem no Movimento Sem Terra, que se coloca a partir da década de 1980 em luta, reivindicando escola pública em cada espaço ocupado. Com o avanço das lutas, outras organizações, movimentos sociais, fazem da Educação uma luta de destaque. Da mesma forma, a entrada de setores de universidades encampa esta luta que fica cada vez mais reivindicativa e de grande importância.

É ainda em Munarin (2010) que se busca evidenciar a definição do que se compreende por Educação do Campo.

A expressão ‘Educação do Campo’, no aparelho de Estado, substitui, ainda que apenas parcialmente, a expressão ‘Educação Rural’. Não obstante, essa última denominação permanece nas estatísticas oficiais e na maioria das políticas governamentais em andamento. (MUNARIN, 2010).

Neste buscar compreender sobre o que é Educação do Campo, Caldart (2008) assim define:

A Educação do Campo é negatividade – denúncia/resistência, luta contra. Basta (!) de considerar natural que os sujeitos trabalhadores do campo sejam tratados como inferiores, atrasados, pessoas de segunda categoria; que a situação de miséria seja o seu destino; que no campo não tenha escola, que seja preciso sair do campo para frequentar uma escola; que o acesso à educação se restrinja à escola, que o conhecimento produzido pelos

camponeses seja desprezado como ignorância [...]. A Educação do Campo é positividade – a denúncia não é espera passiva, mas se combina com práticas e propostas concretas do que fazer: a educação, as políticas públicas, a produção, a organização comunitária, a escola [...]. A Educação do Campo é superação – projeto/utopia: projeção de uma outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola. Perspectiva de transformação social e de emancipação humana. (CALDART, 2008, p. 67-86).

É nesta busca de conquistas que foram sendo disputados espaços nos governos e nas estruturas do Estado. É dessa gênese da luta dos camponeses que foi se construindo a Educação do Campo.

Também, entre muitas sistematizações fundamentais na Educação do Campo, Munarin (MUNARIN; LOCKS, 2012) vai buscar esclarecer duas questões que muito se necessitam compreender, que são os termos “no campo” e “do campo” quando tratamos de Educação. Munarin diz que:

Nesse processo preconiza-se uma educação ‘no campo’, porque o povo tem o direito de ser educado onde vive; ‘do campo’, porque o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, e que seja vinculada a sua cultura e as suas necessidades. (MUNARIN; LOCKS, 2012, p. 86).

Esta construção é coletiva, isso é um fator importante e que não pode ser negado ou “esquecido” na sua trajetória. E a todos que têm ou despertem o interesse pela temática, devem compreender que, parafraseando Munarin (MUNARIN; LOCKS, 2012), o conceito de Educação do Campo não poderá pensar que seja um conjunto de palavras que pouco significam, ou que seja algo engessado.

Desse modo, reafirmamos o processo de construção coletiva, fruto de discussões e práticas que atendessem as reais necessidades do povo do campo, na sua gênese com os Sem Terra e mais adiante com o ingresso de outros movimentos sociais, organizações de base e parte de universidades, dispostas a repensar a vida em espaços de diversidade, até então, não considerados na política pública.

É neste caminhar de construção que entra o Instituto Federal Catarinense, Campus Abelardo Luz, na pauta das reivindicações desses trabalhadores como mais uma conquista do movimento da Educação do Campo, no intuito de melhorias na formação técnica das famílias camponesas, mas não só. O Ensino Superior já era uma realidade quando se pensava na conquista.

Como já mencionado anteriormente, nas palavras de Schwendler (2017), são disputas de frações do Estado, disputas das políticas públicas de direito do povo.

Em entrevista com o Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFC, Campus Abelardo Luz, André Franzoni Alexandre (2020)⁴⁸, ele menciona a luta dos trabalhadores do Brasil todo por 13 campus iguais a este a que é objeto do nosso estudo, mas que os trabalhadores somente conseguiram este em assentamento, no Brasil todo.

Eu sei que esse campus tem uma história de luta que é anterior a isso que eu to falando né, que é uma luta pela abertura desses cursos, desses IFs em áreas de assentamentos, eu acredito que o nosso é o único, posso tá enganado, mas acho que o nosso é o único que foi aberto, acho que o projeto inicial era 13 Campi em todas as partes do país e desse projeto só o nosso se concretizou. (Informação verbal)⁴⁹.

Até onde participei das discussões em torno dessa pauta, os movimentos sociais camponeses reivindicavam 20 campus do Instituto Federal nos espaços rurais, ou seja, onde moram os camponeses, para assim reverter uma lógica dominante e excludente de sempre, de que se os camponeses pretendessem estudar, precisavam sair do campo e ir para as cidades, o que automaticamente, já os excluía do direito de acessar e permanecer.

Essa discussão em torno do Instituto Federal, especificamente do objeto de estudo deste trabalho, evidencia o quão é laborioso que aquilo que é direito universal, ou se busca que seja, é dificultado aos camponeses e camponesas.

A busca pela conquista do Instituto Federal é parte das conquistas da Educação do Campo, que se torna ainda mais compreensível em seus pressupostos históricos e teóricos. Sobre isso, Munarin (MUNARIN; LOCKS, 2012) assinala:

A expressão educação do campo é muito recente. O seu principal berço de origem é a luta pela terra, empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), associada à demanda por escola pública em cada novo acampamento ou assentamento de reforma agrária. (MUNARIN; LOCKS, 2012, p. 85).

⁴⁸ O Professor André Fornazieri Alexandre mora no município de Florianópolis, Santa Catarina. É formado em Técnico em Mecânica pela Escola Técnica Federal de Santa Catarina, atualmente IFSC. Trabalhou na UFSC como metrologista. Graduado em Educação Artística, com habilitação em Música na UDESC. Bacharel em Violão. Especializou-se em Regência e formou-se Mestre em Música pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2017. Trabalhou na área em várias comunidades no município de Florianópolis com projetos. No IFC Abelardo Luz é Professor desde 2016 e Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão atualmente.

⁴⁹ ALEXANDRE. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

Na sua caminhada inicial desse movimento por Educação do Campo, rompendo uma lógica de Educação Rural, historicamente em dissintonia com a vida camponesa, os trabalhadores passam a reivindicar por educação básica e o Instituto Federal com seu campus no Assentamento José Maria ultrapassa esse desejo inicial, pois oferece mais, o Ensino Superior; não que já não existissem outros projetos em parcerias com universidades, mas em áreas de assentamento e com o Instituto Federal, é a primeira conquista.

Para Vendramini (2007) a Educação do Campo é uma construção social, coletiva de trabalhadores que se organizam e protagonizam em seus espaços de vida.

A educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos. (VENDRAMINI, 2007, p. 123).

É importante frisar estas questões elencadas pela autora acima citada, porque, de fato, a Educação do Campo tem materialidade nas lutas sociais, como sempre me refiro, dos protagonistas, dos que se movem frente a uma realidade discrepante de desigualdades sociais do nosso país, para refazer a antiga ordem estabelecida em uma nova possibilidade de vida.

Estas adversidades sociais, percebidas pelos camponeses, são repensadas desde a atual estrutura agrária hegemônica a outras dimensões da vida. Vendramini também nos ajuda a compreender esta realidade agrária, que a partir da segunda metade do século XX se move para que não seja modificada em seus pilares estruturantes, assim, nos esclarece:

O século XX, especialmente a segunda metade, atravessou grandes transformações na forma de organizar a vida e o trabalho das populações rurais no Brasil. Assistimos a uma perversa penetração do capitalismo nas relações produtivas do campo, transformando e submetendo toda a produção ao capital, ainda que mantidas as antigas estruturas fundiárias. (VENDRAMINI, 2007, p. 123).

Essas análises, como tece Vendramini, passam a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores que lutam pela reforma agrária e por mudanças estruturais na conjuntura agrária. Esses movimentos práticos/teóricos passam a enriquecer as

possibilidades de um novo jeito de pensar as realidades, do campo e da cidade, e emerge daí iniciativas como o pensamento de Educação do Campo.

Novamente buscando bases em Munarin (2016), quando nos diz sobre a terminologia da expressão Educação do Campo e suas raízes:

A terminologia 'educação do campo' é recente, isto é, posterior à vigência da LDB. Surge no discurso dos movimentos sociais do campo, em 1998, ou seja, a partir da 1ª Conferência Nacional de Educação Básica do Campo. Foi aí que o conceito começou a ser deliberadamente construído por aqueles sujeitos protagonistas, que organizavam a conferência, tomando por base o próprio acúmulo de conhecimento e as estratégias para os momentos vindouros. (MUNARIN, 2016, p. 498).

Dessa construção histórica dos trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, com engajamento nas lutas sociais, primeiro pela terra, seguido da luta pela reforma agrária e culminando na luta por uma nova sociedade, é que a Educação do Campo se torna materialidade. Assim, o campus do Instituto Federal Catarinense se fez conquista no Assentamento José Maria.

Para Maria Antônia de Souza a Educação do Campo é

Fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação. Em contraponto à visão de camponês e de rural como sinônimo de arcaico e atrasado, a concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável. (SOUZA, 2008, p. 1090).

4.2.2 Segunda Audiência Pública e outras possibilidades

Uma audiência pública foi realizada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados Federais. O site da Instituição (IFC – Campus Abelardo Luz), tem em seus arquivos matéria sobre esta realização.

A Comissão de Educação, da Câmara dos Deputados, realizou na segunda-feira, dia 08 de junho de 2017, às 14 horas, uma Audiência Pública na sede do IFC Campus Avançado Abelardo Luz. A audiência, coordenada pelo Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC), buscou socializar as vivências e práticas pedagógicas do Instituto, na região, reafirmando, por unanimidade, a permanência da sede do IFC dentro do Assentamento José Maria. (AUDIÊNCIA, 2017).

Nesta atividade centenas de trabalhadores e trabalhadoras de todo o estado se fizeram presentes para enfatizar a conquista do IFC. Nesse momento da história da Instituição ela já estava sendo muito cobiçada pelas forças antagônicas, por esta razão, mais uma vez, reafirmar que a Educação é um direito de todos, portanto, acessível a todos. E o campus onde estava não se fechava para ninguém, ao contrário, sempre aberto a todos.

A imagem a seguir demonstra a organização do povo neste dia de debates e de reafirmação suas conquistas (FIGURA 12).

FIGURA 12 – Audiência Pública no IFC Campus Abelardo Luz, Assentamento José Maria



Fonte: Uczai (2020).

Como é possível ir percebendo, neste período que tratamos, os posicionamentos em relação à Instituição já haviam tomado proporções que ultrapassaram o espaço mais local, já eram tratativas de porte mais difícil de se resolver, saiu do campo do diálogo construtivo e passou à ações que visavam retirar o que já se tinha construído até o momento.

4.2.3 Ações pedagógicas de Educação do Campo no IFC Campus Abelardo Luz

Neste tópico abordarei alguns momentos de formação na Educação proporcionadas pelo Instituto Federal Campus Abelardo Luz com a comunidade do seu entorno. São algumas atividades que de forma geral traduzem também o pensamento e ação da Instituição no que concerne aos seus objetivos.

II Seminário de Educação do Campo do IFC (2016)

Com muitas conquistas já obtidas referentes ao IFC, a continuidade das suas atividades era um fator determinante para firmar-se como uma Instituição forte, dada a sua necessidade de assim se fazer. Até mesmo para demonstrar sua necessidade e interesse de ficar neste território. Assim a comunidade acadêmica e social do entorno planejou o “II Seminário de Educação do Campo do IFC” para 2016.

Esta atividade aconteceu em agosto daquele ano, especificamente dos dias 11 a 13 do mês citado. No site da Instituição há um resumo da atividade, no que concerne aos objetivos e demais proposições.

[...] como objetivo construir espaços de discussão sobre Educação do Campo e sobre a perspectiva educacional dos movimentos sociais do campo no âmbito do IFC. O evento reuniu pesquisadores com atuação em diferentes áreas, como Educação, Educação do Campo, Sociologia Agrária e Agroecologia, promovendo um espaço de socialização e articulação de experiências de Educação do Campo em Santa Catarina e nos demais estados do sul do país. (ANAIS, [2016?]).

Percebe-se que as atividades pedagógicas da Instituição já buscam uma abertura de diálogo com a comunidade e o seu jeito de pensar a Educação. Nesta linha de pensamento, a Instituição está cumprindo com aquilo que se propõe, que é contribuir com a comunidade do seu entorno.

A atividade abre-se para pesquisadores de diversas áreas para que seja possível a diversidade de pensamento naquilo que se propõe o evento. É aberto ao público dos mais diversos espaços, não só de assentamentos e não só do campo.

Ressaltando ainda sobre a atividade, o Instituto buscou fazer a relação com a comunidade, o que se discute na Educação do Campo como relação Escola/Comunidade para que se objetive a socialização e construção de conhecimentos.

Além disso, buscou garantir o intercâmbio da instituição com a comunidade do entorno do campus sendo um espaço para construir políticas de ensino, pesquisa e educação relacionadas à Educação do Campo no âmbito do IFC, a serem executadas, especialmente, no campus Abelardo Luz. (ANAIS, [2016?]).

Percebe-se uma intencionalidade forte da Instituição em realizar atividades que envolvessem a comunidade, objetivando assim a contribuição técnica, científica

e política entre os sujeitos que fazem parte desta realidade. Isso era o início de uma abertura pedagógica com a comunidade. Este início coincide com o início das atividades no campus.

Muitos trabalhos de pesquisa já são publicados neste primeiro evento, dando amostras de que ter o Instituto Federal no assentamento é mesmo uma demanda necessária. Os trabalhadores estudantes produzem teoria e prática, que são princípios da Educação do Campo. Isso acontece na Instituição por meio das apresentações e publicações de trabalhos de pesquisa dos sujeitos do campo.

Os diversos trabalhos sobre Educação, Educação do Campo, Sociologia Agrária e Agroecologia foram publicados nos anais do evento, disponíveis no site do IFC. Isso significa afirmar que o processo de formação ao qual se objetivava enquanto se lutava para ter no assentamento esta Instituição, agora estava iniciando os trabalhos.

1º Encontro Regional de Educação do IFC Abelardo Luz (2017)

Seguindo com objetivos de contribuir com a comunidade, o Instituto Federal Catarinense Campus Abelardo Luz continua agindo. Dessa forma, em 2017 realizou-se o “1º Encontro Regional de Educação do IFC Abelardo Luz”.

Este evento teve como objetivo “oferecer à comunidade de Abelardo Luz e região um espaço para debater sobre a temática da Educação” (1º ENCONTRO, [2017?]).

O que se observa no objetivo é que se busca integrar neste evento a comunidade⁵⁰ regional, abrindo-se ainda mais na busca para atender as demandas da população do seu entorno.

Ainda, o Instituto neste evento buscava a integração da comunidade também por meio da expressão de sua cultura, assim, em sua programação se propunha a estar

[...] promovendo atividades artísticas e culturais, com participação de algum grupo artístico da comunidade, como também do coral do IFC Campus

⁵⁰ Quando menciono comunidade, a depender do sentido da frase, algumas vezes se refere especificamente à comunidade assentada do entorno do Instituto Federal, compreendendo esta comunidade como o conjunto de 22 assentamentos e comunidades camponesas tradicionais, mas conforme designa muitas partes do texto em suas frases, as menções à comunidade fazem referência à sociedade em geral.

Avançado Abelardo Luz, e duas palestras que versarão sobre as temáticas: 'Políticas Públicas de Educação' e 'Tendências Pedagógicas da Educação'. (1º ENCONTRO, [2017?]).

III Seminário de Educação do Campo do IFC (2017)

Em continuidade ao que se propunha na contribuição com a comunidade na perspectiva da Educação do Campo, o Instituto Federal promove em setembro de 2017 o “III Seminário de Educação do Campo” que “Tem como principal objetivo discutir sobre a importância político-pedagógica da organização escolar no campo e ampliar os conhecimentos científico e tecnológico sobre a educação, agricultura familiar e movimentos sociais” (III SEMINÁRIO, [2017?]).

Os objetivos explicitam um projeto de busca de qualificação nas discussões dessa temática no campo da Educação, entende-se que seu caminho enquanto Instituição é mesmo atender as reais demandas vivenciadas. Para tanto, se coloca em movimento para construir juntos bases de sustentação da Educação neste espaço. É um compromisso da Instituição pública, mas penso ser passos ousados, uma vez que suscita olhares contraditórios às suas ações. É uma tomada de decisão sobre um projeto de Educação contra-hegemônico.

Como anteriormente já foi possível perceber o quanto se buscou impedir as atividades dessa Instituição e mesmo a paralização da mesma, aqui passamos a compreender melhor porque ocorriam atos de impedimento ao funcionamento do Instituto no assentamento. O Instituto está se propondo a assumir um projeto de Educação que é um projeto de classe, a classe trabalhadora, que adentra as estruturas do Estado burguês para que os trabalhadores do campo possam ter seus direitos, ainda que com dificuldades, atendidos.

Neste evento, que descrevo e analiso, quando se trata do público a quem se propõe o evento, não tem seletividade imposta, é aberto a todos, conforme descreve o IFC sobre

O público alvo do evento é formado por pesquisadores, professores, agricultores, assentados e estudantes de graduação e pós-graduação das áreas de Educação, Sociologia, Agronomia, Agroecologia, Medicina Veterinária, Zootecnia e áreas afins. (III SEMINÁRIO, [2017?]).

Tomando esta citação, como a mesma demonstra, a comunidade em geral está construindo espaços de acessos para discutir, produzir e socializar

conhecimentos relevantes nas diversas áreas para dessa forma melhorar as ações nestes espaços. Então, o Instituto expressa sua importância para esta comunidade, que assim se pensa:

Passados três anos, o evento se tornou importante fórum de discussão sobre políticas-públicas para a melhoria da Educação do Campo, além de um espaço de socialização e articulação de experiências em Santa Catarina e estados próximos buscando garantir um intercâmbio entre instituições e com a comunidade do entorno. (III SEMINÁRIO, [2017?]).

Fica evidente que a Instituição tomou posição no atendimento às demandas dos sujeitos que a construíram neste espaço. Diz-se que o evento passou a ser importante espaço de discussão para a melhoria da compreensão e construção da Educação do Campo. Esta discussão é originária de classe, dessa forma, a Instituição busca dar suporte a esta discussão, o que contraria o pensamento hegemônico nesta temática, então, é possível que esta tomada de posição deixe em desconforto a classe antagônica a esses interesses.

1º Congresso Nacional de Educação de Abelardo Luz (2018)

Bem como os demais eventos da Instituição, o “1º Congresso Nacional de Educação de Abelardo Luz” foi uma proposição da mesma em parceria com a Secretaria Municipal de Educação deste município e projetou esta Instituição para o cenário nacional.

Este era um período de acirramento nas disputas pela Instituição, culminando em intervenção judicial e recente afastamento de seus diretores, sem tréguas para as ameaças de fechamento do Instituto ou transferência para a cidade.

A realização deste Encontro Nacional também foi uma ação da comunidade para mostrar a necessidade e a relevância desta Instituição no lugar que estava. No objetivo do evento

O **1º Congresso Nacional de Educação de Abelardo Luz** teve como objetivo geral oferecer um espaço de formação e qualificação de professores, em nível nacional, no que tange às problemáticas pertinentes ao campo da educação. (1º CONGRESSO, [2018?], grifo do autor).

Analisando o objetivo a que se propõe, a própria Instituição expressa as dificuldades que estavam sendo enfrentadas dada a sua localização (em espaço de

assentamento) e também dado o seu objetivo de atender a comunidade assentada, que sempre teve este direito dificultado, mas também por isso negado, e também as comunidades vizinhas de trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade.

Essa negação fica expressa de forma viva na fala de Amandio, quando ressalta que os indígenas e Sem Terra sempre foram esmagados por este sistema social que ignora essas populações. Em análise, diria que esta sociedade (capitalista) também ignora os trabalhadores, não importando onde este se encontra na busca de seus direitos. Existe um espaço onde os trabalhadores são recebidos por esta sociedade, sem muitos ataques, que é no trabalho, na produção de mercadorias que necessitam destes, mesmo assim, passam por situações vexatórias provocadas por seus superiores.

Dessa forma, quando esses trabalhadores passam a construir seus espaços e suas possibilidades por conta própria, passam a ser impedidos pelas forças contrárias, caso que se reflete no tema deste estudo de dissertação

Situações diversas com o intuito de descaracterizar a legitimidade da Instituição, em muitos momentos, vieram à tona. Conchavos com políticos que declararam na imprensa da região que os Sem Terra não tinham as mãos calejadas de trabalhar, mas os pés sim, de tanto andarem nas cidades como pedintes. Os Sem Terra não são os males que alguns políticos gostam de esbravejar, os Sem Terra são trabalhadores que não esperam a pouca ou nenhuma vontade desses barões da política de desempenharem seu papel social, os Sem Terra sabem que para conseguir sanar qualquer demanda, precisam pressionar que os poderosos se esforcem para enxergar que os trabalhadores têm direito de viver e com dignidade.

Compreensível é esta posição burguesa quando nos amparamos em estudos realizados por Marx e Engels (1998), “A sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado” (MARX; ENGELS, 1998, p. 10). A compreensão do que se expressa nessa citação é um elemento fundamental para que as pessoas se compreendam no seu lugar histórico. É compreensível que a grande maioria da população não tenha esse entendimento, justamente porque é uma disputa no campo das ideias, no campo do conhecimento, o que significa mensurar que o lado oposto a esta compreensão está com saldo ganhador.

Um clima de pequenos inconvenientes perpassou o 1º Encontro Nacional.

Para que os (des)ânimos acalmassem na região, as discussões no encontro deveriam ser de boa qualidade para afirmação, mais uma vez, da importância e necessidade desta Instituição no assentamento, legitimando a sua conquista pelos trabalhadores. Mas não era de interesse desses que o espaço conquistado servisse só para si, esta compreensão os trabalhadores sempre tiveram, o que é público, é para todos, basta estar disposto a estudar e, infelizmente ainda, disputar vagas para entrar. Diante disso, foi convidado para participar do Evento o professor Dermeval Saviani.

O referido professor veio para contribuir na luta pela reafirmação de que esta Instituição tem uma história de luta de um povo, um lugar social que necessita dos seus serviços. Portanto, não há porque ter movimentações no campo do impedimento de suas atividades, mudança ou fechamento do mesmo.

Os Sem Terra não têm pretensão de medir forças com ninguém, ao contrário, querem somar forças, assim aprenderam que fazendo isso, agrega, possibilita outras conquistas. Não há pensamento de acumular como se fosse um objeto para si, como é o pensamento social hegemônico.

Com esta perspectiva de pensamento, os trabalhadores do campo, organizados, passam a ser vistos como incômodos para as elites do capital, porque sacodem as estruturas sociais. Miguel Arroyo, no prefácio da obra “Escola é mais do que Escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra”, escrito por Caldart, (2000, p. 11) vai dizer que “O Campo está vivo, em movimento. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra está aí como expressão mais forte dessa dinâmica. É difícil ignorá-lo. Ele questiona as estruturas e a cultura que os legitima, interroga a sociedade”. Este interrogar, questionar as estruturas de pensamento, é algo que deixa em desconforto as elites que sempre se perpetuaram no poder e na condição de hegemonia.

Vivemos estas relações na prática cotidiana da luta pela sobrevivência, por buscar e construir um lugar que pudéssemos viver com dignidade, conceitualmente como Chão de Fala. Essa ruptura com o pensamento hegemônico, esse embate, é algo que “tira o sono tranquilo” dos poderosos, dessa forma, esta mesma elite ataca desesperadamente movimentos de pessoas que protagonizam suas vidas em coletividade, seja de pensamento, de produção, de organização para resistência, entre outras diversas formas de se colocarem em marcha contra-hegemônica.

Seguindo o raciocínio, defendendo que não há razão para se ter uma Instituição que prive uns e outros de acesso, não é esse o jeito de ser dos trabalhadores. Fosse

assim, esses, em qualquer espaço e ramo de produção, produziriam alimentos e ficariam para si, mas não, tanto não privatizam que não chegam nem a ficar com aquilo que produzem, quanto mais pensar que Educação e outras políticas sociais devem ser somente para si.

Com base na lista de inscrição, constante no site do IFC Campus Abelardo Luz, 482 pessoas se inscreveram para participar. Professores palestrantes de várias Instituições de Ensino de vários estados e até de fora do Brasil vieram para contribuir. Isso demonstra a força política e pedagógica do IFC que tem na sua base de sustentação, sujeitos camponeses Sem Terra.

O Evento aconteceu na sede do município, porém, o Professor Dermeval Saviani quis conhecer o Instituto Federal no assentamento. Dessa forma, após sua contribuição no Encontro, fomos com Ele para os assentamentos, conheceu o Instituto Federal, dialogou com os trabalhadores que ali estavam, conheceu as escolas do entorno e fomos para outros assentamentos onde o professor pôde perceber o quanto foram extensas as lutas nestes espaços (FIGURA 13).

FIGURA 13 – Visita do professor Saviani à sede do IFC Campus Abelardo Luz, Assentamento José Maria



Fonte: Arquivos do Autor (2018).

Seguindo esta visita do professor Saviani, foi na casa de uma família assentada que Ele e mais um grupo de pessoas almoçaram, posso dizer almoçamos. Durante toda a visita, muitos diálogos foram feitos, lembrando as histórias dos trabalhadores e suas conquistas.

O almoço foi servido na casa da família Lavratti, alimentos produzidos no assentamento, agroecológicos, frutos da reforma agrária. Pense só na razão e

sentimento que se misturavam nesta reunião de pessoas lutadoras em diversos campos. E o diálogo era constante, todos gostariam de falar, mas organizadamente como se aprendeu na luta do Movimento Sem Terra.

O professor Saviani ouvia muito, analisava, observava, contribuía com seus conhecimentos, nos mostrou sua humildade, contou também sua história de vida de sofrimento na periferia de São Paulo. Éramos um grupo de trabalhadores almoçando juntos, dialogando e aprendendo uns com os outros.

Mais tarde o professor Saviani precisou viajar para outros compromissos em outros espaços. Para nós valeu muito esta presença e a partilha de conhecimentos que todos temos. Foi também um ato de reafirmar nossas conquistas corroboradas por um pesquisador conhecido e respeitado no país.

O evento marcou seu tempo e ficou marcado na história do Instituto Federal, na história dos assentamentos e na história do país.

I Seminário em Tópicos Especiais em Educação (2019)

As atividades desenvolvidas pela Instituição são sempre de fundamental importância, haja vista que é esta a função da mesma. Assim, em 21 de maio de 2019, realizou-se o “I Seminário em Tópicos Especiais em Educação”. O curso de Pedagogia do IFC Campus Avançado Abelardo Luz promoveu o “I Seminário em Tópicos Especiais em Educação”, com o tema: “Políticas de Educação Infantil no Brasil (1988-2018): avanços, contradições e desafios” (I SEMINÁRIO, [2019?]).

Esta atividade é mais um dos esforços do campus para a formação continuada de professores promovido agora pelo curso de Pedagogia com o intuito de promover formação de professores da comunidade, mas também de afirmação da proposta da Instituição no assentamento. Os objetivos do evento são assim registrados, também no site do IFC, no Campus Abelardo Luz.

O evento tem como objetivo subsidiar a formação do acadêmico em pedagogia e áreas afins com conhecimentos teóricos referentes às políticas públicas para a educação infantil a partir da compreensão e análise do contexto legal, sócio-político e econômico a partir da Carta Magna Brasileira de 1988. (I SEMINÁRIO, [2019?]).

Todas essas iniciativas são importantes para afirmar a necessidade de construir solidamente instituições de Educação no e do Campo. Outras atividades

neste sentido são desenvolvidas por professores nos seus componentes curriculares, quando, por exemplo, são convidados professores de outros espaços educativos e/ou estudantes, além de dirigentes de movimentos sociais camponeses para dialogar a respeito das temáticas que perpassam os componentes curriculares.

IV Seminário de Educação do Campo do IFC (2019)

O “IV Seminário de Educação do Campo” aconteceu em setembro de 2019, com o tema central “Em defesa da escola pública”. O tema já traz em si a denúncia da ganancia dos poderosos em relação ao fechamento das instituições de ensino, no mesmo caminho de toda a história, de dificultar o acesso dos trabalhadores a estes espaços de busca e construção de conhecimentos.

Tafarel e Munarin (2015) denunciam que na pátria educadora, mas não só naquele período, ainda persistem o fechamento das escolas do campo, ou seja, o crime continua em pleno momento que se luta também para que esta prática não seja aceita, e como forma de resistência, o lema do “IV Seminário de Educação do Campo” se posiciona de forma contrária a esta arbitrariedade conduzida pelo Estado.

No estudo que fizeram Taffarel e Munarim (2015), enfatizam que,

[...] ao longo da última década, o número de escolas do campo brasileiras fechadas é enorme. As escolas foram reduzidas em 31,46%, ou seja, 32.512 unidades foram fechadas. Com o fechamento de escolas, não existe a possibilidade de enfrentamento dos gravíssimos problemas que afligem a Pátria que se quer Educadora. (TAFFAREL; MUNARIN, 2015, p. 46).

É nesta perspectiva que o Instituto Federal se posiciona, de defesa da Educação e das Escolas do Campo, contra o fechamento das mesmas, essa posição é de defesa dos direitos dos trabalhadores. Em estudo realizado por Matos (2018), estudante do próprio IFC Campus Abelardo Luz, em curso de especialização, elenca que “Em Santa Catarina, desde o início do processo de nucleação/municipalização, muitas escolas foram fechadas [...] esse processo levou ao fechamento de 5.316 escolas no estado” (MATOS, 2018, p. 6).

Com essas constatações, a realização deste Seminário reforça a luta pela defesa da Escola e da Educação do Campo como uma necessidade fundamental dos povos do Campo e o Instituto Federal se coloca em movimento nesta defesa, expressa clara posição, o que não converge com o pensamento hegemônico da sociedade em

que vivemos, o que pode evidenciar de forma mais clara as disputas que se têm pelo comando e direcionamento das ações da Instituição.

Os movimentos sociais camponeses vêm na sua luta constante denunciando o fechamento das escolas e fazendo lutas para reafirmar suas conquistas e mantê-las como tal, compreendendo que vivemos em um período muito difícil para a classe trabalhadora, de acirramento no campo político, econômico e dos interesses neoliberais, nisso está o pensamento do aniquilamento dos que lutam por direitos sociais.

Ainda buscando Taffarel e Munarin (2015, p. 45), quando dizem que:

O problema do fechamento das escolas do campo que vem ocorrendo nos últimos 10 anos, tende a se acentuar frente a atual política recessiva e de cortes orçamentários. O fechamento de escolas do campo vem sendo denunciado como um crime contra a nação brasileira. (TAFFAREL; MUNARIN, 2015, p. 45).

As várias ameaças à estabilidade do Instituto Federal no Assentamento José Maria faz parte desse movimento de fechamento de Escolas do Campo e de inibir o direito desses povos a terem acesso e permanência nestes espaços estudando, compreendendo a realidade para melhorar suas relações humanas e tecnológicas para trabalharem neste campo da produção da existência humana.

Como se percebe até o momento neste terceiro capítulo, as ações de formação e diversos outros momentos proporcionados no Instituto Federal Campus Abelardo Luz são de defesa de um projeto de Educação que tem como matriz pedagógica o próprio movimento dos camponeses, de lutar por se afirmar como uma Instituição que atende as demandas colocadas pela sociedade, mesmo tendo que enfrentar interesses particulares.

Diante do que pudemos sistematizar neste terceiro capítulo, daremos continuidade no quarto e último capítulo deste trabalho, na busca de suprir o que nos propomos nos objetivos do mesmo. Dessa forma, em análise no capítulo seguinte, buscaremos evidenciar esta Instituição como uma conquista que assume posição, que tem sujeitos de uma classe social, que por sua vez tem posição social.

5 O INSTITUTO FEDERAL NO ASSENTAMENTO JOSÉ MARIA: UMA RELAÇÃO DIALÉTICA NA LUTA DE CLASSES – AVANÇOS E LIMITES

No decorrer dos capítulos anteriores discorreremos sobre questões que possibilitaram fundamentação para neste quarto capítulo analisar com mais profundidade esta Instituição, buscando compreender e dar continuidade às buscas por responder as grandes questões a que nos propomos no trabalho, ou seja, aos objetivos do mesmo.

Neste sentido, buscamos dar continuidade nas análises e evidenciando como esta conquista do Instituto Federal no assentamento contribui para o fortalecimento de uma política de Educação do Campo, bem como que limites, contradições e conflitos envolveram e envolvem o processo de implementação e funcionamento do Instituto no Assentamento José Maria.

5.1 A IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO PARA O FORTALECIMENTO DE UMA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO E A RE-EXISTÊNCIA CAMPONESA

O Instituto Federal no assentamento é um marco importante na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, da classe. Buscar compreender o Instituto Federal em área de reforma agrária, espaço disputado e conquistado pelos trabalhadores, é realizar uma caminhada teórica e analisar o objeto de pesquisa no contexto em que se insere.

Após a conquista da Instituição no assentamento, as possibilidades de cursos foram sendo criadas e atualmente é possível fazer uma relação, a partir do site do IFC do campus, dos cursos existentes, tais como:

- Curso de Qualificação Profissional – Formação Inicial em Canto Coral. Encerrado (160 hs)
- Curso de Qualificação Profissional – Produtor de Plantas Aromáticas e Medicinais. Encerrado (160 hs)
- Curso de Qualificação Profissional em Educação do Campo. Encerrado (160 hs)
- Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio. (Em andamento)
- Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. (Em andamento)
- Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio. (Sem previsão de oferta)
- Especialização em Educação. (Encerrada, realizado na cidade)

- Especialização em Educação do Campo. Encerrada, realizado no assentamento)
- Licenciatura em Pedagogia. (Em andamento, 2 turmas)
- PROEJA Ensino Médio – Qualificação Profissional em Nutrição e Segurança Alimentar. Encerrado (160 hs). (CURSOS, 17 set. 2020).

A escolha por estes cursos sempre foi uma demanda coletiva, organizada pelas comunidades que percebendo aquilo que mais necessitam compreender nos seus processos de vida nas comunidades, foram discutindo o que mais estaria em relação direta com suas vivências, assim, esta relação de cursos de curta ou longa duração estão nesta perspectiva de atendimento aos arranjos produtivos locais.

Esta possibilidade de escolha dos cursos está neste processo de participação da comunidade, como sujeitos de um fazer coletivo, nesta perspectiva de projeto de vida e de sociedade, portanto, de Educação do Campo, pensada e efetivada a partir da comunidade, ou das comunidades.

Analisar a Educação do Campo, como esta se manifesta nesta Instituição, é ir muito além de compreender o que se passa nas questões pedagógicas. Implica estar junto, caminhar com a Instituição, e este caminhar é o mesmo movimento realizado pelas famílias desde a década de 1980, quando decidem lutar pela sobrevivência, pela terra de reforma agrária.

Neste sentido que se buscou esta temática da Educação do Campo como uma ferramenta de resistência no terreno da luta de classes. Esta também está muito ameaçada pela avalanche de retrocessos que se alastram. Não é possível se deixar esmagar, se deixar vencer por vontade de um sistema desumano que quer impor suas vontades, do lucro, da ganância, do corte de direitos, da volta ao trabalho precário, da recolonização. (CAMARGO; FABRIS; VEIGA, 2019, p. 149).

Nesta busca pela compreensão da Educação do Campo nos seus pressupostos histórico-práticos, é importante mencionar que não é uma luta apenas dos trabalhadores organizados no Movimento Sem Terra, mas reúne outros movimentos camponeses para concretizar este pensamento dialético em Educação para esta especificidade brasileira, do campo e de seus sujeitos.

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. (CALDART, 2012, p. 257).

Passamos, portanto, a compreender que a Educação do Campo não é obra de um movimento social em particular, mas iniciativa destes que integram as comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pequenos agricultores, mulheres camponesas, Movimento Sem Terra, que sentindo as necessidades em torno da política de Educação, ou seja, esta demanda existente não atendia aos interesses dos trabalhadores, que percebem isso ao longo da história brasileira, história essa que passa a ser mais profundamente analisada em coletivo, protagonizando um novo pensar e agir sobre.

A partir desse despertar histórico, passam a incidir sobre esta política, reivindicando e propondo novas possibilidades, a partir das necessidades das comunidades em relação ao trabalho, à cultura, ao conhecimento e passam a disputar um novo pensamento social.

Este movimento de disputar espaços e saberes sintetiza-se primeiramente na conquista do Instituto Federal no Assentamento José Maria e a luta por um projeto de Educação do Campo por meio desta Instituição. Para tanto, faz-se necessário o aprofundamento na compreensão do conceito.

Falar de Educação do Campo, de acordo com sua materialidade de origem, significa falar da questão agrária; da Reforma Agrária; da desconcentração fundiária; da necessidade de enfrentamento e de superação da lógica de organização da sociedade capitalista, que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; os alimentos; a água, a vida [...] (MOLINA, 2015, p. 381).

Pensar Educação do Campo nesta Instituição é evidenciar a questão agrária, a qual faz parte da vida dos estudantes e da comunidade. O espaço onde a Instituição está é um campo que expressa contradições no plano agrário. Conquistou-se a terra, mas ainda não se conquistou a autonomia sobre ela. Ainda se resiste aos receituários do agronegócio, luta-se por produção de alimentos, pleiteia-se valorização do trabalho e do trabalhador do campo, sinais estes de re-existência dos camponeses ao projeto dos contrários. A disputa no campo agrário é evidente e constante e isso é ponto de estudo na Instituição a qual buscamos compreender.

É um processo de luta permanente o que se faz nos assentamentos, no Instituto e para além dele, no enfrentamento e busca de superação de uma lógica desde há muito tempo moldada pelo capitalismo, de se relacionar com o meio ambiente, com as relações humanas e com a Educação.

Todo este processo de compreensão e organização da Educação do Campo nos espaços de educação formal passa por muitos momentos organizativos de estudos da comunidade e dos gestores institucionais. Fontanive foi um dos gestores que chamado para contribuir, se dispôs, deixando a Unidade do IFC de Rio do Sul, mudou-se para Abelardo Luz para contribuir com o processo de implementação e funcionamento do campus no Assentamento José Maria. Em entrevista com o mesmo (FONTANIVE, 2021), este diz sobre a estratégia de trabalho nessa construção coletiva.

A primeira estratégia foi de aproximação da comunidade e de fato quem estruturou todo esse processo de desenvolvimento foi a comunidade, pessoas da cidade, pessoas do campo, pessoas dos assentamentos, pessoas que não eram dos assentamentos, mas que tinham sentimento de pertencimento como têm do Instituto Federal de qualquer outro campus. (Informação verbal)⁵¹.

Ao tratar da vinda de professores gestores deste campus, é importante mencionar que esta Unidade do IFC está subordinada ao Campus Concórdia. Todas as decisões macro são consultadas a partir daquela unidade. A vinda dos professores gestores, a exemplo de Fontanive, sempre foi, até 2016 uma discussão e decisão coletiva da Reitoria do Campus Concórdia com os protagonistas da Educação do Campo do estado de Santa Catarina. Pós 2016, esta prática passou a ser monocrática, principalmente com a intervenção federal, que contraria os princípios⁵² da Educação do Campo e mesmo de uma sociedade democrática.

O IFC no assentamento, como expressa o título deste trabalho, é uma luta de existência, no seu sentido mais humano, de se colocar como gente que quer viver, mas quer resistir também aos ataques e tentativas de invisibilidade desses povos do campo. Dessa forma, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do IFC busca bases no processo de conquista dos povos do Campo em relação a que perspectiva de Educação se pensa neste contexto e com estes sujeitos. Seu documento afirma que: “A Educação do Campo (EdoC) surge no contexto de luta, pautada pelos movimentos sociais que buscam vincular a educação escolar à realidade de exclusão vivida por grande parte da população, especialmente a população do campo”. (INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, 2017, p. 17).

⁵¹ FONTANIVE. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2021. Informação verbal – Entrevista.

⁵² Discorro e analiso estes princípios com mais aprofundamento no ponto 5.2.

Evidencia-se, portanto, que esta Instituição se propõe a estar vinculada com as comunidades camponesas que protagonizam a Educação do Campo como projeto político e pedagógico escolar e de vida destes sujeitos. Projeto também que está vinculado e reforça o processo de resistência para a permanência no campo.

Esta prática pedagógica institucional foi gestada no seio dos movimentos sociais de campo, uma vez que as práticas até então vivenciadas não atendiam aos reais interesses dos trabalhadores, provocando assim a exclusão dos mesmos em muitas áreas, assim como retrata o PPC do Curso de Pedagogia, somando-se a vinculação da educação escolar com a vida das pessoas que deste processo têm direito e participam.

A partir dos diálogos com os interlocutores da pesquisa e com as leituras realizadas, é possível compreender que o Instituto Federal se coloca como um referencial na formação acadêmica ligada à realidade a qual está inserida, se propondo a compreender este meio, coletivamente construir possibilidades de inferir com conhecimentos neste entorno para qualificar a vida e a produção material dos sujeitos que dele participam.

Munarini é professora no campus do IFC no assentamento e tem uma história ligada aos movimentos sociais de campo. É filha de agricultores familiares da região de Chapecó, morou em região de agricultura até os 17 anos, depois sentiu-se obrigada a sair para continuar estudando. Estudou numa Escola do Campo até a quarta série. Depois não foi mais possível, porque não se ofertava a partir do ensino fundamental II no campo, então foi estudar na cidade. Ressalta que seu envolvimento na luta começa a partir do momento em que entra no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 2004. Posteriormente assume tarefas como coordenação do Setor de Educação do Movimento em Santa Catarina.

Esta professora é um dos tantos exemplos de pessoas que pelo condicionamento imposto aos povos do campo, obrigou-se a sair do Campo para poder dar prosseguimento aos seus estudos. Isto revela a perversa realidade condicionada aos trabalhadores do campo, mas que numa análise maior, estende-se também aos trabalhadores da cidade. Este ponto é forte na tomada de posição para o fortalecimento da Educação do Campo nesta Instituição para que não aconteça dos filhos dos camponeses sentirem-se forçados a sair do campo para continuar seus estudos na cidade. Estes têm direito assegurado de terem escolas próximas aos seus locais de moradia, “vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade” (BRASIL, 2008).

Nesta perspectiva que os protagonistas da Educação do Campo lutam pela garantia de escolas próximas onde estão os sujeitos que as ocupam, e também o que fazer nesta escola quanto as suas práticas pedagógicas, para que não se tenha mais a realidade como a exemplificada aqui pela saga da professora Munarini, que teve que peregrinar para estudar. Ela é um caso em muitos, e muitos que não conseguiram também.

O Instituto Federal no assentamento está dentro desta perspectiva, de estar onde o público está e acolher a sua realidade para transformá-la. E é legal, portanto, pois luta-se para que a lei contemple estes povos naquilo que lhe é importante.

Atualmente Munarini contribui para que se efetive um processo de Educação que atenda a realidade camponesa, onde está o Instituto Federal. Ela salienta que esta conquista dos trabalhadores é de uma importância fundamental na luta por Educação do Campo para a re-existência dos camponeses na agricultura. Segundo Munarini (2020) “Instituto Federal em área de assentamento justamente pra ajudar no desenvolvimento tecnológico, especialmente da matriz produtiva da agroecologia e toda essa outra pauta da educação, do cooperativismo [...]” (Informação verbal)⁵³.

A professora ressalta a Educação do Campo como fundante dessa conquista do Instituto Federal quando menciona a matriz tecnológica produtiva que está também no centro das disputas de projetos na sociedade.

A agroecologia é um pensamento de matriz tecnológica que contraria o agronegócio. Este último se coloca como hegemônico no mundo, mas que encontra

⁵³ MUNARINI. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

resistência dos camponeses. E esta disputa por projeto de Educação inclui pensar a matriz tecnológica, por isso a resistência dos camponeses se expressa nessas contradições de pensamentos e de práticas que esta realidade pesquisada aflora cotidianamente. Tudo isso está no campo da luta pela inclusão, que é mais do que somente estar incluído, implica estar participando da construção dos processos sociais. Os camponeses e camponesas com as experiências de lutas que já fizeram aprenderam que precisam protagonizar tudo aquilo que sentem necessário à continuidade da vida.

É complexo sistematizar sobre exclusão e disputas, que inclui a luta por não ser excluído. Embora vivamos esses conceitos na realidade, busco em Herbert de Souza, o Betinho, para compreender um pouco mais sobre isso, que foi vivido e sistematizado por Ele e sofrido por milhões de pessoas. Na obra “O Brasil de Betinho” (2012), fazendo associação com o que vivemos na atualidade, é comovente a luta por manter-se vivo diante de um mundo de exclusão. Nos dias atuais também vivemos um acirramento do processo excludente quando um sistema de governo, a serviço das elites locais e estrangeiras, não mede palavras nem atos para jogar as pessoas para a periferia da sociedade.

Foi sem dúvida a resistência camponesa na luta por seus direitos que garantiram a conquista deste espaço de ensino no assentamento. Isto é notório. Por outro lado, somou-se forças com a esfera pública federal quando do período do governo popular do Partido dos Trabalhadores. Isto é fato, porque em outros governos esta conquista jamais aconteceu em espaços conquistados em luta pela terra.

Frigotto (2018) salienta que estes avanços do governo popular interiorizando as conquistas dos brasileiros é muito importante. Porém, no caso do IFC Campus Abelardo Luz, não foi tão somente uma iniciativa do governo federal, como pudemos perceber ao longo de sua trajetória. Sua conquista inicia-se com a demanda apresentada pelos camponeses, que era de 20 campus em áreas de assentamentos em todo Brasil, algo que não se efetivou, justamente por conta das disputas de projetos de sociedade e de Educação. Ainda assim, reconhece-se alguma força do ente federado nessa efetivação naquele momento histórico, que poucos anos mais tarde minguou e a conjuntura do país expressa esta realidade.

A interiorização é, sem dúvida, um marco que altera o mapa da educação federal pública no Brasil. A oportunidade de milhares de jovens terem acesso aos IFs, nas diferentes modalidades e níveis de ensino, num país que sempre

se negou à maioria, aos filhos dos trabalhadores, o direito à educação básica de ensino médio, é em si um ganho extraordinário. (FRIGOTTO, 2018, p. 14).

O autor acima elenca algo que é expressivo na realidade brasileira e que na realidade dos camponeses do Movimento Sem Terra e do Movimento da Educação do Campo se combate constantemente que é a negação da Educação à maioria dos filhos dos trabalhadores. Por esta e outras ações com este viés é que se vislumbra nesta realidade a importância impulsionadora do Instituto Federal para a implantação e funcionamento da Instituição e da Educação do Campo como motor da re-existência da comunidade camponesa, seja ela próxima ou distante geograficamente do IFC Campus Abelardo Luz.

O professor Fontanive (2021), quando foi remanejado para trabalhar no IFC Campus Abelardo Luz, disse que já estavam colocados os objetivos em relação a este campus. Buscava-se entrelaçar uma proposta pedagógica que atendesse os princípios do movimento pedagógico à Educação do Campo. Um pensamento contra-hegemônico. Segundo o referido professor:

A discussão da Educação do Campo é uma proposta política nacional [...] é uma política nacional referendada, com legislação específica e com um público que adere a esta proposta e não tem porque ter ‘nenhum’⁵⁴ tipo de proibição, ao contrário, todas as estruturas de controle deveriam fazer o contrário, deveriam fazer a obrigação da oferta porque tem uma demanda e tem uma legislação para que seja atendida essa demanda. (Informação verbal)⁵⁵.

Na entrevista, o professor menciona várias situações em que evoca a missão desse campus especificamente em relação ao atendimento dessa população, com base na construção coletiva de uma Educação pensada por sujeitos dessa realidade, pontuando as demandas locais. Esse também é um dos grandes focos dos Institutos Federais, com o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.

Esse esforço de compreensão dessa Instituição no assentamento nos seus diversos momentos de formação pedagógica, como podemos perceber sistematizados neste trabalho, nos seus documentos e em afirmações teóricas, quando das produções científicas publicadas nos eventos, nos remete à análise dessa Instituição com fortes sinais de que a luta em defesa da Educação do Campo é uma

⁵⁴ A palavra “nenhum” foi transcrita exatamente como falada pelo interlocutor, podendo ser entendida também substituindo-a pela palavra “algum”.

⁵⁵ FONTANIVE. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2021. Informação verbal – Entrevista.

de suas grandes marcas. Portanto, encontra-se na Instituição a marca da resistência ao que está posto como hegemônico na Educação, assim como no modelo de desenvolvimento da sociedade e do campo.

Quando buscamos evidenciar a resistência, podemos compreender esse conceito com Alentejano (2013), quando ele relata a relação do Estado com os trabalhadores, especificamente com o Movimento dos Trabalhadores dos Sem Terra. O autor destaca o drama dos camponeses frente aos desmandos dos poderosos, enfatizando vários momentos da luta, com ênfase no massacre cometido contra os trabalhadores em Eldorado dos Carajás, o qual

[...] revela a face histórica da relação entre Estado e movimentos camponeses no Brasil, a violência aberta e desmedida, a brutalidade como norma, experimentada antes em Palmares, Canudos, Contestado, quando, a exemplo de Eldorado dos Carajás, o Estado massacrou aqueles que lutavam pela democratização da terra no Brasil e reafirmou o poder do latifúndio. (ALENTEJANO, 2013, p. 01).

A resistência dos camponeses em Eldorado dos Carajás para continuarem vivendo e buscando as condições mínimas para isso, custou muito à classe trabalhadora, porém, aprenderam neste movimento da história que resistir é preciso. É um exemplo da resistência que fazem, ora mais acirrada, ora com mais suavidade em torno das conquistas obtidas em seus espaços de vida.

Das buscas e análises realizadas até o presente momento, uma questão é base, o Instituto Federal Campus Abelardo Luz é uma conquista da luta dos trabalhadores organizados no movimento social dos Sem Terra, reiniciada na década de 1980, luta esta herdeira das mencionadas anteriormente por Alentejano. Outra constatação que ousa afirmar é de que pela sua trajetória, este campus fez valer o pensamento de classe em relação às questões pedagógicas, assim como mencionado nos diversos eventos que realizou, de que a Educação do Campo estava tendo uma posição pedagógica que vinha fazendo frente às outras concepções. Assim, demonstrou forte vínculo e defesa da Educação do Campo, da escola pública e de reafirmação ou de mudança de uma lógica, desde sempre dominante, a de que se os filhos dos camponeses pretendessem estudar, teriam que sair do campo para tal. Segundo esta tonalidade de análise, vai se compreendendo o porquê das disputas que ora se acirram, ora ganham sinais de estabilidade em relação ao Campus Abelardo Luz.

Fontanive (2021) ressalta que quando foi designado para contribuir com o Campus de Abelardo Luz, já tinha experiência de trabalho com os povos indígenas, com pequenos agricultores atingidos por barragens e que sua experiência possibilitou contribuir em área de assentamento da reforma agrária. Sua formação no campo da Agronomia, em nível de graduação e mestrado, o qualificava para atuar na Educação do Campo.

A análise é muito clara, ela parte de um princípio de negação da Educação para parte das comunidades, né? O campus de Abelardo Luz, quando fui convidado, e antes mesmo disso, independente do reitor que estivesse à frente, foi estruturado como uma Instituição de Educação do Campo com seus objetivos muito claros desde o início e é só por isso também que a gente participou desse processo. (Informação verbal)⁵⁶.

Fontanive reforça o que viemos analisando, dessa perspectiva intrínseca do campus do IFC de Abelardo Luz e a Educação do Campo neste espaço. Considerando que esta Instituição foi uma conquista dos trabalhadores do campo, é de se imaginar, minimamente, que a Instituição trabalhe com as matrizes pedagógicas vinculadas ao modo de vida camponesa, à Educação do Campo. Portanto, essa é mais uma tarefa dos camponeses, com seus intelectuais orgânicos, no mais profundo conceito gramsciano, que irão pensar o que, como e o tempo de cada situação neste território.

Quando elenco de que são os trabalhadores que pensam esses processos, refiro-me à classe trabalhadora, como conceituou Marx, de que trabalhadores do mundo devem unir-se, ajudar a pensar questões de classe, estejam onde estiverem, naquele pensamento internacionalista enfatizado por tantos lutadores da classe trabalhadora, e que engendra no MST essa perspectiva de coletividade. Destaca-se que é própria das questões de classe a disputa em torno do controle da Educação e de outros processos, digo da Educação, porque é este nosso objeto central de análise.

Embora já tenhamos elencado em páginas anteriores, reforço, também como elenca Fontanive, que o que está em evidência é a continuidade da negação dos processos de Educação à classe trabalhadora. E com isso se disputa tudo, território no sentido de espaço físico e território no campo teórico, refiro-me ao que estudar, ou o plano pedagógico, os temas, as teorias, enfim, tudo está em permanente disputa.

Percebe-se até então a importância do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense como um campus no assentamento para que as famílias

⁵⁶ FONTANIVE. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2021. Informação verbal – Entrevista.

camponesas possam ajudar a construir seus processos nesta perspectiva da Educação do Campo, onde os sujeitos são os trabalhadores. Nesta construção coletiva as pessoas vão conhecendo ainda mais sobre sua realidade, analisando os processos passados, os presentes e futuros caminhos a serem abertos. É neste sentido que o IFC, com este campus, é de fundamental importância no fortalecimento do vínculo das famílias com o conhecimento, com a terra e com a luta pela garantia da continuidade da Educação do Campo.

5.2 O CAMPO DAS DISPUTAS INTERNAS E EXTERNAS E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA PARA GARANTIA DOS DIREITOS

Marx e Engels (1998), na obra “Manifesto Comunista”, já nos precaveram de que as disputas macro se dão entre dois grandes campos opostos, o que traduzimos hoje como burguesia de um lado e classe trabalhadora de outro. Esta expressão é constatada na realidade do Instituto Federal. Os campos de forças nas disputas ocorrem no patamar teórico, mas que são visualizadas muitas vezes em ações práticas na realidade, ou seja, o pensamento faz com que mudanças no campo prático aconteçam.

Outro fator importante na luta de classes é a disputa por projetos de sociedade e o posicionamento político das pessoas dentro de uma determinada classe. Nesse panorama de análise de disputas e resistência, percebeu-se professores da Instituição não se posicionando em favor da continuidade do campus do IFC do assentamento, até soltarem uma nota em redes sociais sobre. Na luta de classes é o poder de convencimento que faz as pessoas tomarem posição para um lado ou outro, mesmo sendo trabalhadores, podem tomar posição pelos interesses burgueses. É o mesmo que parte da classe trabalhadora hospedar em si o pensamento da classe opositora a sua condição, como nos mostra Paulo Freire em sua obra “Pedagogia do Oprimido”. Muito semelhante ao que aconteceu com os oprimidos que surgiram da classe trabalhadora, passaram à condição de representantes de uma administração municipal e agiram para que a Instituição de Educação Federal não ficasse no assentamento, mas na cidade.

De forma oposta a esta perspectiva, Landin, pela sua prática militante, se coloca como um intelectual orgânico da classe trabalhadora que nos ajuda a compreender Martins (2011) a partir de uma leitura gramsciana.

Considerando a classista compreensão gramsciana exposta, é possível dizer que o intelectual orgânico às classes subalternas é o indivíduo ou a organização social (sindicato, partido político, etc.) que se propõe a assumir inúmeras tarefas no processo de superação da sociedade de classes, sobretudo três com perfis dialeticamente articulados: as de cunho científico-filosófico, as educativo-culturais e as políticas. (MARTINS, 2011, p. 140).

Landim é este intelectual orgânico que articula e mobiliza frações da classe trabalhadora, principalmente dos acampamentos e assentamentos do MST. Também já atuou na articulação dos povos urbanos, nas periferias de Florianópolis, por anos quando nesta região permaneceu para estudar.

A burguesia também tem seus intelectuais orgânicos, que atuam para que a perpetuação da classe seja assegurada. Assim como enfatizei que a administração popular de Abelardo Luz disputava a sede do IFC para ser na cidade, não deixam de ser intelectuais orgânicos surgidos do seio da classe trabalhadora que passaram a realizar ações em desfavor da mesma e favorecer os opostos na luta de classes. Assim acontece na relação dialética da luta de classes, quando deixamos de compreender os reais interesses de classe e alguns dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora são seduzidos e cooptados pela burguesia. O contrário não significa cooptação, mas a compreensão de política de tomada de posição em conjunto com a classe trabalhadora.

Minha análise é de que estas disputas tendem mais para um lado ou para o outro a depender do nível de conhecimento que as pessoas tenham dessa realidade vivida e disputada. Aí me volto para análise do Instituto Federal no Assentamento José Maria.

Esse campus, como já foi registrado aqui, é uma conquista protagonizada pelos trabalhadores, para que este possa dar subsídios teóricos e práticos para que as famílias do entorno, mas não só, possam compreender melhor os processos sociais, inclusive compreender o território que conquistaram, seja no campo prático da conquista da terra, seja no campo teórico também das conquistas das escolas, da produção, do Instituto Federal. A Instituição de ensino a qual analisamos tem esse papel, de instruir, munir os camponeses e camponesas, os operários da cidade também, a compreender as relações no seu entorno.

Tratar dessas questões de disputa, de relações de pensamento, de disputa no campo de ideias, se faz necessário uma vez que analisamos aspectos

fundamentais da vida dessas comunidades do campo. Para ter mais clareza dessa condição disputada, os camponeses dos assentamentos de todo o país lutavam a partir de 2010 pela conquista de 20 campus de Institutos Federais nos assentamentos em todo o Brasil, e nessas relações conflituosas, parafraseando Schwendler (2017), de frações do Estado, conseguiram um campus em assentamento, que é este que analisamos. Assim, conquistou-se somente um campus do Instituto Federal, por quê? Porque desde Brasília até este espaço que é o município de Abelardo Luz têm-se contrariedades de uma elite que não queria e continua a não querer que os trabalhadores tivessem/tenham acesso ao conhecimento.

Para que possamos entender como acontece essas relações sociais, como funciona a sociedade, busco evidenciar este espaço do Instituto Federal. Vivenciamos muitos momentos de disputa desse campus. Ainda há o pensamento que os trabalhadores não precisam estudar, de que para trabalhar e viver na roça não precisava estudar. Então em Abelardo Luz disputou-se muito o espaço onde o Instituto Federal teria sede.

As contradições no campo das ideias e da concretização das mesmas não se evidenciam somente com os contrários de classe, mas também com os próprios trabalhadores, que introjetam a perspectiva do opressor dentro si, como nos revela Paulo Freire em “Pedagogia do Oprimido”. A sede do campus do IFC foi disputada entre os camponeses e a prefeitura municipal, representada pela administração entendida como popular. Integrantes do Partido dos Trabalhadores não hesitaram em não querer que os assentados acolhessem em seus assentamentos o campus do Instituto Federal.

Parafraseando Freire (1987), quando em “Pedagogia do Oprimido” diz sobre a relação de opressor e oprimido, do risco que corre o oprimido quando da sua libertação, que não se dá sem luta, de que possa, esquecendo-se de sua condição de liberto, de sujeito, protagonista, passe a assumir o papel de opressor. Caso em que me refiro à administração popular do município, quando na condição de pessoas que estavam ou eram da classe trabalhadora, adentraram as instituições do Estado e passaram a lutar contra aqueles que até pouco tempo lutavam juntos.

Essa posição contraditória entre companheiros foi palco de muitas disputas internas. Ora com momentos mais acirrados, ora com momentos mais tênues, mas que causaram desgastes na luta de classes, abrindo possibilidades de a burguesia local aproveitar-se destas fragilidades e atacar com força.

É em Freire (1987) que é possível compreender estas relações de disputas entre os próprios companheiros de classe. O autor se refere à condição que se apresenta confusa na busca da libertação dos oprimidos em luta, hospedando em si o pensamento ou o espírito opressor, causando uma confusão ao lutar por se libertar e passar a portar-se como opressor, ou seja, passa da condição de oprimido à condição de opressor.

Há algo, porém, a considerar nesta descoberta, que está diretamente ligado à pedagogia libertadora. É que, quase sempre, num primeiro momento deste descobrimento, os oprimidos, em lugar de buscar a libertação, na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores. (FREIRE, 1987, p. 20).

Paulo Freire nos remete a refletir sobre este processo de libertação a partir da situação de subalternidade de classe e que esta libertação acontece por meio da pedagogia da luta, que o mesmo chama de “Pedagogia do Oprimido”. O autor nos explica como é este processo.

Pedagogia do Oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 1987, p. 20).

Landin (2020) nos mostra como este processo de libertação acontece na prática, na luta incessante de recuperação da humanidade das pessoas, que se redescobrem por meio da opressão vivida, condicionada em suas vidas pela ação dos intelectuais orgânicos da classe oposta e isto resulta no engajamento necessário na luta pela libertação.

O Movimento Sem Terra, que somos nós, tem dado para nós uma possibilidade de construção de sujeitos históricos muito grande, que a gente sai de uma condição de uma alienação, a uma possibilidade de ser construtores, a gente consegue fazer debate, consegue ocupar um latifúndio improdutivo e discutir porque estamos ocupando. (Informação verbal)⁵⁷.

Esta é a compreensão da “Pedagogia do Oprimido” que podemos ter e do seu processo de luta pela libertação. Dessa forma, quando as disputas se acirram naquilo

⁵⁷ LANDIN. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

que é de direito conquistado da classe trabalhadora, ou o que ainda está por conquistar, não há receio enfrentar e conquistar aquilo que está em disputa. Quando a questão é com a classe oposta, não há medo, menos ainda quando a disputa é com aqueles que outrora estavam ou se diziam intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e que por questões outras, estão em lado oposto.

Em uma audiência pública na câmara de vereadores de Abelardo Luz, realizada pela direção do IFC, a discussão principal era que as entidades organizadas no município pudessem contribuir analisando e propondo quais cursos, além dos já existentes, poderiam ser realizados pela Instituição, tanto na sua sede no assentamento quanto na cidade.

Em dado momento a discussão tomou outro rumo, discutia-se por alguns para onde ia a sede da Instituição, este era mais um momento de acirramento da disputa. A discussão foi ficando acalorada, eram também convidados para a audiência os professores que estavam chegando e sendo acolhidos. Eu representava a Rádio Comunitária Terra Livre que está localizada no Assentamento 25 de Maio há mais de duas décadas. Fiz uso da palavra, acolhi os professores e fiz uma fala rebatendo as falas oportunistas da ocasião.

Os opositos à sede do IFC no assentamento realizaram muitos discursos dissonantes da realidade e dissonantes também dos objetivos do momento na Câmara. Chegou-se ao (des)nível de dizerem que “os assentados tinham sequestrado recursos públicos e levado o IFC para um canto do município”. Rebatemos com veemência com argumentos claros a insinuação desrespeitosa com as famílias camponesas.

Este discurso pequeno demonstra a ganância dos poderosos da sempre negação do direito de estudar dos camponeses. A Instituição está no interior do município, mas jamais proíbe que as pessoas da cidade venham estudar nele. Seguindo a lógica de quem discursa em nome do sequestro de recursos públicos, será que os camponeses irem à cidade estudar seria permitido? Quando os recursos são destinados à sede do município não é sequestro do dinheiro público? Porque para uns pode, para outros não pode? O agronegócio abocanha muito mais dinheiro para financiar monocultura, enquanto a agricultura familiar tem valores irrisórios, ou seja, o agronegócio não estaria sequestrando dinheiro público nessa lógica do discurso em relação ao IFC?

Ainda analisando esta questão que fala do “sequestro do dinheiro público” pelos trabalhadores do campo, percebo ser uma figura de linguagem que, além de dizer que os trabalhadores estão assaltando os cofres públicos, tão somente pela conquista do IFC, dizem também que os camponeses não merecem ter escola de nível algum nos seus espaços, porque sabem eles que a Educação é uma ferramenta potente de descoberta das injustiças sociais e de libertação da condição de oprimido. É por meio da Educação que os oprimidos projetam sua libertação e se fazem intelectuais orgânicos.

Vários foram os momentos de acirramento na disputa por este campus do IFC. As famílias da classe trabalhadora, em grande medida colocaram seu poder de luta para assegurar que suas conquistas fossem mantidas.

Em 2017 a direção do Instituto Federal foi afastada, foram judicializados processos pedagógicos, desestabilizando o campus. Com isso as famílias ficaram com medo de participar. No segundo momento, não mais foram chamadas para participar. O governo federal militarizou muitas instituições a partir do golpe de 2016 com o governo Temer e se aprofundou como tragédia no governo Bolsonaro.

Disputou-se permanentemente o que trabalhar, como trabalhar e vários momentos se passaram, aqui elencados também pelos interlocutores e é sabido em todo Brasil pelas menções de apoio ao campus do IFC feitas por muitas organizações/movimentos/instituições e pessoas.

A Articulação Catarinense por uma Educação do Campo, que reúne várias organizações e representações ligadas ao poder público e à sociedade civil organizada, compromissada com o desenvolvimento de políticas públicas para Educação do Campo em Santa Catarina, posicionou-se com uma Carta em defesa do IFC no assentamento.

Em 2017 o Ministério Público e Polícia Federal, por meio de medida cautelar, promoveram o afastamento dos coordenadores do campus e a quebra do sigilo telemático destes e da reitora do IFC, sob a acusação de ingerência do MST frente a esta instituição. Em 2018 o Ministério Público Federal ingressou com uma nova ação civil pública alegando falta de estruturas e sugerindo como uma das possibilidades a transferência do IFC para a área urbana do município ou para o campus do IFC de Concórdia. Até o momento o sistema judiciário não ouviu os pais, estudantes e organizações sociais e comunitárias que compõe a Comunidade Escolar. (ACECAMPO, 2019).

Assim como o Movimento da Articulação Catarinense por uma Educação do Campo, o Movimento Sem Terra também se posicionou em favor da garantia do IFC

no Campo em uma “CARTA EM DEFESA DO IFC/ABELARDO LUZ PERMANECER NO CAMPO”, lembrando que,

Em dezembro de 2018, o Ministério Público Federal, por meio de ação civil pública, recomendou a transferência do Instituto para a área urbana do município ou junto ao IFC de Concórdia, caso não fossem reestruturadas uma série de questões físicas, tais como: construção de novas estruturas físicas, asfaltamento dos 30km que conectam a área urbana do município até o campus do IFC. Essas demandas por melhorias sempre foram anseios da comunidade escolar, e não só para elas, mas para toda população do campo. (MST, 2019).

Fazendo este resgate e dizendo sobre as ações que deveriam ser atendidas, segundo as exigências do Ministério Público, nos cabe ressaltar que a comunidade luta por isso desde que iniciou seus processos de ocupações destas terras e não é uma reivindicação tão somente por ter conquistado o IFC. O exemplo da construção de estruturas físicas das escolas municipais e estaduais dos assentamentos que foram reivindicações das famílias e que por lentidão dos órgãos competentes, anos passaram-se para que estas estruturas fossem concretizadas.

Quando se trata do asfaltamento das estradas, por exemplo, dá a impressão de ser ironia, uma vez que mal são readequadas e cascalhadas as estradas e não são só estes 30 km ditos em documento do Ministério Público. E somente sente essas dificuldades com logística quem mora nesses assentamentos, quem vive a vida diariamente nestes locais, os de fora não sabem o que é viver nestas condições difíceis, e os assentados não se acomodaram em reivindicar. A questão é que as forças políticas do município, do estado e do país, para onde menos olham com efetividades de ações são para as áreas onde residem os camponeses e camponesas, as periferias das cidades, as áreas indígenas, quilombolas. Seus olhares estão onde lhes rende mais visibilidade e lhes reforça o poder.

Então estas menções de apoio na busca de mostrar para a sociedade que os trabalhadores do campo têm direitos, vieram de muitos lugares e instituições. O MST concluiu sua Carta de Apoio dizendo que

O MST segue a luta pela Reforma Agrária, pelo direito de viver e de se educar no campo. E se solidariza com educandos, comunidade e educadores do Instituto, que visam construir, nas dificuldades de uma escola do/no campo que foi historicamente negada a essa população. E defende a ampliação da Educação do Campo. (MST, 2019).

O SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica) saiu em defesa dos trabalhadores ameaçados pela justiça federal e repudiaram veementemente a tentativa de criminalização dos profissionais e dos movimentos sociais que lutam por Educação dos povos no/do Campo.

A arbitrariedade cometida pelo MPF sustenta-se apenas sob a tentativa de criminalizar os movimentos sociais – no caso, o MST – e, ainda, de silenciar os trabalhadores e trabalhadoras da educação comprometidos com um processo educativo democrático e emancipador, que reconhece os/as estudantes como sujeitos de direitos e partícipes da/na escola. (CASO, 2017).

É nesta perspectiva que viemos analisando as tentativas de silenciamento dos povos do campo e seus processos construídos coletivamente. O Sindicato dos Servidores Federais assume posição e se coloca como protagonista, intelectual orgânico da classe trabalhadora, e continua a afirmar com veemência sua posição em relação ao ocorrido.

Diante do exposto, a presente carta vem **REPUDIAR** a ação do MPF, **DEFENDER** a liberdade de pensamento e a autonomia intelectual dos servidores da educação e **REAFIRMAR** a necessidade urgente de que se cumpram as leis que regulamentam e instituem as diretrizes e bases da educação nacional, bem como dos IFs. (CASO, 2017, grifo do autor).

Como viemos demonstrando, os processos de disputas são constantes e a luta não cessa, mesmo no momento atual as forças estão em constantes movimentos, com um descenso no movimento de massas e um pequeno desequilíbrio em desfavor dos trabalhadores no conjunto da obra, do jogo social, desde a esfera federal, aos espaços locais.

O Portal Desacato, portal de notícias do Oeste Catarinense, registrou mobilização da comunidade dos assentamentos de Santa Catarina na sede do município de Abelardo Luz em 15 de setembro de 2017.

FIGURA 14 – Manifestação em defesa do Campus do IFC em Abelardo Luz, SC



Fonte: Weinman (2017).

Na imagem acima, registrada pela jornalista Cláudia Weimann, do Portal Desacato, os jovens se manifestam mostrando para a sociedade os principais políticos da região e do estado de Santa Catarina que se colocaram contra a Instituição IFC no assentamento e faziam coro com os que se manifestavam com a mesma ideia, ou seja, com aqueles que queriam o fechamento do campus no assentamento e sua reabertura na cidade. O Portal de notícias Desacato registra que:

Durante a mobilização, as lideranças prestaram solidariedade aos professores Ricardo Velho, Diretor do IFC, e Maicon Fontanive, Coordenador Geral Pedagógico, que foram afastados do Instituto em operação do Ministério Público Federal no dia 16 de agosto e tiveram seus celulares e computadores apreendidos além da quebra do sigilo destes. 'O Instituto precisa ficar dentro do assentamento porque as pessoas que vivem ali é que precisam dele, são as pessoas que mais precisam do aparato do Estado. Sabemos que existe a tentativa de retirada dessa conquista histórica de dentro do assentamento e que também está presente a tentativa de reprimir nossos diretores, agentes e professores. Por isso dessa mobilização', disse o Deputado Estadual Pe. Pedro Baldissera. (WEINMAN, 2018).

As lutas para garantia do IFC no assentamento foram muitas, e este trabalho, por mais que se dedique, não conseguirá captar os sentimentos de pertença e de força desses trabalhadores para que não deixassem arrancar esta que foi mais uma de suas grandes conquistas na área da Educação.

Até o momento em que as lutas se acirraram e a direção do campus foi afastada, esta escolha dos gestores era feita em discussões coletivas entre o Campus

Concórdia, a comunidade assentada e demais organizações da sociedade civil que participavam da vida do IFC no assentamento. As direções das escolas municipais e estaduais dos assentamentos eram escolhidas da mesma forma.

Após o afastamento dos dirigentes pela justiça federal, outros contornos foram sendo dados à Instituição. Assim como foram dados ao Brasil, pós golpe jurídico-político de 2016. Após isso, a direção do Instituto Federal Campus de Abelardo Luz foi uma indicação desses tempos pós golpe, acima citado. A direção na atualidade é uma indicação política daqueles tempos sombrios. Não é mais uma escolha da comunidade. A elite local acionou vários espaços/órgãos para que se desestabilizasse, fechasse, ou transferisse o campus para a cidade, que este não permanecesse no assentamento, como já registramos. Foram utilizadas alegações como estradas difíceis para os professores chegarem, como menciona a peça editada pelo Ministério Público.

Já mencionei em parágrafos anteriores, mas continuo a análise neste. Se ter estrada ruim é uma impossibilidade para a continuidade do IFC no assentamento, pois o que é que está fazendo o poder público municipal, estadual e federal que não conseguem organizar estradas para que os professores cheguem até a Instituição? Afinal, a Instituição é federal. Por outro lado, pensemos: se fecham o campus do Instituto Federal, como é que os estudantes podem usar essa mesma estrada ruim para ir para outros espaços para estudar? Sempre foi assim, os filhos dos camponeses tinham que sair do campo para poder estudar, como mencionado neste trabalho o caso da professora Munarini. Essa situação dificultava em muito para que isso fosse feito, mas alguns faziam. Então, os professores é que precisam ser valorizados ainda muito mais. O poder público precisa pensar que podem ajudar a organizar as vias para dar acessibilidade para todos, não só aos professores chegarem ao Instituto Federal, mas para ter estradas boas para escoar a produção destas localidades e muito mais.

Percebe-se que, se unirmos professores, camponeses sem terra, estudantes, indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, operários, várias categorias de trabalhadores, conseguir-se-á boas estradas, boas estruturas para o campus, entre outras possibilidades em outras áreas. Afirmo isso pela experiência de luta dos Sem Terra, que se outrora não tivessem lutado, não teriam conquistado nada.

Então o que analiso nestes processos de disputas é que, depende também de muito conhecimento para a tomada de decisões. Se tomarmos posição de que realmente há pouca estrutura, as estradas são ruins, que não há muito material para

experiência pedagógica na Instituição para que tudo aconteça no Instituto Federal, então por isso ela deva ser fechada, isso é um pensamento que converge com o pensamento hegemônico.

Diante desses apontamentos que elucidado, o Instituto Federal, campus de Abelardo Luz, teve uma crescente em várias dimensões, tais como na organização na estrutura física, que no seu início foram usados recursos que o município conseguiu para a construção de um Centro de Múltiplo uso, mas que cedeu à esfera federal para que transformasse em espaço universitário.

Neste sentido, é importante salientar a conquista de vagas de concurso para professores atuarem neste espaço e com isso a vinda de profissionais com formação para a socialização e construção de novos conhecimentos, profissionais especialistas, mestres, doutores, vindos para os assentamentos. Insisto em que há uma mudança de lógica no pensamento de acesso e permanência. Agora os professores fazem o caminho de virem até o espaço onde estão os estudantes, inverte-se uma lógica desde sempre hegemônica, de que os estudantes filhos e filhas de camponeses precisavam sair de seus espaços para estudarem, rumando aos centros urbanos.

Este acontecimento, que é conquista de muitos anos, modifica um espaço e o pensamento de muita gente que outrora não vislumbrava a conquista do campus no assentamento. Esse projeto mobilizou a comunidade mais próxima, mas também de todo o estado de Santa Catarina, que com afinco participou do processo. Luta esta que, como já foi evidenciado no trabalho, era de nível nacional por 20 campus de Institutos Federais, mas que com as disputas pela Educação que se evidencia na luta dos contrários, na luta de classes, somente um campus foi conquistado.

Outra situação que podemos constatar foi que ter no assentamento o campus do Instituto Federal mexeu com a tranquilidade da classe antagônica, que viu-se insatisfeita, pois seus poderes político, econômico e toda sua influência, de certa foram comprometidos, porque foram os camponeses e camponesas que, com várias viagens de luta à Brasília, com suas reivindicações, triunfaram. Essa “perda de poder” fez desencadear outras questões no campo das disputas.

Caldart (2009) vai nos ajudar a compreender estas disputas em torno do direito à Educação quando diz que uma das questões que muito incomoda a alguns é esta busca coletiva pelo direito, contrariando o pensamento neoliberal de que cada indivíduo que busque aquilo que acha melhor para si de forma individual. Assim diz a autora, “Do ponto de vista da política de acesso à educação talvez o que mais

incomode é a ideia do direito coletivo versus a ideia liberal do direito individual” (CALDART, 2009, p. 43).

Frigotto (2017) diz que com a organização do povo e este sentindo-se parte de uma construção mais coletiva, para a burguesia foi um choque, pois esta não admitiu abrir mão do lucro e dos privilégios. Diz ele:

Insuportável tornou-se então: o aumento real do salário mínimo pelo qual se efetivou a distribuição de renda; a criação de quase duas dezenas de universidades públicas e centenas de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; que negros, quilombolas, índios e pobres tenham políticas públicas que lhes permitam ter acesso ao ensino básico, e uma significativa parcela, à universidade; que haja políticas públicas para a educação do campo e cotas para negros, indígenas e grupos de baixa renda [...] Insuportável também se tornou para as classes dominantes a ampla liberdade de organização dos movimentos sociais e culturais por seus direitos negados sem o estigma da criminalização; que as escolas públicas não apenas adestrem e ensinem o que os organismos internacionais, sentinelas do mercado e do lucro, querem que aprendam, mas também as eduquem para uma leitura autônoma da realidade social, econômica, cultural e política do país. (FRIGOTTO, 2017, p. 23).

Estas considerações profundas do autor nos fazem compreender no âmbito nacional aquilo que respingou como tempestade em ações que desencadearam a ofensiva no campus do IFC no assentamento. A conjuntura local está intimamente ligada à conjuntura nacional e internacional. Esta compreensão é que faltou em grande parte da população, o que resultou no não efeito esperado do “Ele Não”, “Não passarão!”. Resultou no “Ele Sim”, “Eles estão querendo passar!”.

Quando tratamos do Instituto Federal, de forma específica, mas também não deixa de ser universal, este campus tem sofrido seus reveses, mas é um processo construído muito na contramão daquilo que a hegemonia da sociedade de pensamento único planeja ou tem como perspectiva de organização social. Para este pensamento hegemônico, a sociedade se organizar em torno de objetivos comuns, é uma desordem.

Também é possível afirmar que esta Instituição, no assentamento, desde sua gênese, buscou construir um processo educativo coletivo com a comunidade, somando-se a isso, muitos entraves foram criados de quem era externo, ou não queria dialogar com quem já estava construindo. Dessas dissidências de formas de pensar resultou um brusco afastamento e participação da comunidade nos processos políticos e pedagógicos da Instituição.

A professora Munarini (2020) trata destas questões e expõe os motivos da não participação da comunidade nos processos como acontecia nos anos anteriores, quando da construção coletiva do Instituto Federal, como salientamos, utilizando um dos métodos de participação da comunidade, que eram as audiências públicas.

Houve um distanciamento da comunidade com o Instituto Federal, mas é muito por parte do próprio Instituto, eu acho que a comunidade quando chama, responde, ela vem, então o próprio Instituto, o próprio processo que houve a partir de 2017 aí, com as denúncias, enfim, com afastamento de diretores, acabou, digamos que rompendo um pouco este vínculo do Instituto com a comunidade, algo que tá dentro da legislação, que não é nada de diferente daquilo que se cumpre no âmbito legislativo, da participação da comunidade efetiva e tal, mas, enfim, houve um abalo, isso tá se tentando retomar aos poucos, mas ainda é muito gradual, não dá pra dizer que há um envolvimento geral como a Educação do Campo prevê, em termos de gestão democrática, em termos de participação da comunidade e tal, então, mas, o diferencial acho que ainda está no âmbito da Pedagogia da Alternância. (Informação verbal)⁵⁸.

Munarini traz elementos riquíssimos de análise sobre este distanciamento das ações coletivas da comunidade, quando constata que é muito do não chamamento por parte da Instituição que contribui para que a comunidade não participe. Esta comunidade aprendeu com suas lutas que as construções, as conquistas e o que fazer são resultados do processo coletivo.

A própria proposta metodológica implementada, a Pedagogia da Alternância no IFC, como analisa Munarini, foi uma possibilidade organizada para que os estudantes pudessem acessar e permanecer nos cursos, uma vez que se organizam em etapas de estudos. Uma na Instituição (Tempo Escola) e outra etapa, que é a continuidade dos estudos, acontece nos lotes das famílias, nas casas dos estudantes, no seu espaço de moradia e de produção (Tempo Comunidade).

Ribeiro (2008) diz que a Pedagogia da Alternância

Consiste na articulação entre Tempo Escola (TE) e Tempo-Comunidade (TC). No TE, os educandos permanecem de duas semanas a dois meses, dependendo do curso, no espaço da escola em regime de internato. No TC, os educandos retornam às suas propriedades familiares ou às comunidades ou aos assentamentos para colocarem em prática, a partir dos problemas anteriormente levantados no TC, os conhecimentos que foram objeto de estudo no TE. (RIBEIRO, 2008, p. 29-30).

⁵⁸ MUNARINI. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

Esta metodologia de organização das instituições de ensino possibilita condições para que os trabalhadores consigam acesso e permanência, fazendo uma relação direta entre sua vida na comunidade, na unidade de produção familiar, e os estudos. Mas ainda, busco na autora acima um maior esclarecimento sobre como acontece esta metodologia nos diferentes espaços educativos construídos.

A Pedagogia da Alternância é uma expressão polissêmica que guarda elementos comuns, mas que se concretiza de diferentes formas: conforme os sujeitos que as assumem, as regiões onde acontecem as experiências, as condições que permitem ou limitam e até impedem a sua realização e as concepções teóricas que alicerçam suas práticas. Com esse cuidado e de modo amplo, pode-se dizer que a Pedagogia da Alternância tem o trabalho produtivo como princípio de uma formação humanista que articula dialeticamente ensino formal e trabalho produtivo. (RIBEIRO, 2008, p. 30).

Tendo o pesquisador passado por um processo de estudo (Magistério) em que a Pedagogia da Alternância era a metodologia desenvolvida, também teço análises neste campo, enfatizando que é uma grande possibilidade para que os filhos dos camponeses frequentem estes espaços de estudos. Muitos estudantes precisam contribuir com suas famílias no sistema de produção no lote, o que neste processo de estudos por etapas ajuda para que participem tanto do trabalho em seus espaços de produção, quanto dos estudos.

Na nossa entrevista, a própria Munarini (2020) busca evidenciar a história desse processo de alternância, quando diz que

Pedagogia da Alternância então ela é uma proposta que é francesa, a gente bebe da fonte da pedagogia desenvolvida na França. Ela veio pro Brasil pra atender as casas familiares rurais. Aí, a partir das experiências educativas dos Movimentos Sociais, em especial, o Movimento Sem Terra, se desenvolve outras leituras da Pedagogia da Alternância, por exemplo, o trabalho como princípio educativo. (Informação verbal)⁵⁹.

A continuidade da análise nos remete para a questão levantada do trabalho como princípio educativo, cerne de uma grande discussão que perpassa pelos afazeres pedagógicos desta Instituição. Para Frigotto (2008)

O trabalho como 'princípio educativo' deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho é comum a todos os seres

⁵⁹ MUNARINI. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

humanos, evitando-se, dessa forma, criar indivíduos, grupos ou classes sociais que naturalizam a exploração do trabalho de outros. Estes, na expressão de Gramsci, podem ser considerados 'mamíferos de luxo' – seres de outra espécie que acham normal explorar outros seres humanos. (FRIGOTTO, 2008, p. 402).

Mas o autor segue demonstrando que o trabalho como princípio educativo também é algo muito mais a ser compreendido, que é o esforço que se dedica para tal nos espaços conquistados com luta dos trabalhadores, que é o caso desta Instituição a qual pesquisamos. Assim, Frigotto diz que “O trabalho como princípio educativo, então, não é, primeiro e sobretudo, uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político” (FRIGOTTO, 2008, p. 402). Destaca-se a importância dos processos educativos que ocorrem na prática social do trabalho camponês de que participam os estudantes do IFC de Abelardo Luz, pois são espaços de produção de conhecimento, mas que trazem também as marcas de um trabalho alienado, como fruto do sistema capitalista de produção, conforme discutido por Marx. Em sua prática pedagógica e organizativa, o Instituto Federal busca romper com o modelo hegemônico de sociedade e de Educação.

Essa questão está dentro de todo o processo de disputa, tanto quando mencionamos as questões de estruturas físicas, espaços, até o que se pensa nas questões pedagógicas. Estas análises, além de todas as já realizadas nesta caminhada de estudos, reforça a importância do debate e da sistematização do tema, porque possibilita a comunidade pensar mais sobre suas ações naquilo que conquistam e continuarem propondo novas possibilidades de participação e construção coletiva nesta Instituição.

Nesta disputa, destaca-se que as ações no pós 2016 trouxeram incertezas e inverdades que confundiam o processo que vinha sendo desenvolvido - um processo planejado nacionalmente de desestabilização da realidade construída na última década de governos populares que trouxeram muitas conquistas à classe trabalhadora, apesar dos limites. O governo popular que perdurou de 2002 até 2016 não conseguiu realizar uma revolução de pensamento do povo brasileiro, que por sua vez, não conseguiu compreender as mudanças como coesas e se deixou convencer pelo projeto contrário ao que vinha sendo edificado e resultou nas catástrofes políticas e econômicas amargas que a sociedade está vivendo com Bolsonaro (Presidente do Brasil), Guedes (Ministro da economia), entre outros atores deste grupo e o

acirramento do projeto neoliberal. Isso se refletiu em todos os espaços do país, como percebemos na tentativa de fechamento deste campus do IFC.

A partir daí, o avanço do conjunto de ideias de um movimento que faz coro às políticas neoliberais do atual grupo no poder e grupo econômico mundial, puseram em cena este grupo da Escola Sem Partido. Uma aberração no campo da Educação. Este pensamento retrógrado também se espalhou no país, e no campo educacional muito se propagou ou se rebateu estas ideias de aniquilamento das forças sociais de construir seus processos coletivos.

A partir de 2016, cortes de recursos para o campus e para as instituições de educação pública de forma geral, a troca das direções, até a troca a partir das intervenções feitas pelo governo federal, questões como participação da comunidade, a gestão democrática, as audiências públicas, entre outras, passaram a regredir muito nesta Instituição. Esta ofensiva em torno de frear as ações coletivas se dão com o exemplo do chamado movimento Escola Sem Partido. Um juntado de gente que tem à frente um jurista, Miguel Nagib, como um entendedor das questões da escola e da Educação para querer reunir plateia e dizer o que deve ser feito na sala de aula. É usual desse e de outros tipos que não conhecem uma sala de aula e suas condições, se darem o direito de ditar o que se quer nestes espaços de produção do conhecimento.

Este Escola Sem Partido nunca foi tão partidário, usando o termo que eles usam.

O Escola Sem Partido tenta inviabilizar e mesmo criminalizar todas as iniciativas educacionais propostas que abordem temas como desigualdades de gênero, diversidade sexual (na escola e na sociedade), o combate ao preconceito, ao sexismo e à LGBTfobia. Também há uma ofensiva destrutiva em relação aos livros didáticos, em tons de denúncia e alarmismo. (FRIGOTTO, 2017, p. 13).

Esta relação do espaço a qual discutimos no trabalho está intimamente relacionada com esta ofensiva deste tipo de pensamento medíocre em Educação que vem sendo gestado desde 2004 por grupos de pessoas que buscam fazer seus interesses, de acordo com uma visão moral de si, passar a ser uma proposta de Educação para o país. Este pensamento não é uma criação original destes, mas cópias de outros países extremamente retrógrados no pensamento, para impedir a sociedade de pensar seus processos e serem sujeitos de suas lutas.

A criminalização dos professores é uma das questões que o Escola Sem Partido aborda. Nestes últimos anos já tivemos exemplos de sobra sobre isso, caso mesmo dos diretores do campus do IFC do assentamento, como já registrado amplamente neste texto. Ramos (2017), tratando desse movimento Escola Sem Partido, diz que isso é a criminalização do trabalho pedagógico.

Além de se manifestarem de forma arrogante, sem nenhuma ética nem respeito com os educadores e a sociedade em geral, emitem uma mensagem de certeza e proposições de ideias supostamente neutras, mas que escondem, na verdade, um teor fortemente persecutório, repressor e violento. Trata-se, na verdade, de uma estratégia cujo conteúdo, mais cedo ou mais tarde, será explicitado, porém, mediante a obtenção do consenso da sociedade, que poderá legitimar a coerção como caminho aberto para a violência em direção àqueles que não conjugam da mesma afiliação ideológica conservadora como eles. (RAMOS, 2017, p. 76).

Esta construção do pesquisador, com base nos autores, nos interlocutores da pesquisa, busca clarear o que se tem do levante de um movimento político/jurídico que tenta intimidar os movimentos sociais que buscam uma edificação coletiva dos processos. Os movimentos contra-hegemônicos sempre vão buscar a construção de algo diferente daquilo que os oprimem, em contraponto, vivenciarão retaliações do opressor que faz de tudo e joga com todas as armas para que o oprimido continue submisso. E no momento atual, as armas do opressor vão desde um discurso, que também fere, como é caso do que se pretende impor com o Escola Sem Partido, até as armas bélicas, seja sua liberação em massa, seja de outras formas.

Com base nesta construção e análise que venho desenvolvendo neste quarto capítulo do trabalho, busco sintetizar enfatizando questões que são o fundamento de todo este embasamento. O que está em jogo na real é a disputa pelo direito, pelo acesso e pela permanência de jovens, adultos e crianças nos espaços de Educação formal, como é o caso do ensino técnico e da universidade neste local, neste campus.

Eis a grande questão, continuar com o impedimento aos trabalhadores do campo a terem acesso à Educação. E estes trabalhadores têm muita ousadia, de acordo com o pensamento elitista. Estes até outrora invisibilizados, agora constroem seu Chão de Fala e entendem-se como sujeitos de suas próprias vidas, buscam construir algo que é muito controverso aos olhares da elite escravocrata brasileira, por isso, impedi-los é questão de honra.

O que se passa no país e em cada espaço conquistado pelos trabalhadores é o mesmo que faziam quando os negros escravizados buscavam fugir de seus

cativeiros, os senhores mandavam buscar no mato, de qualquer forma, tinham que se adequar à vida miserável de escravos, mesmo sem nenhum consentimento. Na atualidade, os trabalhadores continuam sendo os escravizados, só mudou o conceito, agora são empregados, assalariados e livres, porém, basta que estes pensem e atuem para construir outras possibilidades, a repressão, a busca para que estes não saiam para o mato e construam seus quilombos, está acontecendo na atualidade.

Esta relação ao tempo em que os negros eram escravizados, para agora, mudaram-se alguns conceitos, mas as práticas não são diferentes. Aqueles que açoitam hoje são os mesmos que açoitaram num tempo nada distante historicamente. Ora essa, precisamos entender estas relações para que se tome consciência e não mais os trabalhadores se deixem açoitar, não é humana esta prática de que os poderosos tomem atitudes que causam desastres aos mais pobres.

Pelo que analiso nesta realidade que pesquiso, esta é a situação, os poderosos querem continuar açoitando, ditando as regras, dizendo quem tem direito ao acesso à Educação e que tipo de Educação. Se o povo é livre, pois é livre, não pode um povo ser livre e viver sob ordens de alguns que dizem saber mais que o povo. As regras construídas historicamente pela humanidade precisam ser observadas, mas impedir que os povos construam seus processos democráticos não é contra as regras estabelecidas.

E quando se fala de Educação em área de reforma agrária, acentua-se mais ainda o processo de impedimento desses em acessar, permanecer e construir uma Educação que atenda as suas reais necessidades, pensadas por estes, a partir dos espaços construídos coletivamente. Trava-se uma luta sem tréguas pelo impedimento dessas conquistas.

Evidencia-se aqui a luta e disputa por um projeto educativo diferente do que é hegemônico. O que é hegemônico prima por formação de mão de obra minimamente qualificada para se submeter aos processos produtivos demandados pelo sistema capitalista. Um trabalhador que não pensa, somente executa processos mecânicos, sem sequer imaginar que produz dezenas, talvez centenas de vezes mais do que aquilo que recebe mensalmente.

Quando discuto que a disputa é por um projeto educativo diferente, é este um dos grandes pilares da Educação que se percebe num processo de construção coletiva, que é a possibilidade da Educação do Campo.

Caldart (2009) vai nos dizer que esta concepção de Educação está em disputa também com outras frentes.

Há hoje uma diversidade de sujeitos sociais que se colocam como protagonistas da Educação do campo, nem sempre orientados pelos mesmos objetivos e por concepções consonantes de educação e de campo, o que exige uma análise mais rigorosa dos rumos que estas ações sinalizam. (CALDART, 2009, p. 37).

Nesse rol de atores sociais, o agronegócio, um conglomerado que não respeita o meio ambiente e a própria vida dos seres humanos com o derramamento de venenos na natureza, vem se colocando, desenvolvendo ações que atendam seu projeto de campo capitalista, se dizendo que estão fazendo Educação do Campo. Dessa forma, as disputas estão sendo cada vez mais acirradas, disputa-se no campo das ideias, dos conceitos, mas também das ações.

Caldart (2009) já faz a chamada para a responsabilidade dizendo quem são os construtores destes processos formativos e deixa claro que são os trabalhadores os protagonistas.

Sim! Ela nasce da 'experiência de classe' de camponeses organizados em movimentos sociais e envolve diferentes sujeitos, às vezes com diferentes posições de classe. Sim! A Educação do campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica destes movimentos sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate, se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem. (CALDART, 2009, p. 38).

Por esta razão é que é uma caminhada teórica e prática de Educação construída pelos trabalhadores e trabalhadoras que resistem no espaço do campo brasileiro. Esta construção foi o que resultou da opressão agrária industrial dos últimos anos, com acirramento da concentração de terras e a expulsão dos camponeses e camponesas, formando assim o grande campo do agronegócio. A Educação do campo passa a ser um contraponto ao que a elite agrária desejava em Educação e em sentido de campo.

Percebe-se que os trabalhadores e trabalhadoras organizados em seus movimentos estão sempre resistindo às imposições que não lhes agrega sentido na vida, mas que os força a realizar aquilo que não comungam ou não lhes são satisfatórios. Por isso constroem seus processos e os defendem, resistem.

5.3 A DISPUTA PELO PROJETO EDUCATIVO NO/DO CAMPO

Não é só nas ações de rua, que apresentam mais visibilidade e mais volumes de ações práticas, que se dão as disputas no campo da Educação. E todo o conjunto de disputa se soma uma à outra e gera um arcabouço no campo das contradições. Dessa forma, as políticas públicas fazem parte deste campo.

Nesse movimento de contrassensos conquistaram-se as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ainda em 2001. No seu Artigo 6º, o documento é bem claro quando diz que

O Poder Público, no cumprimento de suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico. (BRASIL, 2002, p. 1).

Este campo de visão da época ainda pleiteava nas suas reivindicações a Educação Básica, enfatizando a responsabilidade do poder público com a sua realização. Já era um grande avanço no campo das políticas públicas, da garantia de diretrizes que proporcionavam condições legais para fazer com que as pressões sobre os governos pudessem angariar em efeitos práticos nas comunidades rurais.

Essa mesma diretriz, no seu art. 3º, diz que “considerando a magnitude da importância da educação escolar para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referência a justiça social, a solidariedade entre todos [...]” (BRASIL, 2002, p. 1), assim, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação.

Ora, relacionando este artigo com o que se passou e se passa nas escolas dos assentamentos e com o IFC no Assentamento José Maria, a lei está muito distante do que nela está enfatizado. Ironizando a situação, os governos pensam muito fora da realidade que não conseguem a realização do que estabelecem, ou cedem às pressões quando não conseguem mais barrar e depois agem para ir barrando aos poucos aquilo que disseram ser possível anteriormente.

Como podemos perceber no art. 3º, “considerando a magnitude da importância da educação escolar para o desenvolvimento de um país” (BRASIL, 2002, p. 1), mas que no decorrer do tempo, inclusive com seus órgãos de controle, busca

impedir a educação escolar que em tese, disse que era de suma importância para o desenvolvimento de um país. A exemplo desses momentos impeditivos com a ação do Ministério Público, sugerindo a transferência do IFC para a área urbana se os governos não fizessem melhorias na infraestrutura, negando, assim, a possibilidade de acesso e permanência dos povos do campo à Educação.

Estas diretrizes garantem as lutas dos povos do campo por Educação do Campo. Silva (2011) reforça que tendo a lei sancionada, isto não significa que a conquista está garantida, ao contrário, é preciso seguir em luta permanente.

O fato de existir a lei para uma determinada situação problemática, não quer dizer que esta situação será regularizada, a lei por si só não garante muita mudança. No entanto é preciso lutar para fazer valer os direitos previstos nela, por meio de organizações conscientes e constantes batalhas. Nesse sentido também se encontram as Diretrizes, para garantir a concretização dos direitos, deve-se continuar com a persistência semelhante às dos Movimentos, pois a luta pela escola do campo não se resume em apenas uma conquista, mas sim em conquistas diárias. (SILVA, 2011, p. 19-20).

É o que mostra a realidade de Abelardo Luz com o campus do IFC, mas não só por esta experiência, todas as conquistas obtidas pelos trabalhadores seguem a mesma toada, é luta diária para a garantia dos direitos conquistados.

A LDB, Lei 9394/96, no seu artigo 28, mostra claramente questões relacionadas à Escola no/do Campo, quando diz que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 1996).

Um grupo significativo de profissionais que trabalham nas Escolas do Campo ainda está muito aquém de uma formação que lhes garanta conhecimentos sobre a legislação brasileira, que lhes garanta seus processos pedagógicos e as adaptações necessárias e possíveis nas mais diferentes realidades camponesas. O frio intenso da região sul na estação do inverno pode ser uma questão de adequação do calendário escolar, mas praticamente não se faz. A valorização dos profissionais das

Escolas do Campo poderia ser uma pauta nos municípios e nos estados, mas tudo é comum em todos os espaços. As especificidades de cada local passam sem ser percebidas, principalmente nos municípios onde as direções são indicações que atendem projetos políticos específicos de um candidato eleito para prefeituras, que não raras vezes não teve uma história assídua na escola.

O artigo 28, acima citado, deixa uma fenda aberta para que as questões ali abordadas não aconteçam por falta de formação e luta constante por sua efetivação por parte da comunidade, muito próxima ao que propõe a atual BNCC (2017), que trata das questões comuns a todas as escolas do país, com sessenta por cento da base comum e quarenta por cento específica a cada realidade. Embora cada escola possa contemplar de acordo com suas especificidades, as avaliações nacionais não envolvem as questões específicas de cada realidade.

O movimento da Educação do Campo sempre guiou-se por um caminho muito claro, com princípios que orientam a caminhada pedagógica e de construção de processos coletivos, opostos ao corriqueiro do que se tem do pensamento neoliberal em Educação. A partir de 1998, quando as organizações começam a discutir Educação do Campo, em contraponto à Educação Rural, toda esta caminhada pedagógica que posteriormente passa a ser disputada, inclusive a formação de professores, se pauta por princípios identitários muito claros, registrados no Caderno nº 4 da Coleção da Articulação Nacional Por uma Educação do Campo (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002).

1- A Educação do Campo identifica uma luta pelo direito de todos à educação. **2-** Os sujeitos da Educação do Campo são os sujeitos do campo. **3-** A Educação do Campo se faz vinculada às lutas sociais do Campo. **4-** A educação do campo se faz no diálogo entre seus diferentes sujeitos. **5-** A Educação do Campo identifica a construção de um projeto educativo. **6-** As educadoras e os educadores são sujeitos da Educação do Campo. (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 26-35).

Pelo exposto em todo o trabalho, obviamente identificam-se os protagonistas da Educação do Campo. Evidencia-se também porque é mais um campo de lutas, de defesa de projeto dos camponeses e camponesas. Não resta dúvidas também de que não é somente a escola estar no campo para ser uma Escola de Educação do Campo. Ela precisa dialogar com esta realidade profundamente, organizada com estas comunidades e construindo seus processos coletivos como referencio a seguir:

Nesta discussão da Educação do Campo, necessariamente estuda-se e compreende-se por que essas pessoas vivem nesse lugar, por que acampam? Por que moram em barracos de lona? Por que ocupam a terra? Por que existem milhões de pessoas sem a terra e poucas que se dizem donas de imensidão de terras? Esses questionamentos são só alguns pontos a serem abordados quando se trata de Educação do Campo. (CAMARGO; FRABRIS; VEIGA, 2019, p. 152).

Eis que o que se disputa necessariamente é um projeto de Educação, um pensamento de sociedade, por isso é tão perigoso para o sistema capitalista que os trabalhadores, que sempre serviram a este sistema para sua perpetuação, agora passem a questionar aquele que outrora, pela precária condição de conhecimento, não conseguiam questionar; e mais que questionar, agora propõem outros caminhos, com força, modificando as estruturas.

A força hegemônica da sociedade sempre soube dessa correlação de forças e das disputas por projetos, por pensamentos e ações na sociedade, mas jamais admitiu perder sequer qualquer privilégio, mais uma vez se vê pressionada a ceder frações, o que lhes deixa em alerta de como combater estas frações de organizações que se mobilizam em lutas.

Ter a universidade no Campo é uma afronta aos que sempre defenderam a ignorância do povo como uma condição para a sua submissão. Isto dá mostras de porque o IFC Campus Abelardo Luz é tão promissor em relação às forças atuando para a sua aniquilação. Estas forças atuam desde sempre e, atualmente, com vantagens para si, até que se retome a ascensão das lutas dos trabalhadores por seus direitos.

Para Batista (2014) a Educação do Campo tem claro os seus caminhos, seus princípios, o que remete a um processo de construção a partir dos seus sujeitos que pensam esta realidade, portanto, mais uma vez, estes princípios caminham na contramão do que é hegemônico em Educação. A autora,

Dentre os princípios teóricos e metodológicos da educação do campo que devem orientar as ações das escolas do campo destacam-se: a formação humana em todas as suas dimensões como primazia do ato educativo; o compromisso com um projeto de sociedade, de campo e de agricultura familiar; promover uma leitura crítica e engajada da realidade social que contribua para a organização dos setores oprimidos e aponte para a transformação da realidade; valorização da terra como instrumento de vida, de cultura, de produção. (BATISTA, 2014, p. 3).

Percebe-se que a disputa por projeto educativo no Campo é uma luta de classes, uma vez que um projeto pensado pelos camponeses busca atender das suas necessidades locais, do entorno, até os grandes processos existentes na sociedade, de conhecer esta realidade e conhecendo-a, buscando intervir para mudanças que possam ser significativas na vida das pessoas, conforme seus projetos coletivos produzidos desde a realidade das famílias. Estas disputas por projetos educativos perpassam a realidade dos assentamentos, desde a escola de Educação Infantil até a universidade, como muito vivenciamos na realidade em que analisamos e pesquisamos para esta elaboração.

As constatações da pesquisa evidenciam a participação da comunidade no processo de construção do campus no assentamento. Tanto foi assim que a professora Camila Munarini (2020) faz essa referência quando ela diz que:

Sempre quando é chamada a participar do Instituto Federal, diferentemente às vezes dos outros Institutos, que às vezes têm dificuldades com a participação da comunidade, aqui não se tem, né. Então mais ou menos assim na trajetória, foram feitas várias reuniões, várias lutas, várias reivindicações. (Informação verbal)⁶⁰.

Nesta sequência de análise observa-se que o próprio IFC nos seus documentos se projeta como uma Instituição de viés progressista, principalmente considerando a conjuntura social e política brasileira, considerada como um tempo de retrocessos das conquistas do povo, assim, o seu Estatuto no:

Art. 3º O IFC observa os seguintes princípios norteadores: I – compromisso com a justiça social, a equidade, a cidadania, a ética, o meio ambiente, a transparência e a gestão democrática; Art. 4º O IFC elenca as finalidades: [...] IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFC. (INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, 2018, p. 08).

Diante dos estudos e análises realizadas, percebemos que este campo de disputas continua a ser movimentado. De um lado, os trabalhadores buscando garantir suas conquistas e um projeto de vida vinculado ao direito à Educação e, de outro, a classe burguesa, que há séculos busca manter a estrutura social, o acesso ao

⁶⁰ MUNARINI. **Entrevista**. Abelardo Luz, 2020. Informação verbal – Entrevista.

conhecimento, segundo seu jeito de pensar e, com isso, manter seus privilégios. Isso é perceptível no âmbito local, nacional ou global.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente consideramos que realizar pesquisa em tempos de pandemia é algo que dificulta em muito o trabalho do pesquisador. São muitas as questões envolvidas para a realização da pesquisa, e todos que vivemos e/ou sobrevivemos nestes tempos que, com base em outros autores, chamo de obscuros, sabemos das barreiras que necessitamos atravessar. Difícil também porque somos filhos de trabalhadores e vivendo esta condição de ter que trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Sem bolsa de estudos ainda acentuou as dificuldades da pesquisa.

Foram muitos os esforços imbuídos para o presente estudo chegar ao que chegou na atualidade, mas este mesmo esforço nos mostrou que a caminhada ainda é inicial. São poucos os que vislumbram a grandiosidade do tema e o quanto ainda precisa ser estudado para melhor compreensão do mesmo.

Rememoramos o que nos propomos no início do texto com as questões suleadoras, que consistiam em compreender de que modo a conquista do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense em área de assentamento da reforma agrária, a partir do protagonismo dos movimentos sociais de campo, contribui para o fortalecimento de uma política de Educação do Campo, e que limites, contradições e conflitos envolvem o processo de implementação e funcionamento do Instituto no Assentamento José Maria, no município de Abelardo Luz?

Para responder essas questões, buscamos analisar as disputas de classe em torno da implementação e funcionamento do Instituto Federal no Assentamento José Maria; examinar o vínculo desta instituição com os princípios da Educação do Campo; e compreender os conflitos, as contradições e os limites do processo de implementação e funcionamento de um Instituto de Educação em território de reforma agrária. Desse modo, buscou-se analisar em que medida a conquista do Ensino técnico e superior em território de reforma agrária fortalece a Educação do e no Campo, assim como a re-existência camponesa.

Mediante o exposto no que diz respeito ao objetivo geral, conclui-se que o Instituto Federal fortalece o Movimento da Educação do Campo nos seus princípios, como demonstra a pesquisa. Uma trajetória calcada na luta pela garantia da Educação do Campo e com ações que afirmam esta política pública como importante ferramenta de suporte aos trabalhadores do campo no sentido de garantir o acesso e a permanência no ensino técnico e superior. De igual forma, a pesquisa nos possibilitou

perceber os avanços, os limites e as contradições acerca dessa Instituição em um território de reforma agrária.

Os avanços estão registrados desde os primeiros movimentos para a conquista de uma Instituição de Ensino que contribuísse com as famílias no processo de formação de nível médio técnico e superior. Assim, desde a conquista do Curso Técnico em Agroecologia na Escola de Ensino Médio Paulo Freire, já é parte das conquistas subsequentes que culminam no campus do IFC no assentamento.

Outro avanço constatado foi a elevação do nível de discernimento dos camponeses e camponesas, o que os levou a compreender as disputas que se afluam a partir de iniciativas populares, contrassenso ao que é hegemônico. E esta compreensão possibilitou as lutas pela garantia da conquista de um campus do Instituto no assentamento.

O Instituto buscou constantemente a vinculação com a Educação do Campo e seus princípios, se compreendendo parte dela. Tanto é que registramos no trabalho as várias ações de formação planejadas e desenvolvidas por esta Instituição na defesa do campus, em território de reforma agrária, em parcerias com os movimentos sociais de campo.

Esta pesquisa também analisou a correlação de forças que entraram em erupção a partir da conquista de uma Instituição que veio para subverter uma lógica em que os filhos dos camponeses precisam sair do campo para estudar. Fica evidente o quanto é duro para a classe burguesa aceitar que o filho do trabalhador começa a movimentar-se para assegurar o direito à Educação, no nível técnico e superior, e próximo onde vive. A escrita desse trabalho e a conquista e permanência do IFC Campus Abelardo Luz em assentamento de reforma agrária revelam também o fortalecimento de uma Educação do e no Campo, e construída com os sujeitos do campo, em sua diversidade de modos de existência e resistência.

A pesquisa possibilitou perceber que o Instituto Federal, campus do Assentamento José Maria, é mais uma unidade que faz parte de um conjunto, que tem um grande significado na vida das pessoas e mais ainda para estes trabalhadores e trabalhadoras do campo, que no seu percurso de vida basicamente não tiveram uma Instituição de Ensino de tamanha importância muito próxima de suas casas e com possibilidades reais de estudarem nela.

A caminhada de luta foi realizada pelas famílias dos assentamentos dessa região, pelas comunidades indígenas, pelos pequenos agricultores, pelas mulheres

camponesas e pela juventude para a conquista desta Instituição. Então, esta só existe onde está por conta de grandes movimentos de trabalhadores que, organizados coletivamente, a conquistaram. Portanto, é resultado de uma luta coletiva de trabalhadores e trabalhadoras do campo. É uma conquista do Movimento da Educação do Campo.

Marx e Engels (1998), no Manifesto Comunista, afirmam que a luta de todas as sociedades que já existiram é a luta de classes. Não é possível negar esta condição histórica da humanidade quando estudamos e analisamos este campus do Instituto Federal. A sociedade está em constante movimento, abarca as relações sociais, as relações de classe, portanto, as relações de poder. E como demonstramos nos estudos, o campus do IFC no assentamento acompanhou estes movimentos da sociedade, primeiro com sua conquista e abertura, depois com o acirramento de demandas dos contrários, o que culminou em muitas lutas sociais.

Concluimos que a Educação do Campo – enquanto movimento, princípio, concepção, método e prática – esteve presente desde as discussões até a implementação e efetivação do IFC, Campus Abelardo Luz. As audiências públicas, as reuniões comunitárias, os processos de escolhas de cursos e de propostas pedagógicas, enfim, a participação democrática na Instituição, como bem mencionam os interlocutores da pesquisa, foi fundamental para que a comunidade, como protagonista, ajudasse a pensar os processos. Este conjunto em torno da Instituição, de tudo o que foi produzido coletivamente, deu chão, ou embasamento, para que as famílias organizadas fizessem seus movimentos de resistência, mobilizando-se e fazendo o enfrentamento no campo da luta de classes para assegurar a conquista obtida.

Nesta mesma linha de pensamento, afirmamos que este trabalho é relevante social e academicamente também por ser o primeiro estudo que aborda a conquista do Instituto Federal em área de reforma agrária, em especial, o reconhecimento de que esta conquista específica se fez de forma não muito diferente das lutas pela conquista da terra, da moradia, da produção e de qualquer política pública que se tenha lutado para conquistar. Conquistar um campus desta Instituição no assentamento é muito semelhante a abrir as porteiras de grandes fazendas latifundiárias e com milhares de famílias entrar e fazer produzir alimentos e conhecimentos dos mais necessários possíveis. Então, a conquista do campus do IFC

é como ter aberto uma grande fazenda para milhares ou milhões de famílias estudarem nela.

Dessa maneira acreditamos que a grande constatação, e enfatizado neste trabalho, é o processo de disputa constante por tudo nessa Instituição, desde as questões estruturais (físicas) às questões políticas e pedagógicas. E é neste compasso de pensamento marxista de luta de classes que sinalizamos as duas principais forças que se opuseram na implementação do IFC em área de reforma agrária, a classe trabalhadora e a burguesia.

Quando abordamos as disputas, estamos falando do campo dos direitos. Aprendemos que temos direitos e esse aprendizado veio da luta coletiva. Neste espaço ao qual dedicamos estudos e análises, disputamos o direito ao estudo, ao conhecimento, portanto, o direito a sair da ignorância para compreender o lado de lá, para não olharmos somente as sombras no fundo da caverna, mas para enxergar as lutas que acontecem na realidade concreta.

Por conseguinte, percebemos ao longo desse período que é também uma análise desse tempo em que se propõe a pesquisa, que uma parcela dos trabalhadores com deficiência de conhecimento sobre a realidade em que vivem, pode tomar posições que sustentam a ideia dominante da sociedade, e ao não defender seu grupo de pertencimento social, defendem as pautas que lhes prejudica socialmente.

Em suma, a contribuição do Instituto Federal com a comunidade, em geral, será efetivada com a participação de todos nos processos de gestão, ou seja, tendo neste espaço uma gestão democrática, como nos primeiros anos da implementação da mesma no assentamento, onde se demonstra por meio deste estudo, esta caminhada com as comunidades do entorno e das organizações sociais.

É nesta linha de raciocínio que percebe-se, como registrado no trabalho, que esta Instituição, nos seus primeiros anos de implantação, buscou incessantemente cumprir com aquilo que lhe cabia responsabilidade em conversação com as famílias camponesas, indígenas, pequenos agricultores, apoios de outras Instituições em uma construção coletiva, um processo de ensino-aprendizagem. Isto implicou no conhecimento do que conhecemos como um fazer de Educação do Campo, que mais adiante causou incômodos na burguesia local, que se aliou com poderosos para impedir que os processos coletivos acontecessem.

É certo que preciso considerar que neste período da pesquisa atravessamos por uma pandemia que impediu em muito a mobilidade para organização e participação do mesmo, mas mesmo antes de tal conjuntura mundial de saúde pública, as famílias assentadas dessa região e outros sujeitos sociais já não mais eram chamados para participar, porque o golpe de Estado que vingou em 2016 já desenhava esta separação da participação popular nos processos.

O Instituto Federal, campus de Abelardo Luz, contribui sobremaneira para o fortalecimento da Educação do Campo neste espaço, mas para muito além dele. É uma ferramenta de Educação que rompeu qualquer barreira geográfica, se colocando no cenário nacional e internacional como um ator de processos de ensino, pesquisa e extensão que tem a Educação do Campo como referência. É uma instituição marcada por esta caminhada de luta em defesa da Educação do Campo e com sua prática condizente com tal pensamento educacional. E isto se constata no decorrer do trabalho quando analisamos desde sua história de conquista, até os momentos em que sofre os ataques, essencialmente pela participação permanente da comunidade organizada em seus movimentos sociais.

Nesta perspectiva de análise, é possível afirmar que na conjuntura atual, pode esta Instituição estar se resguardando em posições diante dos ataques a si desferidos, para num tempo não muito distante se posicionar a favor de um projeto participativo.

Desde as primeiras lutas pela conquista da Instituição as disputas de classe estiveram evidentes. E foi a força dos trabalhadores organizados que garantiram a conquista, desde a capital federal já na primeira década do século XXI, até estar efetivada no assentamento de reforma agrária em anos posteriores. Estas disputas de classe ficaram evidenciadas nas análises no trabalho, por meio do diálogo com os interlocutores da pesquisa, dos meios de comunicação que também registraram estes momentos (principalmente os sustentados pelos trabalhadores), das audiências públicas, assim como da vivência do pesquisador nesta realidade e nestes espaços de disputa, conforme registros no caderno de campo.

O vínculo do Instituto Federal com os movimentos sociais e com suas lutas pode ser evidenciado como um ponto importante no que tange às discussões e à caminhada de implementação e funcionamento do mesmo nesta realidade. Isso foi destacado pelo Ministério Público ante as denúncias de ingerência do MST junto à Instituição, pois enquanto movimento social, as famílias organizadas pensavam e agiam na implementação e funcionamento de uma Instituição que atendesse aos

interesses da comunidade, isso respaldados na legislação, na gestão democrática participativa.

Concluimos que para o campo da sistematização do conhecimento esta experiência do Instituto Federal em área de reforma agrária é um fenômeno na discussão da Educação do Campo que até então não havia sido problematizado. Como sujeito, participante desse processo, destaco que é importante que os trabalhadores escrevam, teorizem sobre seus processos, suas lutas, suas conquistas.

Todo este movimento dos contrários, na luta constante, limita ações de implementação e funcionamento do Instituto em área de reforma agrária, uma vez que o processo poderia se desenvolver de forma a atender as demandas das comunidades. O que se evidenciou na luta dos contrários foi a busca pelo aniquilamento da conquista dos trabalhadores, o que não qualifica os processos pedagógicos em andamento, pelo contrário, atrasa-os e corre-se o risco de romper com o que se busca construir.

Concluimos as análises e apontamentos, plenamente consciente que este estudo é só um início em relação à temática aqui abordada. Afirmo com veemência que a conquista do Instituto Federal no Assentamento José Maria foi um diferencial na vida da comunidade próxima, mas que marca a História do Brasil e a História do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que aprenderam que de forma organizada, coletiva, que é só lutando para que frações dos seus direitos sejam garantidas.

E para finalizar, carrego como princípio aprendido na luta de classes que, tanto a luta pela terra, pela reforma agrária e por uma nova sociedade só é assim trilhada por existir um resultado do processo de dominação capitalista perverso que impede, ou esforça-se para impedir, que a grande massa dos trabalhadores tenha acesso ao conhecimento, a exemplo do acesso e permanência no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense, campus no Assentamento José Maria.

O Instituto Federal, campus do Assentamento José Maria, neste município de Abelardo Luz, entra para a História do Brasil como uma conquista da classe trabalhadora, em que comunidades indígenas, assentadas e assentados da reforma agrária, pequenos agricultores e agricultoras e comunidade escolar desses assentamentos se constituem como protagonistas dessa grande conquista.

Nesse período de estudo muitos foram os aprendizados de minha parte. Entre eles: ser plenamente consciente que o filho do trabalhador tem capacidade de estudar

cada vez mais, mesmo que para isso tenha que lutar constantemente para construir as condições. Estudei sem bolsa de estudos, trabalhei constantemente para me alimentar e nem por isso pensei em desistir. Algo que aprendemos por mais de trinta anos na luta pela terra é que somente com luta e organizados coletivamente nós da classe trabalhadora vamos ter vitórias na busca por políticas públicas que nos garantam possibilidades de viver dignamente.

Nossos limites estão ainda na falta de acesso e permanência num processo de Educação emancipatória que proporcione à classe trabalhadora compreender a luta dos contrários e como ela se manifesta no dia a dia de cada ser humano, onde quer que este esteja: no bairro, na fábrica, no campo, nas relações de produção e nas relações políticas.

Dessa temática estudada emerge para estudos posteriores as relações do processo pedagógico que acontecem dentro da sala de aula e como elas se espalham nas famílias. Que seres humanos vão sendo formados por meio dessa relação pedagógica?

Muitos outros pontos ainda são possíveis de ser estudados nesta Instituição que é nova, mas que já possui muitas possibilidades de estudos e análises. Este trabalho sobre a Instituição é o primeiro em nível de dissertação, que foca mais o seu olhar sobre a mesma. Ele contém o desafio para que muitos outros pesquisadores analisem o processo formativo dos povos do Campo em seus próprios territórios.

REFERÊNCIAS

1º CONGRESSO Nacional de Educação de Abelardo Luz. **Instituto Federal Catarinense**, Abelardo Luz, [2018?]. Campus Avançado Abelardo Luz. Disponível em: <http://abelardoluz.ifc.edu.br/cneal/>. Acesso em: 10 out. 2021.

1º ENCONTRO Regional de Educação do IFC Abelardo Luz. **Instituto Federal Catarinense**, Abelardo Luz, [2017?]. Campus Avançado Abelardo Luz. Disponível em: <http://abelardoluz.ifc.edu.br/1ereifcal/>. Acesso em: 10 out. 2021.

1º FESTIVAL Nacional da Reforma Agrária. **MST**, 06 jul. 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/06/1o-festival-nacional-da-reforma-agraria/>. Acesso em: 10 out. 2021.

I SEMINÁRIO em Tópicos Especiais em Educação. **Instituto Federal Catarinense**, Abelardo Luz, [2019?]. Campus Avançado Abelardo Luz. Disponível em: <http://abelardoluz.ifc.edu.br/i-seminario-em-topicos-especiais-em-educacao-2019/>. Acesso em: 10 out. 2021.

III SEMINÁRIO de Educação do Campo do IFC. **Instituto Federal Catarinense**, Abelardo Luz, [2017?]. Campus Avançado Abelardo Luz. Disponível em: <http://abelardoluz.ifc.edu.br/iii-seminario-de-educacao-do-campo-2017/>. Acesso em: 10 out. 2021.

ABELARDO Luz. **Portal de Turismo de Abelardo Luz**, Abelardo Luz, 2021. Disponível em: <https://turismo.abelardoluz.sc.gov.br/SOBRE-A-CIDADE>. Acesso em: 10 out. 2021.

ACECAMPO. Carta em defesa da Permanência do IFC/Abelardo Luz no Campo. **IFC de Abelardo no campo**, Chapecó, 22 fev. 2019. Disponível em: <https://ifcdeabelardonocampo.wordpress.com/2019/02/23/carta-em-defesa-da-permanencia-do-ifc-abelardo-luz-no-campo/>. Acesso em: 19 out. 2021.

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALENTEJANO. P. R. R. Editorial. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, a. 9, n. 2, p. 1- 4, jul./dez. 2013.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ANAIS do II Seminário de Educação do Campo do IFC. **Instituto Federal Catarinense**, Abelardo Luz, [2016?]. Campus Avançado Abelardo Luz. Disponível em: <http://abelardoluz.ifc.edu.br/anais/>. Acesso em: 10 out. 2021.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR A IMPORTÂNCIA DA INSTALAÇÃO DE UM**

CÂMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ASSENTAMENTO JOSÉ MARIA. Diário da Assembleia, SC, número 6.466, 17 set. 2012. Disponível em: <http://abelardoluz.ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/06/Audiencia-publica-2012.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

AUDIÊNCIA pública discute a presença e o papel do IFC Campus Avançado Abelardo Luz no município. **Instituto Federal Catarinense**, Abelardo Luz, 04 jul. 2017. Campus Avançado Abelardo Luz. Disponível em: <http://noticias.abelardoluz.ifc.edu.br/2017/07/04/audiencia-publica-discute-a-presenca-e-o-papel-do-ifc-campus-avancado-abelardo-luz-no-municipio/>. Acesso em: 17 set. 2020.

BAHNIUK, C.; CAMINI, I. Escola Itinerante. In: PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BATISTA, M. do S. X. **Da Luta às Políticas de Educação do Campo:** Caracterização da Educação e da Escola do Campo. Trabalho apresentado no 22 EPENN – Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, Natal, 2014.

BATTISTI, E. **CAMPO-TERRITÓRIO:** Revista de Geografia Agrária, Gramado, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORBA, C. dos A. de. **Terras negras nos dois lados do Atlântico:** quem são os proprietários? Estudo comparado – Cabo Verde/Brasil. 2013. 241 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2013.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Presidência da República**, Brasília, DF, 04 nov. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 8, 16 jun. 2008. Seção 1.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica**, Brasília, DF, 3 abr. 2002. Disponível em; http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 jul. 2020.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, set./dez. 2001.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, R. S. Sobre educação do campo. In: SANTOS, C. A. (org.). **Educação do campo**: campo, políticas públicas, educação. Brasília: INCRA, 2008. p. 67- 86.

CAMARGO, F.; FABRIS, F.; VEIGA, A. A. EDUCAÇÃO DO CAMPO: BASES PARA A CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS ALTERNATIVOS, In: CORDEIRO, C. T.; HAMERMULLER, D. O. (org.). **Educação do Campo**: perspectivas e atualidades, Londrina: Syntagma, 1. ed. 2019. p. 146-169.

CASO Abelardo Luz: leia Carta dos Servidores do IFC sobre denúncia do MP. **SINASEFE Litoral**, Camboriú, 05 set. 2017. Disponível em: <https://www.sinasefe-ifc.org/litoral/noticias/caso-abelardo-luz-leia-carta-dos-servidores-do-ifc-sobre-denuncia-do-mp/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10. ed. SP: Cortez, 2009.

CONTE, I. I.; RIBEIRO, M. Escola do campo: relação entre conhecimentos, saberes e culturas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 847-862, jul./set. 2017.

CURSOS do Instituto Federal Catarinense, Campus Avançado Abelardo Luz. **Instituto Federal Catarinense**, Abelardo Luz. Campus Avançado Abelardo Luz. Disponível em: <http://abelardoluz.ifc.edu.br/>. Acesso em: 17 set. 2020.

DIREÇÃO NACIONAL DO SINASEFE. 26/02 – Dia de Luta em Defesa da Educação do Campo: nenhuma escola a menos – EM DEFESA DO IFC NO CAMPO. **SINASEFE Litoral**, Camboriú, 25 fev. 2019. Disponível em: <https://www.sinasefe-ifc.org/litoral/noticias/26-02-dia-de-luta-em-defesa-da-educacao-do-campo-nenhuma-escola-a-menos-em-defesa-do-ifc-no-campo/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FABRIS, F. **A Função social da escola do campo e os princípios filosóficos do MST: o caso da EBM José Maria**. 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Departamento de Educação, Chapecó, 2017.

FERES, J. B. **Propriedade da terra: opressão e miséria; o meio rural na história social do Brasil**. Nijmegen/Holanda: CEDLA, 1990.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais. **Revista OSAL**, a. 6, n. 16, p. 273-283, jan./abr. 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), 33, 2010, Caxambu. Conferência de Abertura. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 46, jan./abr. 2011.

FRIGOTTO, G. Política e gestão educacional na contemporaneidade. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (org). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

FRIGOTTO, G. Trabalho. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

GALEANO, E. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. Tradução: Sérgio Faraco. 8. ed. Porto Alegre: L&M, 1999.

GHERKE, M. **Escrever para continuar escrevendo: as práticas de escrita da Escola Itinerante do MST**. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2010.

GOMES, I. Z. **1957 A Revolta dos Posseiros**. 2. ed. Curitiba: Criar Edições, 1987. v. 1.

GUIATEM Abelardo Luz. 2013. Disponível em: <http://www.guiatemabelardoluz.com.br/home/>. Acesso em: 10 out. 2020.

HISTÓRICO do IFC e do Campus Avançado Abelardo Luz. **Instituto Federal Catarinense**, Abelardo Luz, 19 ago. 2020. Campus Avançado Abelardo Luz. Disponível em: <http://abelardoluz.ifc.edu.br/historico-do-ifc-e-do-nosso-campus>. Acesso em: 17 set. 2020.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Estatuto do Instituto Federal Catarinense**. Blumenau, 2018. Disponível em: <https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/Estatuto-do-Instituto-Federal-Catarinense-1.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**. Abelardo Luz, 2017. Disponível em: <http://abelardoluz.ifc.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/PPC-Pedagogia-.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

JORNAL SEM TERRA. jul. 1984a. n. 36.

JORNAL SEM TERRA. nov. 1984b. n. 40, p. 6.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4.

LEITE, S. C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999. Coleção Questões da nossa época, v. 70.

MACHADO, P. P. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2001. 514 f. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 2001.

MAIS de 2 mil policiais de prontidão se preparam para despejar seis acampamentos de sem terra no estado. **Jornal Sem Terra**, 1989. n. 87.

MARTINS, M. F. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 131-148, set./dez. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000300010>>. Acesso em: 03 abr. 2021.

MARX, K. **O Capital**. Supervisão Editorial: Lot Vieira. Tradução e condensação: Gabriel Deville. Bauru: EDIPRO, 1998. Série Clássicos.

MARX, K; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. Tradução: Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MATOS, M. **Fechamento das Escolas do Campo: Impactos no Assentamento Conquista de Sepé**. 2018. 27 f. Trabalho de Curso (Especialização em Educação do Campo) – Instituto Federal Catarinense, Campus Avançado Abelardo Luz, Assentamento José Maria, Abelardo Luz, 2018.

MATOS, O. C. F. **A Escola de Frankfurt: Luzes e sombras do iluminismo**. São Paulo: Moderna, 1993.

MENDONÇA, L. J. V. P. de. O Banco Mundial: o golpe de Estado permanente. **Argumentum**, Vitória, v. 2, n. 1, p. 223-225, jan./jun., 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4755/475547531013.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para Além do Capital**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOLINA, M. C. EDUCAÇÃO DO CAMPO E O ENFRENTAMENTO DAS TENDÊNCIAS DAS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS. **Revista Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Construindo o Caminho**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Livro%20Construindo%20o%20Caminho.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

MST reafirma defesa da permanência do IFC, campus avançado Abelardo Luz. **MST**, 25 fev. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/02/25/mst-reafirma-defesa-da-permanencia-do-ifc-campus-avancado-abelardo-luz>. Acesso em: 21 out. 2021.

MUNARIN, A. Educação do campo e LDB uma relação quase vazia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 493-506, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 21 out. 2021.

MUNARIN, A. Educação do campo. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/245-1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020

MUNARIN, A.; LOCKS, G. A. Educação do Campo: Contexto e Desafios desta política pública. **Revista Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 83-95, 2012. Disponível em: <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em: 21 out. 2021.

OPERAÇÃO de guerra contra 750 famílias. **Jornal Sem Terra**, 1987. N. 59, p. 09.

PARO, V. H. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PEREIRA, J. M. M.; FAJARDO, D. A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial na Colômbia e no Brasil (1994-2002). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 157-180, 2015.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. 2009. 386 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2009.

PORTELA, F.; FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEOgraphia**, Niterói, a. 8, n. 16, p. 41-55, 4 fev. 2006.

RAMOS, M. N. Escola sem partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola "sem" partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, v. 1, 2017. p. 75-85.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 27-45, jan./abr. 2008.

RIBEIRO, M. Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 669-796, jul./set. 2013.

SAMPAIO JUNIOR, P. de A. A questão agrária brasileira e sua situação atual. In: MATTEI, L. (org.). **A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 29-35.

SAPELLI, M. L. S. Escola Itinerante: espaço de disputa e contradição. **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR, n. 55, p. 129-143, jan./mar. 2015.

SCHWENDLER, S. F. Políticas Públicas da Educação do Campo na Atualidade: avanços e contradições. In: SILVA, J. O.; SAPELLI, M. L. S. (org.). **Uma face da hidra capitalista**: Crítica às políticas para a classe trabalhadora. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 68-97.

SILVA, L. **Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos**. 1. ed. Colección Biblioteca Básica de Autores Venezolanos, 2009.

SILVA, S. O Movimento de Educação do/no Campo: Pressupostos Fundamentais. **Educação em Revista**, Marília, v. 12, n. 2, p. 7-22, jul./dez. 2011.

SOUZA, M. A. de. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, Campinas, Centro de Estudos Educação e Sociedade, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008.

STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TAFFAREL, C. Z.; MUNARIM, A. Pátria educadora e fechamento de escolas do campo: o crime continua. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 41-51, mai./ago. 2015.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UCZAI, P. Audiência Pública no IFC Campus Abelardo Luz, Assentamento José Maria. Site do Deputado Estadual Pedro Uczai, 2020. Disponível em: <http://www.pedrouczai.com.br/images/144.jpg>. Acesso em: 30 out. 2020.

VENDRAMINI, C. R. Educação e Trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, mai./ago. 2007. Disponível em: <http://cedes.unicamp.br>. Acesso em: 21 out. 2021.

WEINMAN, C. IFC: A educação popular dentro de um assentamento. **Desacato**, 06 mar. 2018. Disponível em: <https://desacato.info/ifc-a-educacao-popular-dentro-de-um-assentamento/>. Acesso em: 21 out. 2021.

WEINMAN, C. Organizações realizam ato contra tentativa de retirada do IFC do assentamento José Maria. **Desacato**, 16 set. 2017. Disponível em: <http://desacato.info/organizacoes-realizam-ato-contratentativa-de-retirada-do-ifc-do-assentamento-jose-maria>. Acesso em: 21 out. 2021.